

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE EMPRESAS

LUCAS ZARCONI

SANTA MARTA E TURISMO:
UMA ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

RIO DE JANEIRO

2012

LUCAS ZARCONI

**SANTA MARTA E TURISMO:
UMA ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO CIDADÃ**

Monografia apresentada à Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas para obtenção do grau de bacharel.

Área de Concentração: Desenvolvimento Local

Orientador: Fernando Guilherme Tenório

RIO DE JANEIRO

2012

LUCAS ZARCONI

**SANTA MARTA E TURISMO:
UMA ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO CIDADÃ**

Monografia apresentada à Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas para obtenção do grau de bacharel.

E aprovado em 21/06/2012
Pela comissão organizadora

Fernando Guilherme Tenório

Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas

Henrique G. C. Heidtmann Neto

Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas

Júlio César Andrade de Abreu

Universidade Federal Fluminense

RESUMO

O turismo, nas últimas décadas, vem demonstrando importância mundial, nesse sentido esta atividade tem contribuído para o desenvolvimento de cidades e até nações. No contexto brasileiro destaca-se a cidade do Rio de Janeiro, que atrai turistas em razão dos notoriamente conhecidos pontos turísticos. Contudo, nos últimos anos outro atrativo passou a figurar como destino dos visitantes da cidade, as chamadas favelas. Essas regiões, historicamente deficitárias, têm atraído turistas motivados por conhecer a sua realidade e as belas vistas que podem ser apreciadas do alto dos morros. Nessa nova tendência a comunidade Santa Marta vem chamando atenção pelo número de projetos desenvolvidos no local após a implantação da Unidade de Polícia Pacificadora, e as iniciativas relacionadas ao turismo aparecem como protagonistas. Dessa forma, entendendo o turismo como um promotor de desenvolvimento local sustentável desde que realizado com a participação cidadã, com uma pesquisa descritivo-analítica, utilizando entrevistas com atores locais, pesquisa bibliográfica e documental, buscou-se analisar, por meio da gestão social, se está havendo participação da comunidade no desenvolvimento do turismo na comunidade do morro Dona Marta. Observou-se então um processo de desenvolvimento que não conta com mecanismos de inclusão amplamente estabelecidos e dentre os poucos resultados positivos, a atividade contribuiu basicamente para a dimensão econômica.

Palavras-chave: 1. Desenvolvimento Local 2. Turismo 3. Participação 4. Santa Marta.

ABSTRACT

Tourism in recent decades, has demonstrated global importance, in that sense this activity has contributed to the development of cities and even nations. In the Brazilian context stands the city of Rio de Janeiro, which attracts tourists because of the notoriously known sights. However, in recent years another attraction was renumbered as a destination for visitors to the city, called favelas. These regions have historically deficient, have attracted tourists motivated to know their reality and the beautiful views that can be enjoyed from the hilltops. In this new tendency to Santa Marta community has been calling attention for the number of projects developed at the site after the implementation of the Police Unit Pacification and initiatives related to tourism appear as protagonists. Thus, understanding tourism as a promoter of local development since entered with a process of citizen participation, with a descriptive-analytic study, using interviews with local actors, bibliographical and documentary research, we sought to identify, through social management, if there is community participation in tourism development in the community of the hill Dona Marta. There was then a development process which has no widely mechanisms to include established and the few positive results, the activity contributed primarily to the economic dimension.

Keywords: 1. Local Development 2. Tourism 3. Participation 4. Santa Marta

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Vista do Mirante do Dona Marta - Fonte (PAIVA, 2011).....	15
Figura 2: Visão da comunidade Santa Marta - Fonte (BULCÃO, 2010).....	17
Figura 3: Monitor local e estande Rio Top Tour - Fonte (PACHECO, 2011)	22
Figura 4: Evento realizado no Lajão Cultural - Fonte (FIRMINO, 2012).	23
Figura 5: Cadeia de produção do turismo– Fonte (SEBRAE, 2010).....	33

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Cidadania deliberativa: critérios de análise.....	52
--	----

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
1.1	OBJETIVOS.....	9
1.1.1	Objetivos Intermediários	9
1.2	SUPOSIÇÃO	10
1.3	DELIMITAÇÃO DO ESTUDO	10
1.4	RELEVÂNCIA DO ESTUDO	11
2	REFERENCIAL TEÓRICO	11
2.1	AS FAVELAS E O SANTA MARTA.....	11
2.1.1	Favela	12
2.1.2	Santa Marta	15
2.2	UPP E POLÍTICAS SOCIAIS	25
2.3	TURISMO	28
2.3.1	O Turismo	28
2.3.2	Turismo em Favelas	35
2.4	DESENVOLVIMENTO LOCAL COM PARTICIPAÇÃO	36
2.5	TURISMO E DESENVOLVIMENTO LOCAL COM PARTICIPAÇÃO: UM PRÉ-REQUISITO PARA A SUSTENTABILIDADE.....	42
3	METODOLOGIA	49
3.1	TIPO DE PESQUISA	49
3.2	TRATAMENTO DOS DADOS	51
3.2.1	Entrevistas	52
3.2.2	Pesquisa Bibliográfica e Documental	54
3.3	LIMITAÇÕES DO MÉTODO	55
3.3.1	Pesquisa de Campo e Entrevistas	55
3.3.2	Pesquisa Bibliográfica e Documental	56
4	ANÁLISE DOS RESULTADOS	57
4.1	INCLUSÃO.....	57
4.2	PLURALISMO	66
4.3	BEM-COMUM	77
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	88
5.1	CONCLUSÕES E CONTRIBUIÇÕES DA PESQUISA.....	88
5.2	PROPOSTAS PARA PESQUISAS FUTURAS.....	95
6	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	96
	ANEXO A – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS REALIZADAS	103

1 Introdução

Em 2011 o turismo representou 9% do PIB mundial, significando um fluxo de mais de 900 milhões de desembarques internacionais (*WORLD TRAVEL E TOURISM COUNCIL*, 2011). Por essa magnitude o setor turístico se posicionou como o 2º maior setor da economia global, empregando aproximadamente 200 milhões de pessoas (*WORLD TRAVEL E TOURISM COUNCIL*, 2011). Nesse sentido o turismo vem ganhando importância e atenção sobre a sua influência na economia internacional, nacional e regional.

Apesar do fluxo de turistas internacionais se concentrar no eixo dos países desenvolvidos, o Brasil se destaca na atração de turistas em razão de suas belezas naturais. E dentro do contexto brasileiro a cidade do Rio de Janeiro aparece como uma das maiores receptoras de turistas, respondendo em 2010 por 20% dos desembarques internacionais dos cinco milhões de turistas estrangeiros recebidos pelo país.

Atraídos, principalmente, pelo Pão de Açúcar, Cristo Redentor, assim como pelas praias e hospitalidade característica da cidade, segundo Medeiros (2010) outro atrativo turístico vem ganhando destaque nos últimos anos, já sendo uma realidade para o turismo na cidade, Medeiros (2010) fala sobre as comunidades cariocas comumente chamadas de favelas.

Essas regiões que se caracterizam pelas condições de vida precária e falta de acesso aos serviços básicos, como descreveu Maricato (2001), vem atraindo turistas de todo o mundo motivados pela popularização dos chamados *reality tours*, onde além da bela vista dessas comunidades os visitantes são atraídos por suas particularidades e contrastes característicos dessas regiões.

Dentro desse novo cenário se destaca a comunidade do morro Dona Marta. Essa região situada no coração da zona sul, famosa pela sua vista e palco de acontecimentos culturais como um clipe do artista Michael Jackson na década de 90 (BARCELLOS, 2011), a partir de 2008, com a entrada da primeira Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) da cidade do Rio de Janeiro, passou a ser foco de ações que buscam suprir as deficiências da região. E dentre esses projetos, devido o potencial local, a atividade turística se encontra como um dos focos.

Tal situação reflete a visão de que pelo tamanho e pela variedade de indústrias e serviços que o turismo envolve, se baseando em características para se desenvolver, o turismo, de fato, é uma atividade promotora de desenvolvimento local (LAGE e MILONE, 2000). Contudo, estudadas as teorias sobre desenvolvimento local, encontra-se que uma

variável é necessária para que ele ocorra de forma sustentada e não traga consequências inesperadas para o local, é o que Tenório (2007) aponta como participação cidadã.

Da mesma maneira, para que a atividade turística contribua efetivamente para o desenvolvimento local de uma região, entende-se que é crucial a inserção da população nos processos de planejamento, execução e avaliação dos projetos (AZEVEDO e IRVING, 2002). Assim, o turismo para ser desenvolvido sustentavelmente deve ser conduzido por meio da promoção de decisões descentralizadas, baseadas em consensos dos diferentes atores que atuam numa região que podem fazer parte das esferas do Estado, sociedade ou mercado (TENÓRIO, 2004).

Com isso, se torna um imperativo pensar em processos participativos para que o desenvolvimento do turismo efetive sua contribuição nessas regiões ocupadas pelas populações mais pobres da cidade desde o início do século XX (VALLADARES, 2000).

Tomado esse contexto, esta monografia buscou contribuir para entendimento sobre como o turismo está sendo desenvolvido nas comunidades cariocas e teve a seguinte pergunta como motivação: segundo o viés da participação cidadã, o turismo está sendo desenvolvido de forma sustentada na comunidade do morro Dona Marta?

1.1 Objetivos

Tendo em vista à obtenção dos resultados propostos, foi definido como objetivo geral: analisar, pelo viés da participação cidadã, se o turismo está sendo desenvolvido de forma sustentada na comunidade do morro Dona Marta.

1.1.1 Objetivos Intermediários

Para alcance do objetivo geral foram definidos objetivos intermediários:

- Caracterizar a comunidade da favela Santa Marta;
- Demonstrar a relação entre desenvolvimento local, turismo e participação;
- Analisar a inclusão da comunidade nas discussões sobre a atividade turística;

- Analisar a relação entre os principais atores relacionados ao turismo no Dona Marta;
- e
- Identificar a opinião dos moradores em relação aos resultados do turismo na região.

1.2 Suposição

Hipóteses ou suposições são entendidas como antecipações da resposta ao problema de uma pesquisa, normalmente são construídas sob a forma de uma afirmação que será confirmada ou negada pelo estudo (VERGARA, 1998). Hipóteses, normalmente estão relacionadas às investigações realizadas com procedimentos estatísticos, ou seja, de cunho quantitativo. E as suposições relacionadas a pesquisas qualitativas, onde não há uso de ferramentas estatísticas para chegar aos resultados (VERGARA, 1998).

Com base em observação empírica, análise de relatórios e periódicos nacionais, o presente estudo presume que: o turismo pode agir como promotor de desenvolvimento local de forma sustentável desde que, pelo menos, haja um processo participativo que inclua dentre outros atores, os cidadãos locais. E também, que a política de segurança e inclusão social realizada no Santa Marta por meio da implantação da UPP possibilitou a realização da atividade turística na região, contudo, esta não está trazendo benefícios efetivos para a população, nem sendo realizada com um processo de participação.

1.3 Delimitação do Estudo

O estudo está focado na comunidade Santa Marta, localizada na zona sul do Rio de Janeiro no bairro de Botafogo. E a pesquisa analisa o processo participativo nas políticas e ações relacionadas ao turismo na região por meio da percepção dos moradores e outros atores.

Entendendo que algumas políticas públicas afetam essa atividade, foi atentado apenas para a forma como está se dando o desenvolvimento do turismo no morro Dona Marta e a influência dessas ações, não buscando entender as razões que levaram a implantação dessas políticas, nem a estratégia e administração dos projetos.

1.4 Relevância do Estudo

De acordo com Medeiros (2010) o turismo em favelas já é uma realidade para a cidade do Rio de Janeiro, contudo, deve-se estudar a forma como essa atividade vem se desenvolvendo nessas comunidades. Assim, ao estudar o desenrolar da atividade turística em uma comunidade pacificada este estudo contribui para o conteúdo sobre turismo em favelas, a aplicação de políticas públicas de turismo em favelas e o relacionamento do turismo com desenvolvimento local.

Há mais de trinta anos as favelas têm sido tema de preocupação para cidadãos e governos da cidade, mídia do Brasil e até do mundo. Por isso, esta pesquisa também se mostra relevante por promover informações sobre iniciativas que visem solucionar ou, pelo menos, amenizar esse problema crônico da sociedade moderna, interessando não só ao Estado, mas a sociedade como um todo.

2 Referencial Teórico

Neste capítulo serão apresentados os conteúdos que embasaram a realização desta pesquisa, contribuindo para a análise e a conclusão referente aos resultados encontrados. Nos primeiros capítulos busca-se contextualizar o objeto de estudo por meio da apresentação do conceito de favela, seguida pela descrição, numa perspectiva histórica, da comunidade estudada e posteriormente uma breve explicação sobre a política da UPP. Já em um segundo momento, são descritos os marcos teóricos que serviram de base para o trabalho: turismo, turismo em favelas, desenvolvimento local com participação e turismo, desenvolvimento local e participação.

2.1 As Favelas e o Santa Marta

Nesta seção pretende-se esclarecer o conceito de favela para que o leitor adquira uma noção básica do grupo que está inserido o objeto de estudo, aprofundando-se, em seguida, o entendimento sobre a favela Santa Marta.

2.1.1 Favela

Na década de 40 o Rio de Janeiro tinha menos de 100 favelas que abrigavam 140 mil pessoas, maioria migrante. A partir da década de 50 essa população deu um salto com a invasão nordestina e em 60 a cidade já tinha, aproximadamente, 1 milhão de pessoas vivendo nas favelas (BARCELLOS, 2011). Segundo Cezar (2002) em 2000 existia quase mil favelas (968) na cidade do Rio de Janeiro e de acordo com o censo de 2010, 1.393.314 ou 22% da população carioca vivia em favelas (IBGE, 2011), tal qual outros grandes centros metropolitanos do país, onde essa relação varia entre 20% e 40% do total da população (IBGE, 2011).

A origem do nome favela está relacionada a duas questões: Guerra dos Canudos e Rio de Janeiro. Segundo Valladares (2000) o início da palavra “favela” data do início do século XX, quando soldados que lutaram na Guerra dos Canudos retornaram ao Rio de Janeiro, e sem o recebimento do soldo se viram em péssimas condições financeiras, indo morar em habitações precárias no Morro da Providência. Este morro foi nomeado de Morro da Favela em razão do morro da Favela do município de Monte Santo, onde se localizou o povoado de Canudos. Segundo o autor, estudos indicam duas possíveis razões para essa relação: a vegetação similar entre os dois morros ou um caráter simbólico de resistência, na guerra simbolismo representado pela população do povoado e no Rio de Janeiro pelos soldados pressionando o governo.

Entretanto, Valladares (2000) sugere que a consolidação da denotação da palavra favela, se referindo às construções humildes nos morros e a população que vive às margens da sociedade, se disseminou não apenas pela relação criada com o morro da Providência, mas em razão do livro *Os Sertões*, de Euclides da Cunha. Segundo Valladares (2000), por ser um dos livros mais lidos do final do século XIX e início do XX essa obra, que influenciou toda uma geração, abriu espaço para analogias entre os morros do Rio de Janeiro e o nordeste, região descrita na obra. Para esse autor, essas comparações ganharam repercussão pelas mãos de escritores e jornalistas da época e um relato que retrata uma possível coerência na argumentação de Valladares (2000) pode ser visto a seguir pela descrição de Ribeiro (2007) do texto de um celebre cronista em 1911:

O morro era como outro qualquer morro. Um caminho amplo e maltratado, descobrindo de um lado, em planos que mais e mais se alargavam, a iluminação da cidade. [...] Acompanhei-os e dei num outro mundo. A iluminação desaparecera. Estávamos na roça, no sertão, longe da cidade. O caminho que serpeava descendo era ora estreito, ora largo, mas cheio de depressões e de buracos. De um lado e de outro casinhas estreitas, feitas de tábuas de caixão, com cercados indicando quintais.” Foi assim que, em 1911, o célebre cronista João do Rio descreveu uma das primeiras favelas do país, no morro de Santo Antônio, no Rio de Janeiro. Naquela época, a então capital do país já era uma cidade dividida. E, como nos diz o próprio João do Rio, as favelas já eram um “outro mundo” dentro da realidade carioca (RIBEIRO, 2007).

Mesmo sendo citado pela primeira vez no início do século XX, para Abreu (1994) a disseminação do nome favela só se deu a partir da segunda década do século XX, quando jornalistas passaram a usar o nome não apenas para se referir ao morro da Favela, mas a todas aquelas aglomerações pobres, com ocupações irregulares em encostas de morro.

As favelas começaram a se expandir e a se tornar visíveis no início do século XX (OLIVEIRA, 1985). Segundo Pino (1998), foram principalmente problemas como inflação, desemprego, bem como os altos preços de aluguéis que levaram a este quadro. Agravado pela tendência migratória para centros urbanos, o crescimento das favelas acelerou-se e em 1950 7% da população total da cidade do Rio de Janeiro morava em favelas (OLIVEIRA, 1985).

Para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o tipo de habitação encontrado nas favelas é definido como aglomerado subnormal: “Um conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais, ocupando outendo ocupado até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou não), dispostas de forma desordenada e densa, carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais.” (IBGE, 2011.)

Além da ocupação ilegal do solo, com risco de despejo do morador e a exclusão urbana em relação aos serviços de infraestrutura, como água, esgoto e transporte, Maricato (2001) também cita outro problema ao atentar para a localização em áreas ambientalmente frágeis, como encostas íngremes ou beira de córregos, que são sujeitas a desmoronamento.

Por essa configuração de pobreza, desigualdade e descaso do poder público a região passou a atrair criminosos (COSTA e NASCIMENTO, 2005). Conforme mostra Barcellos (2011), explicando que essas regiões que passaram por ciclos de ocupação de escravos, soldados e migrantes nordestinos, começaram a ser dominadas por bicheiros nos anos 50 e posteriormente por traficantes a partir dos anos 70 e 80.

Então, o que no início foi tido como uma solução para alocação da população mais pobre que migrou para os centros urbanos em busca de melhores oportunidades, com o crescimento as favelas passaram a ser enxergadas como um “problema” social que precisava ser combatido (OLIVEIRA, 1985). E segundo Valladares (2000), no início do século XX o “problema” das favelas já era discutido por jornalistas, médicos e engenheiros que demonstravam preocupação com o futuro da população, acendendo um debate em torno do que fazer com as favelas.

O Estado passou então a representar papel central nessa questão. Entretanto, de acordo com Oliveira (1985) o Estado tem atuado de forma ambígua, na medida em que, por um lado tenta impedir o crescimento das favelas, mas por outro reconhece a sua existência, favorecendo a sua expansão. De acordo com Figueiredo e Valladares (1983), as políticas governamentais para lidar com a questão das favelas têm se desenvolvido, principalmente, de duas formas: aquelas voltadas para a remoção das favelas, e aquelas voltadas para a urbanização dessas áreas.

Como mostrou Valladares (2000), a primeira favela surgiu no Rio de Janeiro no Morro da Providência e desde então essa forma de aglomeração urbana se disseminou pela cidade. Esta expansão pode ser percebida, por exemplo, observando-se o caso da Rocinha, favela localizada no bairro de São Conrado que entre as décadas de 1970 e 1980 aumentou sua população em mais de um terço (OLIVEIRA, 1985). Nesse sentido, o Rio de Janeiro acabou se tornando o principal objeto de análise da maioria dos trabalhos que discutem a origem e a expansão das favelas (COSTA e NASCIMENTO, 2005).

Além de campo de estudo dessas comunidades devido à proporção que tomaram as favelas, a partir da década 80 e 90 o Rio de Janeiro, freqüentemente, passou a estampar noticiários nacionais e internacionais, com episódios de disputas por pontos-de-venda de drogas, corrupção de policiais, atrocidades realizadas pelos criminosos e pela polícia, destacando-se ainda, as péssimas condições de vida das populações dessas regiões, fruto de décadas de indiferença e agendas orientadas apenas para a remoção dos moradores, como lembrou Ricardo Henrique, presidente do Instituto Pereira Passos e coordenador do projeto UPP Social, no evento “Rio – Cidade em debate” (BENSIMON *et al*, 2011). E se não bastasse os péssimos indicadores dessas localidades, segundo Maricato (2001) aqueles que moram em favelas se tornaram alvo de forte preconceito e rejeição.

2.1.2 Santa Marta

Dentro desse cenário preocupante, no coração da zona sul do Rio de Janeiro, se encontra a favela Santa Marta no bairro de Botafogo, às margens de uma das maiores e mais movimentadas ruas do bairro, a São Clemente. Pelos motoristas que passam na frente da comunidade, por vezes sem perceber, é difícil imaginar a paisagem de que desfrutam os moradores dessa comunidade, pois por estar localizada na zona sul da cidade, região que abriga grande parte dos pontos turísticos procurados pelos turistas, quem sobe as escadarias ou o plano inclinado, inaugurado em 2008, pode avistar 4 cartões postais da cidade: a lagoa Rodrigo de Freitas, o contorno da praia de Copacabana, o Cristo Redentor, uma das maravilhas modernas do mundo, e para aqueles que chegam ao seu topo, podem avistar a Baía de Guanabara banhando o Pão de Açúcar. Esta posição privilegiada é demonstrada pela Figura 1.



Figura 1: Vista do Mirante do Dona Marta - Fonte (PAIVA, 2011)

Por uma visão panorâmica, essa região de 61 mil metros quadrados e aproximadamente 6 mil moradores é limitada à direita pelo laboratório da empresa Forever, à

esquerda pelos terrenos particulares da embaixada de Portugal, na parte baixa pela avenida São Clemente e pelos outros edifícios do bairro, e na sua parte superior é limitada pela elevada inclinação da pedra (BARCELLOS, 2011). A inclinação do morro, por sinal, é um dos pontos que chamam atenção ao olhar para ela (BARCELLOS, 2011).

Dona Marta é o nome do morro, onde se encontram o mirante, a floresta e a favela, já a favela se chama Santa Marta (BARCELLOS, 2011). Existem duas versões que explicam esses nomes: a primeira diz que a favela os tem em razão de uma imagem de Santa Marta levada para o morro por uma devota em 1920, imagem essa que passou a ser abrigada por uma capela construída em 1930; a outra versão, diz que um padre chamado Clemente comprou as terras da região e nomeou o morro Dona Marta para homenagear sua mãe (UPP SOCIAL, 2012a).

Segundo a Associação de Moradores e Amigos de Botafogo (2012), desde 1800 a região em que hoje vive a comunidade já teve três grandes proprietários: Francisco José Teixeira Leita, o Barão de Vassouras, Abílio César Borges, o Barão de Macaúbas, que teve uma praça nomeada em sua homenagem e por último, em 1908, os jesuítas que fundaram o colégio Santo Inácio. Por sinal, este colégio e suas obras no início do século XX iniciaram a ocupação definitiva da região pela população de classes mais baixas, atraídas pelo trabalho nas obras que duraram mais de três décadas. Em 1950 o censo já registrava 1632 pessoas ocupando a região, e essa ocupação continuou crescendo com a oferta de trabalho nas obras no bairro de Copacabana (ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS DE BOTAFOGO, 2012).

A relação entre os moradores do Santa Marta e os religiosos foi bastante intensa ao longo da sua existência, com os padres tendo papel crucial para suprir as carências e desenvolver a região:

Dom Hélder (Cardeal) defendia a fixação das favelas, o que na prática significava levar os benefícios da urbanização aos seus moradores. Enfrentava a oposição dos [...] que queriam expulsar os pobres dos morros da zona sul, território que pretendiam exclusivo dos ricos e da classe média. Sua primeira vitória começou com uma transgressão da lei. Apesar das proibições ambientais, Dom Hélder mandou derrubar várias árvores do morro para construção das capelas de Nossa Senhora Auxiliadora [...] e a de Santa Marta [...] transformou a favela na principal beneficiária do Pacto Nacional Populista, que fundia as ações do segmento progressista da Igreja às práticas da política de proteção aos pobres de Getúlio Vargas. As capelas deram força para a fixação da favela, contra a campanha de remoção promovida por Carlos Lacerda desde os anos 40 [...] Também

foram os padres progressistas da Igreja Católica que deram os primeiros passos na urbanização da Santa Marta (BARCELLOS, 2011, p.65).

E ações como essa, se repetiram durante o século XX. Como as obras do pedreiro João Bento, que foram estimuladas pelos padres a serem copiadas em razão das soluções arquitetônicas para a construção dos barracos na elevada inclinação do morro, influenciando a forma como os barracos se dispõem entre as vielas até hoje (BARCELLOS, 2011). Ou como outra contribuição do cardeal Dom Hélder, que organizou um mutirão para a construção de um reservatório no pico do morro que fornecia água potável para toda a comunidade, por meio do bombeamento das tubulações de Laranjeiras por uma bomba doada pela empresa Scania Vabis (BARCELLOS, 2011). A geografia particular do morro Dona Marta que influenciou a organização da infraestrutura da região pode ser vista na Figura 2.



Figura 2: Visão da comunidade Santa Marta - Fonte (BULCÃO, 2010).

Segundo Barcellos (2011), o fornecimento de iluminação para os barracos, em 1964, também foi administrado pelos padres, que motivados pelo sucesso do mutirão da água organizaram um grupo que convenceu a empresa Light a instalar um gerador na base do

morro e cuidou da compra de materiais, da instalação elétrica e manutenção. Apesar dessa organização originar a Associação de Moradores em 1964 ela teve menos sucesso, ocorrendo incêndio devido à má instalação que queimou dezenas de barracos e matou uma família.

A importância dos religiosos e a organização dos mutirões é bastante reconhecida e como homenagem os moradores deram às duas ruas principais os nomes de dois benfeitores da comunidade, padre Velloso e Padre Hélio (BARCELLOS, 2011, p.66 – 72). E segundo Barcellos (2011), algumas das contribuições feitas pelos padres 30, 40 anos atrás duram até hoje.

Além dessa capacidade de organização, o Dona Marta também ficou famoso pela sua produção cultural:

Se, por um lado, o Santa Marta possui essa face perigosa, muito mais interessante é sua importância cultural. Há trinta e cinco anos atrás surgiu em seus barracos a primeira agremiação de samba da zona sul, o bloco "Unidos da São Clemente", que ascendeu na década de setenta à categoria de escola de samba, atingindo ao primeiro grupo no fim da década, onde chegou a ameaçar suas tradicionais coirmãs. Em 1992 surgiria a segunda agremiação do morro, a "Mocidade Unida do Santa Marta". Não é nada não é nada, são poucas as comunidades que podem se orgulhar de possuir duas agremiações de samba! Em 1995 visitou a favela e gravou um importante vídeo-clip o pop-star Michael Jackson, com direção do não menos famoso, cineasta Spike Lee (ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS DE BOTAFOGO, 2012).

Atualmente, essa veia cultural ainda corre na favela, sendo destino de turistas que pretendem conhecê-la e ver a sua linda vista, por festas realizadas na sua quadra de samba (AGENDA SUSTENTÁVEL, 2010), (VIVA FAVELA, 2011) e a rádio comunitária, que além de música fornece informações a todos moradores, outro exemplo de organização da comunidade.

Todavia, apesar desses mutirões, da riqueza cultural, da presença dos religiosos, da vizinhança por um longo período de tempo com o Palácio da Cidade, o morro Dona Marta, como outros morros da cidade, não ficou livre da presença de criminosos dominando a região. Em 1960 o banqueiro de jogo do bicho, Procópio Túlio, era o dono do morro (BARCELLOS, 2011). Já na década de 70 e 80, o morro já era dominado por traficantes como Pedro Ribeiro, responsável pela venda da cocaína e Lino que vendia maconha, este ficando famoso por seus abusos e brutalidades (BARCELLOS, 2011), a exemplo da cobrança de pedágio a cada novo

morador do morro, que era mais caro para os nordestinos, e uma taxa mensal aos comerciantes. “A recusa do pagamento podia representar agressão sexual contra as mulheres e a morte dos homens” (BARCELLOS, 2011, p.76).

Em 1987 a disputa pelo controle do morro resultou em uma das maiores disputas entre traficantes já vistas, levando a comunidade para os jornais pela violência dos confrontos (BARCELLOS, 2011). Essa “guerra” culminou com a vitória do traficante Zaca, que ficou no comando do Dona Marta até 1991, quando um dos traficantes mais famosos da história do Rio de Janeiro, Marcinho VP, expulsou sua quadrilha e entrou para história do morro e da cidade (BARCELLOS, 2011).

Esse traficante se tornou protagonista de reportagens e até de um livro do jornalista Caco Barcellos, o livro “Abusado: O dono do morro Dona Marta”. Comandou o morro durante a década de 90 e em 2003 foi morto ficando o comando da favela para outros traficantes da facção Comando Vermelho (BARCELLOS, 2011).

Além do domínio do tráfico que por si só já afetava os moradores, o descaso do governo com a região provocou, ao longo dos anos, carências de infraestrutura, como falta de esgoto, pavimentação e de serviços básicos como escolas e hospitais, mostrados por um relato do livro “Abusado: O dono do morro”, sobre a situação do morro em 1987:

Escondidos no coração da região mais rica da cidade, a zona sul, os moradores da Santa Marta viviam há 53 anos sem uma única escola ou hospital e sem ter nenhum dos 84 becos pavimentados pela Prefeitura. Toda a cobertura de concreto dos becos era obra dos mutirões. Desde 1935, início da ocupação, o esgoto, corria em grandes valas a céu aberto e não havia coleta de lixo eficaz. O trabalho de varredura era feito por dez garis, selecionadas pela Associação de Moradores. Mas no ano de 1987 eles não davam conta da limpeza porque mais de 70 por cento das famílias de 1560 barracos jogavam o lixo em qualquer área livre ou dentro dos valões, formando dezenas de pontos de acúmulo de sujeira na favela. As outras acumulavam o lixo na frente de suas casas em latões descobertos, fonte de insetos. A circulação do ar nos labirinto era difícil, e gerava um fedor permanente que vinha da mistura letal nas valas de esgoto, lixo e água das chuvas. Por isso, as chuvas eram desejadas e indesejadas ao mesmo tempo, pois de um lado empurravam a sujeira para baixo, mas, de outro, espalhavam a contaminação. Sem qualquer tipo de combate, ratos e baratas conduziam mais sujeira, mais doença. Por causa da falta de higiene, os idosos tinham diarreia crônica e as crianças sofriam das mesmas doenças dos vira-latas: eram atacadas por piolhos e pela epidemia de sarna. A mortalidade infantil era duas vezes maior que a vergonhosa média nacional. Morte de bebês subnutridos parecia não preocupar quem não morava no morro (BARCELLOS, 2011, p.115-116).

Em 2008, após quase 100 anos que as primeiras famílias começaram a ocupar o morro, o Dona Marta foi dominado pela polícia. A comunidade já havia visto outra ocupação entre 1998 e 2000 que, no entanto, terminou com a volta do tráfico (BARCELLOS, 2011). A última ocupação fez parte de uma política de governo que visava à implantação da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) como forma de estabelecer e manter a segurança na região e estimular a participação das pessoas da favela na promoção de políticas sociais que desenvolvam a comunidade e tragam cidadania para sua população (UPP RJ, 2011).

Assim, por buscar benefícios além da segurança, por meio da UPP Social, uma extensão desse projeto, desenvolveram-se ações de órgãos como Firjan e Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos, a exemplo do Sesi Cidadania que além do Dona Marta atinge outras 11 comunidade e tem programas voltados para o incentivo do esporte, lazer, educação, cultura e um programa de mapeamento das necessidades de cada região, que pode resultar em outras iniciativas (UPP SOCIAL, 2012c).

Com a pacificação, não apenas o setor público passou a atentar para o Dona Marta e sua população (ou mercado) de 6 mil moradores, mas também o setor privado. Aproveitando a retirada do tráfico, que dominava as ligações clandestinas de energia da favela, a empresa Light começou a reformar as fiações. Antes da UPP eram apenas 73 famílias atendidas pela Light, em janeiro de 2012 eram 1.594, um aumento de 2.084%, aumentando seu faturamento em 5.437%, para R\$ 87.799,04 e um índice de inadimplência abaixo da média da cidade (LIMA, 2012).

Outra empresa que percebeu oportunidade na região foi o Bradesco. Atentando para o mercado das classes C e D implantou um projeto piloto para oferecer seguros de imóveis a preços que variam entre R\$ 9,90 e R\$ 48,90, cobrindo até 40 mil em perdas (PRATES, 2010).

Além da inserção de empresas externas começaram a ser realizadas ações com empresas de dentro do Dona Marta, pois a melhoria da segurança facilitou o acesso de consultores e projetos para ajudar os empresários, como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), que com o projeto “Empresa Bacana” formalizou e prestou consultoria para 56 empreendedores individuais (UPP SOCIAL, 2011).

O setor turístico, em razão da vista privilegiada, cultura e história da comunidade também passou a apresentar oportunidades após o livre acesso ao local. Exemplo da busca de aproveitamento desse potencial foi o programa “Favela Top Tour”, que foi inaugurado no Dona Marta, na forma de projeto-piloto, em agosto de 2010, pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva (UPP SOCIAL, 2010a).

De acordo com AGENDA SUSTENTÁVEL (2010), essa iniciativa foi resultado de uma parceria entre o Ministério de Turismo (MTur) e a Secretaria de Turismo, Esporte e Lazer do estado do Rio de Janeiro e tem como ideia principal usar o turismo como um promotor de desenvolvimento na comunidade, buscando:

Aproveitar o potencial turístico do local a partir da inclusão dos próprios moradores, que terão condições para se qualificar e apostar em suas atividades econômicas, sociais e esportivas. O investimento [...] primeira fase será de R\$ 230 mil: R\$ 184 mil do MTur e R\$ 46 mil do governo do estado (AGENDA SUSTENTÁVEL, 2010).

Para alcançar esse objetivo foi pensada uma atuação inovadora na comunidade e no turismo em favelas. Em primeiro lugar, o mapeamento dos pontos turísticos da comunidade para serem sinalizados com placas bilíngues (português e inglês) e a divulgação publicitária para promover o turismo na região (BLOG DO PLANALTO, 2010). Em segundo lugar, no que se refere à capacitação e formalização estava prevista a oferta, pelo SEBRAE, de um curso gratuito para formar, inicialmente, 50 moradores como monitores locais, assim como treinamento e cadastramento de moradores para atuarem no comércio voltado ao turismo (BLOG DO PLANALTO, 2010). Aliado a isso foi criada uma linha de crédito pela Investe Rio, para financiar a atividade turística dos moradores que queiram usar o turismo como fonte de renda (BLOG DO PLANALTO, 2010).

De acordo com mapa, resultado do levantamento inicial realizado pelo Rio Top Tour, a comunidade apresenta trinta e quatro pontos de interesse turístico, o que demonstra o potencial da região. E dentre os pontos mostrados nessa placa, que serve para orientar os turistas, destacam-se o plano inclinado, o espaço Michael Jackson, que conta com um mosaico e estátua em bronze do cantor, que gravou clipe na comunidade, e a paisagem da região por diferentes ângulos (BLOG DO SPANTA, 2010).

Ainda no escopo do “Top Tour”, se encontrava a criação de um estande na Praça Corumbá, que fica no “pé” da favela, onde ficariam estagiários bilíngues e monitores do curso do SEBRAE, todos uniformizados e oferecendo auxílio aos turistas (BLOG DO PLANALTO, 2010). Isto é ilustrado pela Figura 3, que apresenta um morador formado pelo curso de monitor de turismo do Rio Top Tour em frente ao ponto montado na parte mais baixa da comunidade.



Figura 3: Monitor local e estande Rio Top Tour - Fonte (PACHECO, 2011)

Dentro dessa nova dinâmica da comunidade e a possibilidade de explorar o turismo e a cultura, agências passaram a se interessar pela região e incluir a comunidade dentro dos seus pacotes. A Jeep Tour, por exemplo, famosa por seus passeios alternativos em carros abertos e uma referência em excursões na Rocinha, comunidade localizada no bairro de São Conrado, inaugurou o roteiro no Dona Marta em 2009 (JEEP TOUR, 2009).

Da mesma forma, empreendedores locais começaram a aproveitar tal potencial realizando festas e passeios pela comunidade, como o guia turístico Thiago Firmino, que passou a estampar diversas reportagens em razão dos eventos realizados em uma laje adaptada para festas, com capacidade para 400 pessoas, e pelos passeios pela mata em torno do Santa Marta (FIRMINO, 2012). Esse empreendimento com a vista do Cristo Redentor ao fundo, pode ser observada na Figura 4.



Figura 4: Evento realizado no Lajão Cultural - Fonte (FIRMINO, 2012).

A comunidade também foi palco de festival de jazz e disputado ponto para passar o ano novo, participando da competição para o melhor *réveillon* do Rio de Janeiro, dentre as comunidade pacificadas (ARAÚJO, 2010).

E, se por um lado as atividades turísticas e outros serviços demonstram estar se desenvolvendo na região, por outro, o governo também passou a se beneficiar disso por meio do aumento da arrecadação. Apenas como exemplo, após a entrada da Light a arrecadação de ICMS com o serviço de energia elétrica passou de R\$ 285,42 para R\$ 17.854,80 (LIMA, 2012).

Contudo, por intervir em processo que se desenvolveu ao longo de décadas, algumas mudanças acarretadas com esse novo cenário vêm sendo contestadas pelos moradores da comunidade. Segundo FIELL (2011), a entrada da UPP trouxe alguns problemas que não existiam na favela, como o abuso de autoridade dos policiais, que passou a ser queixa recorrente dos moradores. Esse autor também cita a especulação imobiliária como um grande problema que passou a afetar a região, tornando inviável a moradia de algumas famílias que viviam de aluguel. Da mesma forma, tem sido criticada a formalização de serviços como a distribuição energia elétrica, que antes era disponibilizada por tarifas simbólicas pagas aos traficantes, pois trouxe um custo no orçamento familiar que não foi acompanhado pelo

aumento de renda da população do morro, com contas de R\$ 50,00 reais (FIELL, 2011, p. 62-63) em uma comunidade com renda média de R\$ 481,5, segundo estudo da Firjan.

Além disso, segundo Fiell (2011) essa inclusão da comunidade no escopo de atuação do governo afeta famílias que estão localizadas em regiões de risco, que tenderão a ser removidas e alocadas em moradias construídas pelo governo, entretanto, essas moradias ficam em outros locais e algumas vezes são menores do que os barracos que algumas famílias moram. Essa entrada também prejudicou a comunicação na comunidade, pois devido a regulação da Anatel e da Polícia Federal, em 2011 a rádio comunitária foi fechada passando a informar os moradores sobre os acontecimentos na região não mais pelo rádio, mas pela internet, o que representou uma perda do número de moradores com acesso às informações da comunidade (FIELL, 2011, p.77).

Ações relacionadas à segurança e ao controle também estimulam debates na favela, como a instalação de câmeras na região em 2009, que segundo José Carvalho, comandante das UPP, serviram para diminuir a criminalidade (CLÍNICA DA FAMÍLIA DA SANTA MARTA, 2009). Enquanto alguns moradores viram com bons olhos argumentando que a iniciativa aumentava a segurança da comunidade e já era realizada em outros lugares, outros viram como negativa essa ação, como expressa carta assinada pela associação de moradores e outras lideranças comunitárias:

No final de agosto os moradores do Santa Marta foram surpreendidos, pelos jornais e televisões, com a notícia de instalação de nove câmeras em diferentes pontos da favela [...] Muita gente da rua e algumas pessoas do morro, por motivos e razões diferentes, aplaudem esta ideia. No entanto, se somos uma favela pacificada, porque continuam nos tratando como perigosos? Muros, três postos de polícia, 120 soldados, câmeras será que não está havendo um exagero? Quando é que seremos tratados como cidadãos fora de qualquer suspeita? Muro 2000.000,00, Câmeras 500.000,00. Esse valor daria para resolver problemas de quantas casas, quantos reparos na rede de esgoto e de drenagem? Os últimos apartamentos entregues no Santa Marta têm um tamanho de 32 metros quadrados. O movimento popular de moradia diz que o tamanho mínimo é de 42m². Outras iniciativas defendem 37 metros. Então, porque os moradores do Santa Marta se conformam com essa metragem e não se manifestam? [...] Quando é que os moradores serão ouvidos sobre os destinos dessa comunidade? Precisamos discutir e refletir sobre isso coletivamente [...] “Paz sem voz é medo” (CLÍNICA DA FAMÍLIA DA SANTA MARTA, 2009).

Em resumo, com mais de um século de ocupação o Santa Marta é uma referência ao falar de favela no Rio de Janeiro, e se por um lado ela ficou famosa pela paisagem, mobilizações da comunidade e acontecimentos culturais, por outro também ficou marcado o domínio dos criminosos na região e o descaso do poder público, que resultou em uma comunidade precária de infraestrutura e qualidade de vida para os moradores (ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS DE BOTAFOGO, 2012).

Apesar disso, em 2008 um novo capítulo da história da comunidade começou a ser escrito com a entrada do Estado, por meio da UPP, abrindo espaço para o desenvolvimento do turismo na região por meio do aproveitamento do potencial turístico das características locais, o que junto com outras atividades reascendeu a esperança da comunidade pela melhoria nas condições de vida e participação.

2.2 UPP e Políticas Sociais

Por estar diretamente relacionada à comunidade e representar um marco para a história do Santa Marta e para o início de projetos relacionados ao turismo na região, esta seção buscou descrever, brevemente, a política das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs).

Por quase três décadas o tráfico evoluiu nas comunidades dos morros cariocas sem ações efetivas do governo contra ele, mas em 2008 ações de maior impacto se iniciaram. Contextualizadas pelo ano de eleição do Brasil como sede da Copa de 2014 e o Rio de Janeiro como sede das Olimpíadas de 2016, somado a uma conjuntura de revitalização econômica da ex-capital federal, que passou por décadas economicamente difíceis após a mudança da sede do distrito federal, o governo do estado, administrado pelo governador Sergio Cabral, junto com a prefeitura do município do Rio de Janeiro, com Eduardo Paes como prefeito e a secretaria de segurança pública, liderada por José Mariano Beltrame, formulou um plano não só de segurança, mas de desenvolvimento econômico e social, onde a estratégia era: por meio da “polícia da paz” possibilitar a entrada do Estado, levando políticas de inclusão social como forma de integrar as comunidades contempladas e amenizar problemas crônicos da comunidade carioca:

A Unidade de Polícia Pacificadora é um novo modelo de Segurança Pública e de policiamento que promove a aproximação entre a população e a

polícia, aliada ao fortalecimento de políticas sociais nas comunidades. Ao recuperar territórios ocupados há décadas por traficantes e, recentemente, por milicianos, as UPPs levam a paz às comunidades [...] As UPPs representam uma importante 'arma' do Governo do Estado do Rio e da Secretaria de Segurança para recuperar territórios perdidos para o tráfico e levar a inclusão social à parcela mais carente da população. Hoje, cerca de 280 mil pessoas são beneficiadas pelas unidades [...] Criadas pela atual gestão da secretaria de Estado de Segurança, as UPPs trabalham com os princípios da Polícia Comunitária. A Polícia Comunitária é um conceito e uma estratégia fundamentada na parceria entre a população e as instituições da área de segurança pública. O governo do Rio está investindo R\$ 15 milhões na qualificação da Academia de Polícia para que, até 2016, sejam formados cerca de 60 mil policiais no Estado (UPP RJ, 2011).

A primeira experiência dessa política foi realizada no Santa Marta, que se localiza na zona sul no bairro de Botafogo. Nessa comunidade com mais de 6000 moradores e 4000 em seu entorno, chegando a aproximadamente 10.000 beneficiados, atuam 112 polícias treinados especificamente para esse projeto (UPP RJ, 2011). Atualmente, existem mais de 20 morros contemplados pelas UPPs, somando uma população de 280 mil pessoas (UPP RJ, 2011).

Por entender que a segurança é um fator necessário para o desenvolvimento, mas não único, de forma complementar a essa política foi desenvolvido um programa para fornecer serviços e equipamentos urbanos, tendo em vista melhorar as condições de vida da população. Este projeto chamado UPP Social, foi um segundo passo da entrada do governo nas comunidades. Ele começou em 2010 e foi inicialmente coordenado pela Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos, e posteriormente passou a ficar sob a tutela do Instituto Pereira Passos (IPP), órgão de planejamento estratégico responsável pela elaboração de informações sobre o município e estado, presidido pelo economista Ricardo Henrique (CUNHA e MELLO, 2011). A seguir a descrição desse projeto que em 2011 ganhou apoio da ONU-UNHABIT, assinalando a sua importância:

A UPP Social começa a sua atuação em cada território pela articulação de ações que consolidem os avanços trazidos pela pacificação e revertam os legados da violência e da exclusão territorial: apoio a organizações e projetos locais; recuperação de espaços públicos; regularização urbana, de serviços e negócios; oportunidades para a juventude e iniciativas cidadãs, culturais, esportivas e de lazer que apaguem de uma vez por todas as fronteiras do passado. O ciclo de ação do programa se completa com a realização, baseada no diálogo com as comunidades e nas principais necessidades identificadas, de Planos de Políticas Integradas que promovam o pleno acesso de cada território aos serviços públicos e direitos garantidos nas demais áreas da cidade (UPP SOCIAL, 2012b)

O comprometimento do poder público em desenvolver as regiões ocupadas com a UPP, também possibilitou articulações com outros projetos que estavam sendo desenvolvidos pelo governo como o Morar Carioca, projeto que despenderá oito bilhões de reais para construção de 256 mil moradias (CUNHA E MELLO, 2011).

Além da possibilidade de alinhar diferentes agendas governamentais, a UPP contribuiu para a arrecadação de recursos para o desenvolvimento do município, como a parceria firmada entre o governo e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que destinarão mais de R\$ 100 milhões para ajudar jovens das comunidades pacificadas (ARAUJO, 2011). Sem contar recursos do BNDES para a melhora dos níveis de coleta de lixo e projetos como o Rio Ecosol que busca oferecer estrutura para desenvolver os empreendimentos dessas regiões (BENSIMON *et al*, 2011).

Essa iniciativa já está sendo copiada por outras regiões do país, como forma de combater a violência e desenvolver comunidades carentes. Como a Unidade Paraná Seguro (UPS), que em 2012 se instalou no bairro de Uberaba, em Curitiba (GLOBO, 2012a). E também, seguindo o exemplo carioca, a Base Comunitária de Segurança que já está atuando em 5 comunidades da cidade de Salvador (GLOBO, 2012b).

Essas mudanças têm tido aprovação por parte da população, como aponta pesquisa realizada pelo Instituto Endeavor Brasil e o professor Maurício Moura da Universidade George Washington, nos Estados Unidos, que entrevistou 3.816 moradores de 23 comunidades pacificadas e teve como resultado que 66,8% dos entrevistados acreditam que a segurança na favela melhorou, com este percentual chegando a 93,5% nos morros do Chapéu Mangueira e Babilônia (BOTTARI, 2011b).

Entretanto, ainda existem pontos contestados por especialistas e pelo governo, como exemplo o secretário de segurança José Mariano Beltrame que ainda tem uma angústia relacionada ao projeto, entendendo que nada sobrevive só com segurança e que outras ações que deviam garantir o desenvolvimento das comunidades, ainda deviam ser realizadas (BOTTARI e GONÇALVES, 2011).

Essa ação inédita e com pouco tempo de existência se comparada à história das favelas, vem ganhando atenção de toda a sociedade. É vista com bons olhos por uma parte que sentiu mudanças positivas e que está participando de ações relacionadas, mas também é foco de críticas e ceticismo por alguns pesquisadores e setores da sociedade sobre a capacidade do governo de coordenar esse projeto e torna-lo bem sucedido. Por isso, estudos

como este são necessários para contribuir para o entendimento dos efetivos desdobramentos desta ação para a inclusão e o desenvolvimento local das comunidades.

2.3 Turismo

Este capítulo busca, inicialmente, descrever o conceito de turismo, a forma como esta atividade vem sendo trabalhada nos dias de hoje e o porquê tem recebido tanta atenção, para, em seguida, introduzir a discussão sobre o turismo em favelas, uma realidade recente para os passeios no Rio de Janeiro.

2.3.1 O Turismo

A etimologia da palavra turista nasceu na Inglaterra, resultado das viagens que jovens ingleses faziam no século XVIII para aprimorar sua educação, o chamado *Grand Tour*, e aqueles que faziam essas viagens passaram a ser chamados de *Touristes* (CUNHA, 1997). Este conceito passou a designar as pessoas que viajavam pelo próprio prazer com a obra *Mèmoires d'un Touriste*, de Stendhal (CUNHA, 1997), a partir de então começou a ser englobado nas agendas de governos e instituições nacionais e, posteriormente, internacionais, tendo sua definição ampliada após debates sobre questões como o tempo de permanência e motivo da viagem (CUNHA, 1997). Além de ampliado o conceito de turista também foi dividido e passou a englobar as seguintes definições segundo Cunha (1997):

Visitante: é toda a pessoa que se desloca temporariamente para fora da sua residência habitual, quer seja no seu próprio país ou no estrangeiro, por uma razão que não a de aí exercer uma profissão remunerada; Turista: é todo o visitante temporário que permanece no local visitado mais de 24 horas; Excursionista: é o visitante temporário que permanece menos de 24 horas fora da sua residência habitual (CUNHA, 1997, p.7).

A princípio, há um entendimento de que o turista é mais importante que o excursionista já que permanece mais tempo no local, aumentando a probabilidade de consumir e trazer benefícios para região. Contudo, ao tomar como exemplo países como Espanha, Itália, México e as Ilhas do Caribe, Oliveira (2001) entende que os excursionistas também têm necessidades, consomem bens e serviços e por isso devem ser considerados pelos planejadores.

Estreitamente relacionado ao conceito de turista, se faz necessário definir aqui o conceito de turismo, que segundo a EMBRATUR (1992, *apud* MINISTÉRIO DO TURISMO, 2012) é definido da seguinte forma:

É uma atividade econômica representada pelo conjunto de transações compra e venda de serviços turísticos efetuadas entre os agentes econômicos do turismo. É gerado pelo deslocamento voluntário e temporário de pessoas para fora dos limites da área ou região em que têm residência fixa, por qualquer motivo, excetuando-se o de exercer alguma atividade remunerada no local que visita (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2012).

Por ser diretamente relacionado à ideia de turista, o conceito de turismo também foi ampliado ao longo do tempo. Segundo Lage e Milone(2000), antigamente turismo era entendido pelas viagens para locais distantes, pelo menos, 50 milhas da residência, que duravam mais de 24 horas e não englobadas viagens em que se exercesse ocupação remunerada. No entanto, essas questões têm sido bastante debatidas e, por exemplo, o entendimento de que aqueles que exercem atividades remuneradas em suas viagens não podem ser incluídos no grupo dos turistas, foi fortemente rebatido com o aumento do fluxo das viagens a negócios e o conseqüente turismo de negócios. Como resultado, hoje, alguns autores e instituições admitem que limitar o turismo à uma definição específica é impossível, podendo se dizer apenas que é uma atividade socioeconômica, pois gera a produção de bens e serviços suprindo necessidades básicas e secundárias dos turistas (LAGE e MILONE, 2000).

O autor Cunha (1997) também entende que houve mudanças na definição de turismo, pois as descrições anteriores não englobavam ou não acompanharam a mudança nas atividades turísticas e se tornaram míopes à complexidade dessa atividade. O turismo, então, se refere às atividades e às facilidades criadas para suprir as necessidades dos turistas: “o turismo é uma transferência espacial de poder de compra [...] os rendimentos obtidos nas

áreas de residência são transferidos pelas pessoas que se deslocam para outros locais aonde procedem à aquisição de bens e serviços” (CUNHA, 1997, p.9-10). Desse modo, estão incluídos nas atividades turísticas os mais diversos ramos da economia e tipos de bens e serviços, para classificá-los como turísticos, deve-se observar se há o consumo prioritário por parte dos turistas, não interessando a forma como ela é desenvolvida, mas sim o seu público (CUNHA, 1997).

Esses produtos turísticos são consumidos exatamente como artigos comerciais tradicionais, com relações entre oferta e demanda, diferenciando-se apenas pelo fato de que no caso do turismo o consumidor deve se deslocar até o produto, pois ele é fixo, e não o contrário (OLIVEIRA, 2001, p. 63-64). Este produto deve, por isso, ser planejado e trabalhado de forma a atrair o maior número de turistas que a região pode suportar de uma forma sustentável:

Quando uma região organiza seu patrimônio turístico e o prepara para ser comercializado, estará atendendo às necessidades dos visitantes e formando um mercado turístico, que vai ser mesmo ou mais procurado segundo a qualidade de sua oferta [...] Para receber os clientes é preciso infraestrutura de acesso e urbana (OLIVEIRA, 2001, p. 64).

No que se refere aos fatores intrínsecos para haver turismo, Oliveira (2001) compreende que sejam necessários: atrativos turísticos, ou seja, aquilo que motiva o deslocamento dos visitantes para a região; equipamentos turísticos e serviços turísticos, que são as instalações, construções e serviços indispensáveis para a atividade turística; e a infraestrutura de apoio, possibilitando deslocamento, comunicação e outros aspectos básicos como saneamento.

Ainda para o autor acima, nas relações de mercado da atividade turística encontramos as seguintes variáveis: oferta turística, que é aquilo que o local dispõe para atrair e ocupar o tempo dos turistas, quanto mais atividades que mantenham os turistas entretidos, mais essa atividade pode ser desenvolvida; procura turística, são os próprios turistas que com seus diferentes interesses e necessidades se deslocam para conhecer outras regiões, esses turistas podem ser nacionais ou internacionais; mercado turístico, o resultado do encontro das variáveis procura e oferta; e o conjunto de atrativos que formam o produto turístico.

Segundo Wahab (1991), a oferta turística pode ser artificial, como construções, museus, parques, infraestrutura, bens históricos construídos pelo homem, ou natural, que se refere às montanhas, praias, lagos e diversos outros aspectos que fazem parte da geografia de uma região. E no que se refere ao produto turístico cinco pilares básicos necessitam de atenção do governo e da iniciativa privada para desenvolverem o turismo em uma região: cama, que se refere à hospedagem; caminho, que se refere à infraestrutura de deslocamento dos turistas; compras, ou seja, produtos para o consumo dos turistas relacionados aos atrativos, dentre eles os *souvenirs* ou lembranças de um local; e carinho, no que se refere à predisposição das pessoas de determinada região em atender aqueles que vão visitar a região (OLIVEIRA, A., 2001, p. 68-73).

Somados a essas categorias, segundo SEBRAE (2010), outros termos próprios dessa indústria também devem ser compreendidos para uma melhor análise da atividade:

- Região Turística: são aqueles espaços com características comuns ou complementares onde ocorre a atividade turística (SEBRAE, 2010, p. 10);

- Roteiro Turístico: o itinerário realizado pelos turistas em uma região (SEBRAE, 2010, p. 10);

- Destino turístico: regiões por onde ocorre o deslocamento dos visitantes (SEBRAE, 2010, p. 11);

- Capacidade de carga ou suporte: o nível do fluxo que pode ser suportado por uma região, mantendo a qualidade do produto e produzindo o menor número de efeitos negativos (SEBRAE, 2010, p. 11); e

- Sazonalidade: se refere à variação no nível da demanda, que pode estar relacionado a estações do ano, meses, festas, datas especiais etc (SEBRAE, 2010, p. 11).

Neste mercado turístico encontramos semelhanças entre as atividades exercidas, recursos exigidos, e destinos procurados para suprir às demandas e motivações de cada viagem, o que acarreta a divisão do turismo em diversos tipos, conforme indica SEBRAE (2010): Ecoturismo; Turismo Náutico; Turismo Cultural; Turismo de Aventura; Turismo de Negócios e Eventos; Turismo de Esporte; Turismo de saúde e bem estar; Turismo de pesca; Turismo rural; Turismo de Sol e praia; Turismo de estudos e intercâmbio; e Turismo Social.

Além da sua vasta diferenciação, este setor também se caracteriza por uma grande capilaridade na economia, já que, como visto, se refere a uma “transferência espacial de poder de compra”, implicando que os indivíduos que estão em viagens turísticas têm todas aquelas necessidades do dia-a-dia, como outras específicas para as viagens. Logo, para melhor entendimento desse impacto econômico devemos analisar sua cadeia produtiva, ou seja,

aquelas atividades e setores que estão envolvidos na oferta de bens e serviços turísticos. Para SEBRAE (2010), o encadeamento produtivo do setor turístico se divide em: setores líderes, indústrias relacionadas, serviços relacionados e atividades de apoio. Mais especificamente, os setores líderes podem ser entendidos como aqueles que suprem as perguntas: como chegar? O que comer? Onde hospedar? O que ver, “experienciar” e fazer? Quem organiza e realiza as operações? (SEBRAE, 2010, p. 12).

Por meio da Figura 5 é possível ter uma visão da complexidade e o impacto que o turismo pode ter em uma determinada economia, isso sem englobar a importância que a produção associada e os investimentos necessários para realização das atividades têm neste setor e na economia.

Como aponta Lage e Milone (2000) o turismo traz grande impacto para a economia de um país ou região, sendo de grande importância o estudo, acompanhamento e desenvolvimento desta atividade. Afinal, quando se constrói um hotel, um aeroporto, um restaurante, se está contratando empresas e trabalhadores para essas construções, além de consumir materiais, atividades que apesar de não serem atividades turísticas, estão indiretamente relacionadas e agregam valor econômico. Prosseguindo o raciocínio desse autor, quando um hotel está pronto e precisa contratar funcionários, estará gerando fluxo financeiro, e mais, os funcionários contratados estarão usando suas rendas para consumir outros bens e serviços de suas necessidades, o que segundo a teoria econômica, terá um efeito multiplicador. Contudo, Swarbrooke (2000) atenta que mesmo com esse potencial, os benefícios econômicos variam de região para região, tipo de turismo, atividades realizadas e comportamento dos turistas, como exemplo, se as empresas da região não conseguirem atender as necessidades dos turistas, estas vão ser atendidas por empresas externas, diminuindo o efeito multiplicador local.

Ao falar dos impactos econômicos, Lage e Milone (2000) também indicam que o turismo internacional afeta a balança de pagamentos de um país, em razão das despesas dos turistas consumindo em viagem e turistas estrangeiros consumindo no país.

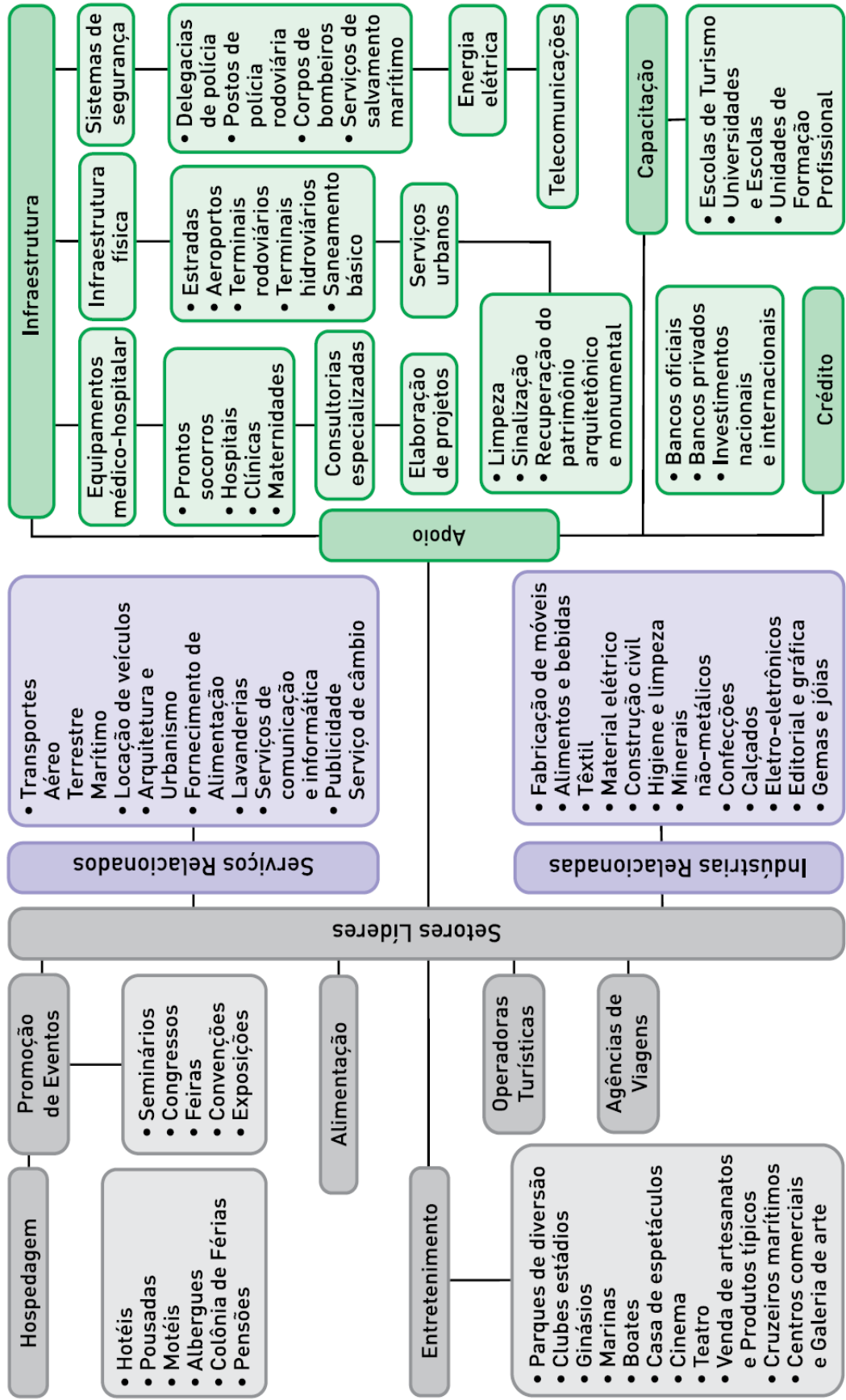


Figura 5: Cadeia de produção do turismo– Fonte (SEBRAE, 2010).

O turismo não se destaca somente pelo número de setores relacionados e seu potencial impacto, mas também pelo tamanho que representa na economia mundial. Segundo a Organização Mundial de Turismo (*WORLD TOURIMS ORGANIZATION*, 2011a), em 2010 foram registrados 940 milhões desembarques internacionais no mundo, com os países subdesenvolvidos representando 47% deste total e as economias desenvolvidas 53%, com a América do Sul, apresentando participação de 2,5%. Esta movimentação gerou receita cambial global de 919 bilhões de dólares (*WORLD TOURIMS ORGANIZATION*, 2011b, p. 4).

Em todo o mundo, esta atividade envolve 260 milhões de pessoas, sendo por isso considerado um dos setores mais importantes para a economia mundial, com sua indústria chegando a 6 trilhões de dólares em 2011, representando 9% da economia mundial, é maior do que a indústria automobilística (8,5%) e só é menor do que o setor financeiro que representa 11% do produto interno bruto global (*WORLD TRAVEL E TOURISM COUNCIL*, 2011, p.2).

O Brasil, em 2009, recebeu aproximadamente 4,8 milhões de turistas estrangeiros, gerando cinco bilhões de dólares em receita cambial (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010, pág. 1-10), em um mercado que contava com aproximadamente 10,5 mil agências cadastradas no Ministério do Turismo e mais de 500 mil leitos para hospedagem (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010, p.24). Já em 2010, o país recebeu 5,1 milhões de turistas estrangeiros o que gerou 5,9 bilhões de dólares em receita cambial (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2011). Desse total, o estado do Rio de Janeiro em 2010 recebeu 980 mil turistas estrangeiros, contando com 1.522 agências cadastradas no Ministério do Turismo e 87 mil leitos de hospedagem.

Segundo IBGE (2010), em 2007 as atividades turísticas geraram renda de 82,7 bilhões de reais e respondiam por 5,6% do setor de serviços, contando com 5,9 milhões de postos de trabalho. As informações acima demonstram a expressão da atividade turística no mundo, no país e no estado do Rio de Janeiro.

Finalizando, o setor turístico é representado pelo consumo daquelas pessoas não residentes, que passam um período menor que um ano em determinado local. Como essas pessoas têm as mesmas necessidades básicas que qualquer morador (abrigo, alimentação, transporte etc) e ainda outras complementares, estas atividades representam um grande mercado em amplitude, pois penetra em diversos setores da economia de forma direta ou indireta, e em volume, pelo fluxo internacional e nacional de pessoas, o que influencia, logicamente, no número de trabalhadores que devem produzir bens e ou oferecer serviços para atender essa demanda.

Tendo isso em vista, acredita-se que o desenvolvimento deste setor, caso haja potencial para tanto, pode trazer efeitos multiplicadores para a economia de uma região e ser um mecanismo de desenvolvimento econômico local, regional ou nacional. Deve-se, entretanto, entender como a atividade se desenvolve nos contextos que se deseja aproveitá-la, no caso desse estudo as favelas, e que caminho deve ser seguido para que esses benefícios se efetivem.

2.3.2 Turismo em Favelas

Atentada a relevância mundial da atividade turística, nesta seção é introduzida a discussão sobre o turismo nas favelas do Rio de Janeiro, uma prática que vem ganhando destaque ao longo dos últimos anos. Serão demonstrados alguns fatores que caracterizam o turismo nessas regiões, entendimento necessário para o presente estudo.

A grande quantidade de turistas que visitam a cidade do Rio de Janeiro, citada anteriormente, pode ser explicada principalmente pela procura das suas praias e paisagens. Mas, segundo Medeiros (2009), a pobreza da cidade também vem atraindo o interesse dos turistas, essa prática se intensificou a partir da década de 90, após o encontro internacional Rio Eco 92.

Esses espaços de condições de vida precária, tem se tornado um ponto turístico indispensável para o roteiro de alguns turistas que visitam a cidade. Isso foi investigado por Medeiros (2006), que associa essa valorização das favelas como destino turístico à popularidade internacional do turismo alternativo, onde os turistas tem como motivação observar situações reais de ambientes com culturas ou situações autênticas e únicas, neste segmento se destacam os *reality tour* (“tours sociais” ou “tours sombrios”).

De acordo com Medeiros (2006), a favela chama atenção por duas paisagens: a social e a física. Elas desenvolvem uma combinação única de sentimentos nos visitantes, que ao mesmo tempo se sentem tocados pela investigação daquele ambiente precário, se sentem aventureiros ao subir as encostas e avistar as belas vistas.

Dentre os fatores que constroem a marca favela e a desenvolvem como produto turístico encontra-se o papel da mídia e agentes promotores, como à circulação global de produtos que representam o “mundo exótico da favela”, exemplo do filme “Cidade de Deus” indicado como um dos responsáveis pela criação desse interesse nos turistas (MEDEIROS,

2006). Soma-se a isso a imagem construída ao longo dos anos, sendo a favela algo que remete ao tropical, rústico e um local com uma população solidária que paradoxalmente está inserido em um ambiente violento devido a presença de traficantes de drogas, esses fatores constroem um imaginário que estimula a motivação por conhecer essas regiões (MEDEIROS, 2006).

Para Medeiros (2006), as favelas podem ser promovidas como destinos turísticos por diferentes vias: paisagem física e/ou social, destino de ecoturismo, turismo de aventura e/ou cultural.

Medeiros (2009) chama atenção para o fato de que 99% dos turistas que são atraídos para essas regiões são estrangeiros. E apesar de haver uma barreira linguística entre os moradores e os turistas, Medeiros (2007) defende que aqueles não são passivos no processo de desenvolvimento de atividades turísticas na favela, o olhar investigativo marca seu papel ativo.

Segundo Medeiros (2010), o turismo em favelas é hoje um fato que marca a realidade da cidade do Rio de Janeiro. Dessa forma, cabe investigar como as atividades turísticas podem ser exploradas no sentido de trazer retorno para os moradores das favelas e nesse sentido a relação entre turismo e desenvolvimento local surge como um caminho para isso.

2.4 Desenvolvimento Local com Participação

Este capítulo tem como objetivo descrever o conceito de desenvolvimento, desenvolvimento local e demonstrar as razões pelas quais essas iniciativas locais devem contar com a participação dos moradores com os outros atores (Estado e mercado) para terem condições de ser bem sucedidas. Justificando-se, assim, a relevância da gestão social para atividades locais, como por exemplo, o turismo.

Antes de introduzir o conceito de desenvolvimento local, se faz necessário entender os dois termos que formam essa teoria: local e desenvolvimento.

O “local”, no senso comum remete a ideia de micro espaços, no entanto, para aqueles que trabalham com a perspectiva de desenvolvimento local, essa definição não aponta somente para pequenas regiões. Para os elementos serem agrupados como parte de uma localidade deve-se, basicamente, haver um conjunto de características comuns que atuem

como um fator unificador, logo, a compreensão de local pode ser estendida para uma esfera maior, como um bairro, município ou região (IPEA, 1998).

Sobre desenvolvimento encontram-se diferentes linhas de pensamento, aquelas que consideram o desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico, representada pelos clássicos e neoclássicos, e aquelas que enxergam o crescimento como necessário para o desenvolvimento, mas não como sinônimo, entendimento defendido pelos marxistas e cepalistas (SOUZA, 1993).

De acordo com Oliveira (2002), no estudo da temática de desenvolvimento, ao longo dos anos, encontramos diferentes focos de estudo e de atuação, por exemplo, existem perspectivas que focam indicadores de desenvolvimento econômico para avaliar o sucesso ou fracasso de uma nação, outras focam indicadores de desenvolvimento humano e outras buscam relacionar o desenvolvimento com a industrialização. A partir da segunda metade do século XX passou a ser percebida relação do desenvolvimento com o meio ambiente, ponto tocado pela primeira vez em uma teoria econômica nos estudos de Malthus em 1798, que citava a relação negativa entre população e produção de alimentos, onde o primeiro cresceria exponencialmente e o segundo linearmente, exaltando assim uma preocupação com o futuro da humanidade (OLIVEIRA, 2002).

Aliado ao fortalecimento da percepção de que “crescimento não é um objetivo *per se*, como se tem pensado há décadas, externalizando livremente seus custos sociais e ambientais ampliando a desigualdade econômica e social” (SACHS, 1993, p.19), e da preocupação iniciada em Malthus sobre o impacto que a atividade humana terá sobre as futuras gerações, desdobrou-se nas últimas décadas o conceito de desenvolvimento sustentável, que segundo a WWF Brasil, é o desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações.

Para Sachs (1993), referência no estudo dessa questão, o desenvolvimento sustentável deve englobar cinco dimensões que se relacionam entre si: a sustentabilidade social, que está relacionado à equidade em termos de recursos, direitos e participação; sustentabilidade econômica que toca a alocação e gestão mais eficiente de recursos, fluxo de investimentos e trocas entre os países; sustentabilidade ecológica, que busca diminuir os impactos das atividades de desenvolvimento ao planeta terra; sustentabilidade espacial, atentando para a melhor distribuição dos assentamentos humanos; e sustentabilidade cultural, que pela busca do entendimento e respeito das particularidades locais, deve se estimular o processo de desenvolvimento de forma adaptada.

Atualmente, se tem observado um diálogo entre os diferentes enfoques: “As divergências existentes entre as concepções de desenvolvimento, elas não são excludentes. Na verdade, em alguns pontos, elas se completam.” (SCATOLIN, 1989, p.24.) Numa visão ampla devemos então perceber esse conceito por suas diversas dimensões de forma interdependente, tal como Tenório (2007) enuncia: econômica, social, cultural, ambiental e físico-territorial, político-institucional e científico-tecnológica. Sem, contudo, perder de vista a perspectiva sustentável para a realização das ações.

Assim como as discussões que focam as mais variadas esferas das atividades humanas, a discussão sobre desenvolvimento também se dá em relação à escala que ele deve ser planejado e estimulado, seja nacionalmente, regionalmente ou localmente.

O início da atenção para o desenvolvimento local, começou a partir da década de 90 quando pensadores, políticos e economistas desenvolvimentistas passaram a discutir o desenvolvimento a partir das características de determinados locais (TENÓRIO, 2007). Essa forma de desenvolvimento nasce da ideia de que o mercado, ao contrário do pensamento liberal, não consegue resolver por si só as desigualdades que surgem em comunidades, cidades ou regiões, havendo, assim, preocupação em achar alternativas que minimizem carências e disparidades em espaços regionais delimitados, complementando projetos de desenvolvimento nacional, que normalmente não resolvem tais problemas. (TENÓRIO, 2007).

Isso também é o que Paula (2009) compartilha, a ideia de que o desenvolvimento local surge em razão de incongruências criadas pelo modelo dominante: “o conceito de desenvolvimento local vem sendo elaborado num ambiente de crítica ao fenômeno da exclusão social, que foi agravado pelo processo de globalização” (PAULA, 2009, p.2). Nesse sentido, o desenvolvimento local pretende ser incluyente e sustentável, na perspectiva de se afirmar como alternativa aos modelos dominantes que se revelaram concentradores de riqueza e devastadores do meio ambiente (PAULA, 2009).

Segundo IPEA (1998), a justificativa do desenvolvimento local é a atuação onde ocorre a “ferida”, busca-se, com a ação local, aproveitar o espaço reduzido ou contextos comuns, para poder entender melhor os problemas e as necessidades da região. Junto com esse entendimento, a proximidade com a comunidade possibilita uma maior sinergia, aproveitamento das vantagens competitivas da região e motivação dos interessados, que atacarão o problema na raiz.

Esta forma de desenvolvimento, então, se relaciona com a identificação de uma identidade própria do território. Resultando da identificação e reconhecimento dos ativos

locais, o desenvolvimento surgirá do aproveitamento e desenvolvimento das potencialidades e vantagens de cada território (PAULA, 2009). Isso leva que “o desenvolvimento local pode ser conceituado como um processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos” (BUARQUE, 2002, p.25).

Contudo, apesar da perspectiva de desenvolvimento pelo aproveitamento das vantagens locais, segundo Andion (2003), esse foco não deve levar ao fechamento para outras regiões. O autor argumenta que estudos socioeconômicos vêm identificando que as regiões mais competitivas são aquelas que mantêm laços com a economia global, em outras palavras, o desenvolvimento local só se efetiva se aberta para relações com o mundo exterior.

Por isso, é necessário ressaltar que o desenvolvimento local está inserido em uma realidade mais ampla e complexa com a qual interage e da qual recebe influências e pressões positivas e negativas; e, como já dito, deve trabalhar essas influências e aproveitar os fatores dinamizadores externos (BUARQUE, 2002, p.34)

De uma forma ou de outra, não se pode pensar em desenvolvimento sem articulações com os cidadãos e a sociedade civil, visto que esse grupo será impactado diretamente pelos esforços e consegue proporcionar uma visão cotidiana dos problemas, possibilitando a identificação mais precisa daqueles pontos que necessitam de melhoria, quais ações estão surtindo efeito e como melhorá-las, resumindo, é o “termômetro” do desenvolvimento.

É nesse ponto que toca Tenório *et al* (2008) ao identificar que “as ações locais de desenvolvimento não podem ocorrer como monopólio do poder público” (TENÓRIO *et al*, 2008, p.1), o governo deve funcionar como um articulador e facilitador de ações que tenham sido construídas com ajuda da comunidade.

Isso leva ao entendimento de que não se pode pensar desenvolvimento local sem canais de acesso à população que possibilitem que as decisões sejam tomadas com base na participação da sociedade. Essa participação é crucial para Tenório (2007), ao analisar que o desenvolvimento deve ser ligado à questão da cidadania, sendo esta um pré-requisito para que o processo participativo exista e contribua trazendo benefícios para a comunidade:

Por desenvolvimento local com cidadania entendemos aquela ação coordenada entre a sociedade e o poder público municipal, instituída por meio de um processo participativo e democrático, em prol do bem-estar social, econômico, político e cultural de um dado território (TENÓRIO, 2007, p.105).

Contudo, percebido por Tenório *et al* (2008), desenvolvimento na perspectiva local supõe o envolvimento de atores, ou seja, aqueles que na economia, política, cultura e sociedade influenciam o contexto local. Por isso, mesmo sendo uns dos atores principais para a efetividade de qualquer política, nem sempre a relação cidadãos-Estado basta para que sejam conseguidos recursos, levantados os valores da localidade e se tenha sucesso no projeto. O que leva a consideração de parcerias com organizações não-governamentais, empresas e formas organizadas de sociedade civil, como organizações religiosas, sindicatos, cada qual com seu papel para a contribuição no desenvolvimento local (BUARQUE, 1999).

Assim, mesmo atribuindo importância para a participação cidadã, Tenório (2007) entende que para o desenvolvimento local com cidadania ocorrer, essas ações devem ir além da associação entre população e governo, ou seja, o desenvolvimento sustentável de um território deve ser encarado “por meio da ação concertada entre os seus diferentes atores sociais: poder público (Executivo, Legislativo, Judiciário), sociedade civil organizada [...] e o mercado” (TENÓRIO, 2007, p.133).

Essa inclusão de diferentes atores visando o aprimoramento dos programas de desenvolvimento é abordada por Camarotti e Spink (2000). Esses autores, ao estudarem projetos de desenvolvimento local para melhoria das condições de vida dos habitantes de determinadas comunidades no Brasil, articularam debates reunindo depoimentos de diferentes participantes e partes interessadas em cada um dos programas. Tais discussões envolveram economistas, sociólogos, políticos, pesquisadores, ONGs, bancos e empresas privadas, cada ator expondo os pontos positivos e pontos críticos de cada ação de acordo com a visão de sua área. Isso reforça a ideia de que na teoria ou na prática uma mesma questão pode influenciar vários atores e que devemos encarar o desenvolvimento local por uma ótica multidisciplinar e comunicativa para atingir os objetivos e melhorar a qualidade de vida nas regiões visadas.

Segundo o IPEA (1998), o entendimento do desenvolvimento local é ainda mais amplo e pode ser articulado com outra questão: o aproveitamento da proximidade das demandas locais envolvendo uma pluralidade de atores para buscar melhorias e solucionar problemas é um dos caminhos para que o desenvolvimento se prolongue pelas gerações de forma sustentada, ou seja, insere-se aqui a questão da sustentabilidade.

Isso ocorre, ao ser analisado que o desenvolvimento local é uma ferramenta para desenvolver localidades carentes em recursos e, para isso, essas ações devem contar com o apoio da comunidade, sendo aplicadas por meio de uma instituição ou por um esforço interinstitucional que busca transformar a configuração da região para um ambiente sócio e

economicamente sustentável (IPEA, 1998). Essa ideia é resumida no que vem sendo chamado de desenvolvimento local integrado e sustentável:

Refere-se, portanto, o Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável a uma nova dinâmica socioeconômica capaz de, a partir do local de encontro de ações do Estado e da Sociedade, independente do seu tamanho, potencializar resultados em virtude das parcerias interinstitucionais, que ali podem ser mais facilmente celebradas, e da convergência e integração das políticas e dos programas que acabam coincidindo (IPEA, 1998).

Segundo Tenório (2007), o desenvolvimento local integrado e sustentável é um arranjo de condução do desenvolvimento local por meio da participação, criação de parcerias e integração de diferentes áreas e atores, de forma que se formem e aproveitem sinergias das ações em uma localidade. Assim, nas etapas de diagnóstico, planejamento, execução e avaliação, o uso desse entendimento não engloba apenas o envolvimento dos atores e criação de um processo de participação, mas também a relação entre as ações realizadas na região para que seja criada uma complementaridade e assim se alcance a sustentabilidade.

Por consequência da importância de haver diálogo e participação dos cidadãos, percebe-se que o desenvolvimento local está essencialmente ligado a uma questão específica, questão que entende a necessidade de mecanismos que articulem o envolvimento entre diferentes atores em prol do desenvolvimento de iniciativas que impactem e beneficiem os mesmos, fala-se aqui da gestão social.

Este conceito foi desenvolvido pelo fortalecimento da perspectiva social no que se refere à relação entre Sociedade-Estado e Trabalho-Capital, ou seja, a gestão social aborda “a importância das questões sociais para os sistemas-governo, sobretudo na implementação de políticas públicas, assim como dos sistemas-empresa no gerenciamento de seus negócios” (TENÓRIO, 2004, p.13).

Esse tema encontra o seu grande diferencial das outras formas de gestão, no processo de interação e comunicação entre os planejadores e os outros atores. Dessa maneira, entende-se que a articulação de canais que possibilitem a criação de um processo participativo entre os atores que serão afetados por uma ação é o fator que permitirá chegar às constatações mais emparelhadas com a realidade e decisões que tragam resultados mais efetivos (TENÓRIO, 2004). Ou seja, é inerente à gestão social um processo de diálogo com a sociedade por meio de canais institucionalizados, seja no planejamento, na execução e na avaliação de políticas públicas ou nas ações de instituições privadas (TENÓRIO, 2004).

Isso leva que, sem negligenciar que existem diversos atores envolvidos e impactados em qualquer tipo de ação, esses devem ser ouvidos já que podem contribuir para o desenrolar de um projeto. Todavia, não somente a inclusão de diferentes atores e abertura para discussão em espaços institucionalizados basta, é necessário equilíbrio nessa relação. Esse último fator é o que Tenório (2004) aponta como uma configuração que exalte a democratização nos relacionamentos, que ocorrem de forma orgânica, existentes em qualquer sociedade.

Englobando toda discussão desta seção, compartilha-se o entendimento de Tenório *et al* (2008) e Demo (1993), de que a participação não se cessa, ou seja, a participação é um processo, “não existe participação suficiente, nem acabada” (DEMO, 1993, p.8). Entende-se então, por consequência dos alicerces aqui expostos, que o desenvolvimento de qualquer localidade também deve ser encarado como um processo, sendo esse “diálogo contínuo”, fator necessário para se pensar em desenvolvimento local sustentado ao longo dos anos.

Por fim, compreendemos o conceito de desenvolvimento em suas múltiplas dimensões de forma interdependente, social, econômica, cultural, política e ambiental, não apenas em uma perspectiva relacionada ao desenvolvimento econômico. Essa visão alinhada com o desenvolvimento local, leva que esse esforço deve ser construído pela interação concertada entre sociedade civil, estado e mercado (representado pelas empresas), que por meio do diálogo construído de forma aberta e democrática, buscarão entender os problemas e particularidades da localidade, conduzindo a comunidade para alternativas de desenvolvimento que se sustentem no longo prazo e amenizem os desequilíbrios da região.

Dado que é necessário analisar os contextos de cada comunidade e das ações que serão tomadas, se torna necessário analisar a relação entre desenvolvimento local e turismo, identificando se esta atividade pode ser realizada tendo em vista a promoção do desenvolvimento local de forma participativa e inclusiva.

2.5 Turismo e Desenvolvimento Local com Participação: um Pré-requisito para a Sustentabilidade

Esta seção descreverá como é entendida a relação do turismo com o desenvolvimento local, ou seja, como o turismo pode ajudar para desenvolver determinada localidade ao aproveitar suas particularidades e potencial para a atividade turística e, ressaltando-se ainda, a

importância da participação nesse processo, sendo feita a ligação entre as duas grandes temáticas desta monografia.

Como visto na seção sobre turismo, ao longo das últimas décadas ele vem apresentando grande expressão na economia mundial e hoje ele já representa a segunda maior indústria do mundo em um mercado que envolve uma multiplicidade de atividades, com seus impactos se alastrando pelas esferas econômica, social, cultural e ambiental. Por essas características este setor está sendo visto como candidato para o desenvolvimento de regiões, já que ele se desenvolve por meio do aproveitamento de características singulares do local, que atraem os turistas e movimentam esse mercado.

O turismo se intensificou com a evolução das tecnologias de comunicação e de meios de transporte, evoluindo de forma que hoje não é visto apenas como uma atividade de lazer, mas ocupa importante papel social, político e econômico, sendo para alguns países o motor de seu desenvolvimento (BATISTA, 2003, p. 2).

Compreendida como uma indústria do setor de serviços ou terciário, o turismo, na verdade, tem caráter mais amplo e engloba relações de atividades industriais e comerciais, o que multiplica os seus impactos (BATISTA, 2003). Para Batista (2003), por gerar crescimento econômico, distribuição de riqueza, melhoria na qualidade de vida, alguns países estão investindo expressivamente para seu fortalecimento.

Quando se pensa no desenvolvimento da indústria turística, devemos entender que ele está relacionado às características das regiões, como cultura, geografia, economia, infraestrutura, aspectos históricos, dentre outras que determinam a oferta turística e o interesse que os turistas terão em conhecer e permanecer em uma região. Essa flexibilidade e versatilidade às condições locais, somada a capacidade de geração e distribuição de renda traz benefícios para a população da localidade (FILHO e SILVA, 2010).

Pela união dessas características, potencial e amplitude de impacto da atividade e o relacionamento com as particularidades da região, o turismo é logicamente ligado ao desenvolvimento local.

No Ministério do Turismo, o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), organizado pelo Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur), representa um desdobramento do entendimento do governo de que o turismo pode promover desenvolvimento e que esta atividade e a localidade são duas variáveis que devem ser desenvolvidas de forma conjunta, por isso busca conscientizar os municípios da importância do turismo e os orienta sobre como é possível desenvolvê-lo em sua comunidade (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2007a).

Segundo Oliveira (2001), nesse programa (que em 1998 contava com a participação de 1.284 cidades) algumas perguntas que identificam as características locais devem ser respondidas para que o turismo de fato contribua para o desenvolvimento local: o turismo é importante para impulsionar a economia da região? Quais são as tendências do mercado, os estilos de vida, as necessidades e as preferências dos turistas? Quais estratégias e investimentos devem ser feitos para que a localidade seja competitiva na indústria turística? O que é preciso fazer para que um local estabeleça um nicho no setor de turismo? Quais são os riscos que o turismo produz? Quais as formas de comunicação mais eficientes na tarefa de atrair e manter os turistas?

Englobando esse olhar de que o turismo é uma ferramenta de desenvolvimento, Cunha (1997) descreve cinco razões pelas quais o turismo pode contribuir para o desenvolvimento local: em primeiro lugar, como o turismo é função das características locais, para as regiões que tem potencial é a atividade turística que melhor pode desenvolver os recursos locais; em segundo lugar, quando um turista consome produtos produzidos localmente ocorre uma transferência de rendimentos que poderia não ocorrer caso não houvesse a atividade; em terceiro, esta atividade demanda e justifica investimentos, da iniciativa privada e pública, em infraestrutura, equipamento, capacitação, que acaba por beneficiar a população local e possibilitar a instalação de outras atividades; em quarto lugar, o turismo desenvolve a produção local; e por último, esta atividade possibilita o equilíbrio das desigualdades de uma região.

Para Pilleret *al* (2004), além do turismo promover o desenvolvimento dos recursos humanos, ao capacitá-los para atendimento da demanda turística, pode fortalecer a cultura da região ao organizá-la e preservá-la em vista do seu uso econômico.

Contudo, é importante atentar para a seguinte questão: as regiões têm diferentes potenciais de desenvolvimento da atividade turística, com isso, nem todas podem basear seu desenvolvimento nesta atividade (CUNHA, 1997). Dessa forma, o turismo pode ser a atividade central no desenvolvimento de uma comunidade, pode ser uma atividade que contribui para o desenvolvimento de forma significativa mais não é a dominante ou, até mesmo, pode não representar grande proporção da economia de uma região (CUNHA, 1997).

Por outro lado, esta atividade que tem potencial de promover amplos impactos positivos, também pode promover impactos negativos na mesma amplitude. Como lembra Batista (2003), se por um lado o turismo pode resultar em aumento da economia, criação de empregos, aumento da arrecadação do governo com impostos, possibilitar o intercâmbio cultural, por outro lado, o turismo também pode tornar uma localidade extremamente

dependente da atividade, ficando sensível a variações no mercado; da mesma forma o mercado local poderá ter seus preços inflacionados pela presença dos visitantes e junto com esse fluxo poderá haver perda de identidade cultural e mudanças nos padrões de consumo.

Também dando atenção para os impactos negativos do turismo, Gmelch (2010) atenta que o turismo em alguns casos pode não beneficiar todos de maneira igual, com poucos se beneficiando das oportunidades e pode trazer impactos para o meio-ambiente e para a cultura local.

Apontado por Loiola (2004), corre-se o risco de desenvolverem problemas sociais como a prostituição, drogas e ainda ter o meio ambiente degradado pela circulação de pessoas de forma não planejada, o que em alguns casos chega a influenciar a paisagem, que por vezes é o principal atrativo de uma região. Para essa autora, como essa indústria do turismo se insere na lógica de mercado, isso acaba por gerar desequilíbrios que podem se tornar custos para o governo ao buscar equilibrar incongruências com subsídios, contrapondo a corrente que entende o turismo como distribuidor de riquezas e equilibrador de desigualdades.

Fechando esse quadro de pontos negativos, alguns estudos apontam outros fatores de desequilíbrios, como por exemplo, a concentração do turismo em determinadas regiões; a sazonalidade, gerando externalidades negativas ao promover a superlotação e superexploração em determinadas épocas do ano; e a existência de agências, operadores de turismo e outros intermediários, que não fazem parte da economia local e não repassam para a comunidade os ganhos acumulados com passagens, pacotes de passeios e outras receitas que representam grande parte dos gastos em viagens (LOIOLA, 2004, p.18-22).

Por isso, é necessário estar atento às conjunturas econômicas, sociais, ambientais, culturais e políticas de uma localidade, para que esta atividade multissetorial possa ser exercida de modo que resulte em benefícios para a região e não traga impactos negativos para o meio ambiente e a população local.

Segundo Sousa (2006), além de se conhecer os recursos locais é de crucial importância o envolvimento da população no planejamento e implementação do turismo em uma região. Isso porque, dependendo da escala e da forma como é desenvolvido, o turismo pode não ser viável e muito menos desejável para o local (SWARBROOKE, 2000).

De acordo com Oliveira (2001), para o turismo promover o desenvolvimento de forma mais significativa e com o menor número de impactos negativos, deve contemplar as relações entre os atores privados, públicos e a população:

O planejamento e a operação do turismo devem ser inter-setoriais e integrados, envolvendo várias organizações governamentais, empresas privadas, grupos de cidadãos e indivíduos, permitindo deste modo obter o maior número possível de benefícios (OLIVEIRA, 2001, p. 168).

Logo, visando evitar os efeitos negativos, o turismo deve ser pensado numa perspectiva que, ao envolver os atores e o conhecimento da região, traga desenvolvimento local de forma sustentada. Dentro desta discussão está a ideia de que “as sociedades podem modelar seu desenvolvimento de maneira a preservar as pré-condições de desenvolvimento para as futuras gerações” (AZEVEDO e IRVING, 2002, p. 35). Ou seja, o entendimento da importância da participação para o turismo e o desenvolvimento local está ligado com a questão da sustentabilidade do desenvolvimento da região.

Como falado anteriormente, a sustentabilidade é compreendida em ações que visem o desenvolvimento no longo prazo e é abordada por Bellen (2005) como um conceito amplo e sistêmico, em que na sua abordagem teórica e prática não se deve perder de vista que existe interação entre as partes e que ações em cada esfera impacta as outras.

Segundo Azevedo e Irving (2002), a inserção da noção de desenvolvimento sustentável na discussão do turismo ou qualquer outra atividade rompe com a ideia de equivalência entre desenvolvimento e crescimento econômico, que acontece de forma linear e que existe uma fórmula que, se seguida, trará os benefícios previstos. Entende-se, então, cada local tendo uma organização orgânica e características específicas que devem ser entendidas para serem desenvolvidas.

Especificamente na indústria do turismo, por ter impacto tão amplo, o desenvolvimento pode ser estudado pela perspectiva sustentável e as suas diversas esferas. Por exemplo, o autor Sachs (1993) é abordado por Loiola (2004), que fez uma adaptação de suas ideias para o conceito de turismo sustentável, entendendo a sustentabilidade na atividade turística como: ecológica, econômica, social, cultural e espacial (LOIOLA, 2004, p.13). A sustentabilidade ecológica se refere à proteção e conservação dos recursos naturais da localidade enquanto for explorada; a sustentabilidade social remete à inserção dos cidadãos no processo de planejamento das atividades visando à diminuição dos desequilíbrios gerados pela atividade, promovendo um efetivo desenvolvimento; a sustentabilidade cultural entende a proteção e valorização do patrimônio cultural; a econômica, se refere à utilização eficiente dos recursos e a internalização dos benefícios econômicos na localidade; e a territorial,

engloba o equilíbrio na distribuição dos assentamentos turísticos para não sobrecarregar ou desvalorizar uma região (LOIOLA, 2004, p. 13-14).

Essa autora, contudo, não engloba a questão política que é um âmbito inseparável para realização dessa atividade. Isto porque os governos são os principais provedores dos pré-requisitos para que essa atividade aconteça, devendo se atentar para a importância da relação entre as três esferas do poder e suas políticas para tornar o desenvolvimento do turismo sustentável em uma região (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2007b).

Segundo Ministério do Turismo (2007b) no planejamento do turismo com sustentabilidade dois grandes desafios aparecem: converter a região em destino turístico sem comprometer seus recursos naturais, nem o patrimônio cultural, e buscar distribuir riquezas e diminuir desigualdades sociais. Para esse desenvolvimento, essa instituição compartilha a seguinte visão da Organização Mundial de Comércio:

Turismo sustentável é a atividade que satisfaz as necessidades dos turistas e as necessidades socioeconômicas das regiões receptoras, enquanto a integridade cultural, a integridade dos ambientes naturais e a diversidade biológica são mantidas para o futuro (OMT, 1999, p.18).

Nesse sentido, além da comunidade local, do meio ambiente e da cultura, as expectativas e os comportamentos dos turistas também devem ser incluídas no desenrolar dessa atividade, já que ele é ator determinante para essa atividade ocorrer.

Segundo Swarbrooke (2000), normalmente ao falar de turismo sustentável são estudados os impactos ambientais, pois mudanças socioculturais ocorrem de forma mais lenta, entretanto, esse autor exalta a extensão que impactos sociais podem ter e que é imprescindível atentar para eles. Dessa forma, apesar das outras dimensões do desenvolvimento e o entendimento da interdependência delas, para Azevedo e Irving (2002), a atenção para a variável social e a comunidade local é central para que o turismo se desenvolva sustentavelmente: “A participação social no processo de tomada de decisões constitui pré-requisito à sustentabilidade e legitimidade de todo e qualquer projeto.” (AZEVEDO e IRVING, 2002, p.36.)

No desenvolvimento local os atores devem se sentir responsáveis pelas ações, o que resultará no planejamento coerente com a realidade local e que as ações sejam

acompanhadas de perto, todavia, só é possível pensar em corresponsabilidade com participação (AZEVEDO e IRVING, 2002). Esta se realiza pelo simples prazer de participar ou pela cooperação visando maior eficiência das ações, devendo, por isso, serem criados canais para que haja esse processo (AZEVEDO e IRVING, 2002).

Isso é o que aborda Ministério do Turismo (2007a), ressaltando que devem ser desenvolvidos mecanismos para a inserção da comunidade local no desenvolvimento sustentável do mercado turístico local:

Independentemente da configuração adotada para o Órgão Municipal de Turismo é fundamental que esta seja vinculada a um Colegiado Local (fórum, comitê, conselho etc.) que agrupe, em uma rede de colaboração, um conjunto de atores. Entre esses atores destacam-se: os gestores públicos; as lideranças comunitárias; os agentes da economia privada do comércio e serviços voltados ao turismo, especialmente, dos setores de gastronomia e hotelaria; os representantes dos artesãos; os representantes de grupos locais de interesse cultural etc [...] Ressalta-se que a participação é um dos princípios fundamentais do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil. Somente com uma participação intensa e comprometida desses atores e com a colaboração efetiva entre eles será possível conceber estratégias convergentes para realizar um Plano Municipal de Desenvolvimento Sustentável do Turismo (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2007a, p. 29-30).

Para o turismo agir no desenvolvimento local com sustentabilidade deve se pensar em um processo de planejamento e tomada de decisão que inclua a comunidade. Isso porque esta tem conhecimento sobre as deficiências e forças da região e é umas das principais afetadas com as decisões, dessa maneira, se forem criados seminários, grupos de discussão, cursos, oficinas (estes dois últimos suprindo a lacuna da educação, fator necessário para o desenvolvimento), incluídas as lideranças na elaboração de planos de ação local, serão alcançadas ações mais calibradas com o contexto local e aumentando a possibilidade de sucesso da atividade na região (AZEVEDO e IRVING, 2002, p. 95-98). Ou seja, a criação de um processo colaborativo para a realização do turismo como promotor do desenvolvimento local é essencial.

Além da participação e inclusão, Swarbrooke (2000) destaca que, nesse esforço de desenvolvimento do turismo com atenção ao social, deve se buscar relacionamentos equilibrados. Deve haver equidade e equivalência de oportunidades para aqueles que buscam participar da atividade e relações baseadas na ética e equivalência de parcerias, tal como

apontou Tenório (2004) ao mostrar a importância da democratização e equilíbrio nos processos de participação.

Concluindo, o turismo, um segmento de notável expressão mundial, por essência depende das características locais para se desenvolver e sua realização se destaca pelo envolvimento de uma diversidade de setores e uma grande cadeia produtiva. Dessa forma, é evidente que ele está relacionado com a perspectiva local e com o desenvolvimento.

No entanto, para que os benefícios sejam alcançados e mantidos ao longo das gerações e que uma tentativa de desenvolvimento não venha ter o efeito contrário e acabar prejudicando a região, entende-se que a busca do desenvolvimento local por meio do turismo deve dialogar com o entendimento sobre desenvolvimento local e gestão social, questões citadas por Tenório (2007), Buarque (2002) e Camarotti e Spink (2000). Ou seja, para esse desenvolvimento é necessário que os planejadores e implementadores de políticas relacionadas ao turismo busquem o desenvolvimento por meio de uma visão integrada do Estado, empresas e, principalmente, dos cidadãos, criando canais para comunicação e inclusão destes no processo de planejamento, execução e avaliação. Resultando, assim, em ações de desenvolvimento turístico que estarão atreladas às demandas da região, possibilitando o aprimoramento contínuo e efetiva contribuição para o bem-estar da comunidade.

3 Metodologia

Este capítulo descreve os procedimentos metodológicos que foram adotados para a realização desta monografia, tendo em vista o alcance dos objetivos. Iniciando o capítulo com o tipo de pesquisa que foi realizada e a forma como foram obtidos os dados, apresentando em seguida como estes foram tratados e finalizando com as limitações dos métodos escolhidos.

3.1 Tipo de Pesquisa

Retomando o objetivo principal desta monografia de: analisar, pelo viés da participação cidadã, se o turismo está sendo desenvolvido de forma sustentada na comunidade do morro Dona Marta. Para alcançar esse resultado a pesquisa realizada foi essencialmente

qualitativa, pois este trabalho compartilha o entendimento de Martins (2004) de que este método, bastante usado pelas ciências sociais, engloba a complexidade existente em determinados contextos que não poderia ser traduzida apenas por números.

Por abrir caminhos para o entendimento dessa complexidade, a pesquisa qualitativa também deve ser limitada de forma que não se torne excessivamente trabalhosa e traga conclusões fiéis à realidade. Assim, segundo Neves (1996), a pesquisa qualitativa pressupõe um corte espaço-temporal do objeto de estudo, essa limitação foi realizada no estudo, a partir da limitação da pesquisa para a comunidade do Dona Marta, pois foi a primeira a receber a UPP, logo, a princípio tem ações sendo desenvolvidas a mais tempo, o que possibilita analisar melhor seus desdobramentos. E a realização das entrevistas se restringiu a abril de 2011 e o foco de análise se limitou às mudanças ocorridas a partir de 2008, data da implantação da UPP.

Em relação ao desenvolvimento da pesquisa, Vergara (1998) a divide em dois grupos, quanto aos fins e quanto aos meios. O primeiro se refere à finalidade do estudo, o que ele busca atingir, e o segundo toca na forma que a pesquisa é realizada para alcance desses fins.

No que se refere à finalidade da pesquisa, ela foi descritiva. “As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis.” (GIL, 2002, p.42.) Então, ela foi descritiva, pois buscou expor as percepções dos atores do morro Dona Marta sobre como o turismo vem sendo desenvolvido na região. E de forma conjunta com a descrição foi realizada a análise dos dados estudados, assim, a pesquisa foi de cunho descritivo-analítico.

Em relação aos meios utilizados para o alcance dos objetivos, este trabalho utilizou as transcrições das entrevistas realizadas pelo Programa de Estudo em Gestão Social (PEGS) da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (EBAPE), coordenado pelo professor Fernando Tenório, em parceria com o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) e o Núcleo de Turismo (NT) da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Essas entrevistas resultaram de um projeto encomendado pelo Ministério do Turismo, que tinha o objetivo de mapear a forma como a atividade turística estava sendo desenvolvida na comunidade do Santa Marta em vista da formulação de um planejamento estratégico para o desenvolvimento da atividade turística na região.

Realizaram-se 25 entrevistas em profundidade na forma semi-estruturada, que geraram 325 páginas de transcrições. Nelas foram englobados os seguintes atores sociais: moradores, comerciantes, lideranças locais, policiais que atuam na UPP da comunidade, guias e operadores de turismo que trabalham regularmente na região.

Essas entrevistas foram realizadas por meio de diversas visitas ao longo do mês de abril de 2011 e vale destacar que a entrevistadora, então doutoranda, Palloma Valle Menezes, residiu na comunidade nos 10 meses que antecederam a realização desses questionários, o que lhe possibilitou contato estreito com a realidade da comunidade, tal como com alguns moradores e suas percepções.

Somado a isso, durante a elaboração deste trabalho o autor participou de grupos de discussão com a equipe do PEGS sobre a temática de desenvolvimento local, cidadania e turismo em favela, e colaborou para a elaboração de trabalhos científicos relacionados ao turismo no Santa Marta, o que contribuiu para o entendimento acerca do tema estudado.

Ainda, foram realizadas observações *in loco* visando a familiarização com o objeto de estudo e melhor entendimento do conteúdo encontrado nas entrevistas e no referencial, contribuindo, assim, para a realização da análise.

Para o desenvolvimento da argumentação também foi utilizada a pesquisa bibliográfica, que “é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 2002, p.44). Foram utilizados artigos, livros e outras publicações como jornais e revistas que serviram para construção do referencial e entendimento da questão.

De forma complementar, usou-se a pesquisa documental, já que foram utilizados relatórios de pesquisa do grupo citado anteriormente (PEGS, CPDOC e NT), que são definidos por Gil (2002) como parte da pesquisa documental, por serem “documentos de segunda mão, que de alguma forma já foram analisados” (GIL, 2002).

3.2 Tratamento dos Dados

Nesta seção relata-se a forma como se trataram os dados para serem utilizados na pesquisa, visando contribuir para responder se o turismo vem sendo desenvolvido com a participação da comunidade.

3.2.1 Entrevistas

Para as entrevistas que serviram de base para este trabalho foi realizada uma categorização do conteúdo das transcrições, retirando e classificando as informações relevantes para o alcance dos objetivos.

O uso da categorização visa dispor os dados de uma forma que facilite a interpretação: “A categorização consiste na organização dos dados de forma que o pesquisador consiga tomar decisões e tirar conclusões a partir deles.” (Gil, 2002, p.134.)

Já que o trabalho parte da premissa de que para o turismo contribuir para o desenvolvimento local de forma sustentável é necessária a participação dos cidadãos e outros atores, a categorização se baseou no trabalho “Critérios para a avaliação de processos decisórios participativos deliberativos na implementação de políticas públicas” (TENÓRIO *et al*, 2008). Os indicadores que o artigo de TENÓRIO *et al* (2008) se refere, foram elaborados com o objetivo de avaliar a qualidade das políticas públicas no que tange a questão da participação e suas categorias de avaliação são: processo de discussão, inclusão, pluralismo, igualdade participativa, autonomia e bem comum (TENÓRIO *et al*, 2008, pág.9). Os critérios e as categorias são resumidos no Quadro 1.

Categorias	Crítérios
Processo de discussão: discussão de problemas através da autoridade negociada na esfera pública. Pressupõe igualdade de direitos e é entendido como um espaço intersubjetivo e comunicativo que possibilita o entendimento dos atores sociais envolvidos.	Canais de difusão: existência e utilização de canais adequados ao acesso à informação para a mobilização dos potenciais participantes
	Qualidade da informação: diversidade, clareza e utilidade da informação proporcionada aos atores envolvidos.
	Espaços de transversalidade: espaços que atravessam setores no intuito de integrar diferentes pontos de vista.
	Pluralidade do grupo promotor: compartilhamento da liderança afim de reunir diferentes potenciais atores.
	Órgãos existentes: uso de órgãos e estruturas já existentes evitando a duplicação das estruturas.
	Órgãos de acompanhamento: existência de um órgão que faça o acompanhamento de todo o processo, desde sua elaboração até a implementação, garantindo a coerência e fidelidade ao que foi deliberado de forma participativa.
	Relação com outros processos participativos: interação com outros sistemas participativos já existentes na região.
Inclusão: incorporação de atores individuais e coletivos anteriormente excluídos dos espaços decisórios de políticas públicas.	Abertura dos espaços de decisão: processos, mecanismos, instituições que favorecem a articulação dos interesses dos cidadãos ou dos grupos, dando uma chance igual a todos de participação na tomada de decisão.
	Aceitação social, política e técnica: reconhecimento pelos atores da necessidade de uma metodologia participativa, tanto no âmbito social, quanto no político e no técnico.
	Valorização cidadã: valorização por parte da cidadania sobre a relevância da sua participação.
Pluralismo: multiplicidade de atores (poder público, mercado e sociedade civil) que, a partir de seus diferentes pontos de vista, estão envolvidos no processo de tomada de decisão nas políticas públicas.	Participação de diferentes atores: atuação de associações, movimentos e organizações, bem como cidadãos não organizados, envolvidos no processo deliberativo.
	Perfil dos atores: características dos atores em relação as suas experiências em processos democráticos de participação.
Igualdade participativa: isonomia efetiva de atuação nos processos de tomada de decisão nas políticas públicas.	Forma de escolha de representantes: métodos utilizados para a escolha de representantes.
	Discursos dos representantes: valorização de processos participativos nos discursos exercidos por representantes.
	Avaliação participativa: intervenção dos participantes no acompanhamento e na avaliação das políticas públicas.
Autonomia: apropriação indistinta do poder decisório pelos diferentes atores nas políticas públicas.	Origem das proposições: identificação da iniciativa das proposições e sua congruência com o interesse dos beneficiários das políticas públicas adotadas.
	Alçada dos atores: intensidade com que as administrações locais, dentro de determinado território, podem intervir na problemática planejada.
	Perfil da liderança: características da liderança em relação à condução descentralizadora do processo de deliberação e de execução.
	Possibilidade de exercer a própria vontade: instituições, normas e procedimentos que permitam o exercício da vontade política individual ou coletiva.
Bem comum: bem-estar social alcançado através da prática republicana.	Objetivos alcançados: relação entre os objetivos planejados e os realizados.
	Aprovação cidadã dos resultados: avaliação positiva dos atores sobre os resultados alcançados.

Quadro 1: **Cidadania deliberativa: critérios de análise** - Fonte (TENÓRIO et al, 2008, p.16).

Segundo Tenório *et al* (2008), essas categorias podem servir para diversos tipos de análise sobre cidadania deliberativa. Para o tratamento dos dados disponíveis para este trabalho foram adaptadas três das seis categorias, encaradas como as mais adaptadas ao contexto estudado e aos objetivos:

- Inclusão: tal qual Tenório *et al* (2008) avaliou-se que a categoria de inclusão está atrelada ao entendimento de que a opinião de todos indivíduos e grupos, até aqueles que antes eram excluídos, é importante e deve ser incorporada ao processo decisório, devendo por isso haver espaço para que haja essa inclusão. Logo, para esta categoria buscou-se dados que indicavam a abertura ou não de espaços para discussão dos atores sobre o turismo local.

- Pluralismo: a categoria pluralismo se manifesta da compreensão que estamos em uma sociedade formada por uma diversidade de atores que se relacionam organicamente, logo esses diferentes atores locais devem ser contemplados no processo decisório (TENÓRIO *et al*, 2008), complementando a categoria anterior. Assim, buscou-se perceber as opiniões dos diferentes grupos entrevistados sobre o turismo no Dona Marta e o perfil de cada um.

- Bem-comum: entendida por Tenório *et al* (2008) como a contribuição para o bem-estar da comunidade de forma tangível ou intangível. Atentou-se aqui, para a percepção dos atores quanto aos resultados da atividade turística na localidade.

Visando assegurar o anonimato dos entrevistados, no capítulo de análise dos resultados utilizou-se apenas o gênero, lugar social e o código do entrevistado (Por exemplo: Entrevistado 1 – homem, guia e morador), sem referências pessoais como idade e características físicas.

3.2.2 Pesquisa Bibliográfica e Documental

O tratamento dos dados por esse meio seguiu a metodologia de Gil (2002), onde a pesquisa bibliográfica e documental, ao fornecer dados e informações consistentes, pode contribuir para a pesquisa proposta e deve ser realizada da seguinte forma: uma leitura exploratória, momento em que se verificou quais obras interessavam à pesquisa; leitura seletiva, onde foi selecionado o que de fato contribuía para o trabalho; leitura analítica, onde realizou-se o ordenamento e resumo das informações das fontes; leitura interpretativa, etapa posterior que relacionou o que foi lido com o que o problema proposto; por fim, realizadas as leituras e apontamentos, foi analisado se elas indicavam questões relativas à atividade turística na comunidade.

Assim, no trabalho com os dados provenientes da pesquisa bibliográfica, para cada assunto foi realizado levantamento prévio sobre o conteúdo em revistas, jornais, periódicos

impressos, periódicos eletrônicos, artigos e livros, selecionando aqueles documentos que eram relevantes. Em seguida, após análise e interpretação as informações foram agregadas de forma estruturada aos capítulos do referencial deste trabalho, servindo de embasamento para a construção da pesquisa e apresentação dos resultados.

Já para a utilização dos relatórios de pesquisa, os quais o acesso só foi possível devido à participação no grupo de pesquisa sobre o turismo, foram selecionados aqueles que eram relacionados com o presente estudo e seus conteúdos contribuíram para o referencial sobre o Santa Marta.

3.3 Limitações do Método

Como qualquer método, os usados na pesquisa apresentam limitações, estas serão apresentadas a seguir.

3.3.1 Pesquisa de Campo e Entrevistas

A limitação da abrangência da pesquisa ao morro Dona Marta, não englobando outras comunidades contempladas pelas UPPs, como Borel, Complexo do Alemão, Pavão-Pavãozinho, em função do tempo e recursos disponíveis para a pesquisa, não permitirá que os resultados sejam generalizados, já que a localidade se apresenta em contexto específico.

Apesar de terem sido realizadas observações no local da comunidade estudada, as entrevistas não foram realizadas pelo autor, o que configura uma limitação já que não foram captadas informações próprias desse contato.

Em relação aos dados coletados, uma limitação diz respeito às experiências do pesquisador que podem influenciar o conteúdo das entrevistas, “como, na maioria das vezes, os dados são coletados por um único pesquisador, existe risco de subjetivismo na análise e interpretação dos resultados da pesquisa” (Gil, 2002, p.53).

Outra limitação comumente encontrada é a predisposição do entrevistado para responder as questões levantadas de forma fiel à realidade, que pode ser afetada pelo momento de vida, carga emocional e capacidade do entrevistado passar

confianças. Observações como essa foram encontradas no Relatório da etapa qualitativa, por Palloma Valle Menezes, sobre as entrevistas realizadas, onde foi atentado que: algumas pessoas se recusaram a responder os questionários; outras demonstram-se desconfiadas do real objetivo da pesquisa; e pela quantidade de pesquisas que estavam sendo realizadas no Santa Marta alguns moradores se disseram “cansados de dar entrevistas” e alegaram ser uma “perda de tempo”, pois não percebiam desdobramentos ou consequências de suas entrevistas. Para contornar isso os entrevistadores buscaram explicar aos moradores que essa pesquisa tinha não só o objetivo de mapear o funcionamento da atividade turística no Santa Marta no momento, mas que também possuía o intuito de orientar políticas públicas ligadas à temática do turismo em favelas e apontar caminhos para que futuramente o desenvolvimento do turismo no Santa Marta possa acontecer de uma forma que agrade e beneficie mais a população local.

No entanto, mesmo com os esforços dos entrevistadores, as questões destacadas acima podem ter influenciado as respostas dos entrevistados.

3.3.2 Pesquisa Bibliográfica e Documental

No trabalho das fontes bibliográficas houve, basicamente, dificuldade de acesso aos documentos relacionados ao turismo na comunidade, como por exemplo, o documento que descreve o projeto Rio Top Tour e estatísticas sobre a atividade no Santa Marta, o que ocasionou uma limitação para descrição e análise deste trabalho.

Para Gil (2002), por vezes as fontes podem apresentar dados coletados ou processados equivocadamente, logo, o trabalho que utiliza dessas fontes também apresentará incoerências. Dessa forma, tanto os documentos retirados em fontes públicas como os relatórios utilizados, apesar de esforço para evitar incongruências, podem ter tido na sua elaboração direcionamentos ou contradições que só seriam percebidos com estudo aprofundado de cada caso, o que está fora do escopo dessa pesquisa.

4 Análise dos Resultados

Neste capítulo serão apresentados os resultados e a análise da atividade turística desenvolvida no Santa Marta à luz das teorias de desenvolvimento local com participação cidadã e gestão social. Para isso, como citado no capítulo de metodologia, usaram-se as categorias de Tenório *et al* (2008), que propõem indicadores para avaliação do quesito participação nas ações do governo. A metodologia desse autor propõe seis categorias, contudo, para este estudo foram escolhidas apenas três delas: inclusão, pluralismo e bem-comum. Essas categorias foram escolhidas por estarem de acordo com o entendimento de que a participação acertada dos moradores com outros atores é essencial para o desenvolvimento sustentável do turismo e foram entendidas como relevantes para o alcance do objetivo de pesquisa.

Antes de iniciar a análise de cada uma dessas categorias, vale observar que assim como os relacionamentos em um local são entendidos de forma plural e dialógica, as categorias de Tenório *et al* (2008) também serão compreendidas dessa forma, interdependentes.

4.1 Inclusão

Na análise desta categoria é entendida a necessidade de haver inclusão dos atores, sendo observado, por meio dos critérios propostos por Tenório *et al* (2008), se na atividade turística da comunidade estudada existe espaços para que ocorra essa inclusão e se os cidadãos reconhecem e dão valor para a participação. Nesse sentido, para falar de inclusão, a lógica de análise partirá do questionamento das seguintes percepções sobre a atividade turística Santa Marta: se a comunidade foi incluída no planejamento e inserção da atividade no morro; se existem espaços de discussão sobre a atividade turística na favela e a opinião dos moradores sobre essa participação.

Esta seção engloba os estudos de Azevedo e Irving (2000), autores que enxergam que o desenvolvimento local por meio do turismo deve contar com a participação dos cidadãos. E Tenório (2004) que argumentou a necessidade da criação de mecanismos participativos entre

os atores. Dessa forma, a comunidade deve estar inserida na discussão sobre o turismo e também, visto a intenção de desenvolvimento local, incluída na realização das atividades.

A partir do processo de pacificação das favelas em 2008, no qual a favela Santa Marta foi pioneira, as atividades turísticas que antes se concentravam na Rocinha passaram a ser transferidas para o Santa Marta, e um novo produto foi criado: a favela pacificada. Neste contexto, vale destacar o projeto Rio Top Tour, implementado pela Secretaria de Turismo, Esporte e Lazer do Estado do Rio de Janeiro a partir de 2010, que teve como objetivo a capacitação dos moradores da região para se tornarem guias e a sinalização da favela para ajudar os turistas. Com a implementação desse programa a atividade turística na favela Santa Marta se consolidou e ganhou destaque.

É um consenso para os entrevistados que o turismo aumentou após a entrada da UPP, contudo, não é tão evidente que houve inclusão dos moradores no planejamento e inserção da atividade turística na comunidade, como aponta o sócio da primeira agência a realizar *tours* na região. Em primeiro momento ele cita que iniciou suas atividades apoiado pelo governo:

Quando entrou a UPP, o Secretário de Turismo me chamou, o Antônio Pedro [...] e falou: “eu preciso que a gente comece a integrar o turismo lá, preciso dessa inserção.” Então, a gente foi e aí a gente começou com um trabalho de traçar o roteiro, o que seria feito. (ENTREVISTADO 1 – homem, sócio de agência de turismo e não é morador).

E em seguida transparece que o início dessas atividades, incentivadas pelo governo, não contou com o envolvimento da comunidade e não aconteceu de forma gradual, passando a atender que é necessário equilíbrio nos relacionamentos somente após o início das atividades da agência no local: “Então, assim, a gente entrou e eles não têm como impedir a entrada, mas a gente tem que tentar achar uma harmonia.” (ENTREVISTADO 1 – homem, sócio de agência de turismo e não é morador.)

Da mesma forma, um guia que não é morador do Santa Marta, indicou que iniciou seus trabalhos sem o envolvimento de nenhum morador ou associação, argumentando que a favela após a pacificação se tornou um local como qualquer outro bairro do Rio de Janeiro, não sendo necessário se relacionar com os moradores para visitá-la: “Voltou a ser parte da cidade agora [...] Então não tem que pedir autorização a ninguém [...] E não necessariamente

você vai ter que contribuir de alguma maneira, diretamente.”” (ENTREVISTADO 12 - homem, guia independente e não é morador).

Essa falta de relacionamento se expressa na percepção dos moradores e lideranças comunitárias sobre a inserção do turismo na comunidade pelas mãos do governo, onde eles entendem que não houve espaço para os moradores serem incluídos. Como exemplo, uma guia da comunidade que faz turismo na região há mais de vinte anos comenta que: “O governo já tinha uma idéia pronta, preparada para o turismo aqui dentro e que não incluía a gente. A nossa inclusão era ir lá na reunião e dizer: “Não, a comunidade está participando”.” (ENTREVISTADO 3 – mulher, guia turística e moradora.)

Também indo contra o esperado por Ministério do Turismo (2007a) e Tenório (2007), se encontra o entendimento sobre o início das atividades do Rio Top Tour, projeto mais de uma vez citado como uma das razões para aumento da circulação de turistas na região. Esse projeto, que buscou organizar os atrativos turísticos da região e proporcionar cursos para os moradores se capacitarem de forma que eles participassem da atividade turística (BLOG DO PLANALTO, 2010), foi descrito por alguns moradores como um projeto que não contou com a participação dos moradores, na elaboração do seu programa:

Esse projeto *Rio Top Tour* - Santa Marta é o chamado projeto pára-quedas. O projeto, como já aconteceu em outras ocasiões, é elaborado geralmente em gabinetes com ar-refrigerado, com cafezinho, é meio assim “toma!”. Então eu acho que qualquer projeto deve ser debatido, discutido (ENTREVISTADO 14 – homem, locutor da rádio Santa Marta, morador).

É um desastre porque eles não prepararam a comunidade, vêm com os cursos em uns horários, com umas coisas que não tem nada a ver com a gente. Os cursos, as coisas não são feitas em cima da necessidade do morador, é em cima do que o governo acha legal de implantar aqui e eles implantam (ENTREVISTADO 3 - mulher, guia de turismo, moradora).

Eu realmente ignoro esse projeto. Eu fiz no início uma introdução do que era o Top Tour para não julgar sem saber. [...] Mas eu percebi que, embora eles tivessem essa aqui coisa do Top Tour, eles não tinham conhecimento da nossa história. Não fazia diferença o que a gente já tinha passado na favela. Então não me interessou. Porque eles fizeram os seus planos de acordo com a projeção deles. (ENTREVISTADO 21 – mulher, agente comunitária e moradora)

Por outro lado, um morador que é referência como guia da comunidade e como empreendedor em atividades relacionadas ao turismo, citou que o Rio Top Tour, ao iniciar o projeto, o procurou, assim como também entrou em contato com a associação de moradores:

Aí veio o [Rio] Top Tour, já sabia o que eu fazia e começaram... Aí me chamou com o Zé Mario e eu comecei, desde o início, a rodar com os caras, as autoridades junto com o pessoal do turismo, presidente, todas as áreas do turismo. Aí, devagar... Depois de uns cinco meses que veio a [Rio] Top Tour, aí eu já estava meio que como... Nesse tempo todo, antes, eu já estava como, “tipo” um anfitrião, não é? Levando o pessoal para conhecer, ver o lugar, ter que fazer... A gente pediu prioridade à Laje do Michael Jackson. Aí fizeram lá a estátua e não sei o quê (ENTREVISTADO 25 – homem, guia de turismo, morador).

Mesmo com esse contato estabelecido, este entrevistado argumenta que o Rio Top Tour, no seu planejamento, não atentou para algumas características da realidade da região que são necessárias para desenvolver melhor o turismo, o que poderia ter sido evitado com a inclusão dos moradores:

Ah, a divulgação, em termos, foi boa aqui no Santa Marta por trazer o Lula, deu uma divulgação bacana, mas acho que eles precisam aprender muito de realidade, porque a Mônica, que vem aqui, nossa, é completamente fora de realidade de favela, de saber do que as pessoas necessitam. Ela achava que... Ela que tem que ver o que ela quer. Ela esquece que a gente entende o que a gente sente das nossas necessidades. Aí, camisa, para você ter ideia, até hoje eu não ganhei uma camisa do meu tamanho. E eu fui o pioneiro [...] (ENTREVISTADO 25 – homem, guia de turismo, morador).

Outro morador, guia de turismo, também relata algo parecido em relação à intenção do projeto em incluir os moradores: “Rio Top Tour, fomos nós que fizemos lá em cima nessa reunião. Foi somente, não houve mais participação nenhuma desde então.” (ENTREVISTADO 16 – homem, guia turístico e morador).

Isso pode demonstrar que há intenção de incluir a população, mas não existem mecanismos estabelecidos que criem um processo de inserção da comunidade no planejamento das atividades.

Apesar dessa inserção do turismo pouco articulada com os moradores, estes reconhecem que a inclusão é algo necessário e caso ocorresse traria maiores benefícios para a comunidade. Um exemplo do reconhecimento dos benefícios que a participação pode proporcionar é visto no comentário de uma entrevistada que, conforme apontado pelos estudos de Azevedo e Irving (2002), toca na questão da corresponsabilidade:

Se eles tivessem feito essa proposta para a favela se organizar, entendeu? E montar uma comissão de fiscalização, entendeu? O próprio morador comum ia tomar conta, “Ih, tem alguém sozinho ali, parado ali. Olha. Vou bem falar com o fulano. Olha ali, olha. Não sei quem é”. Porque já é assim. Então não ia precisar. Por que é que não fez isso diretamente com a gente, entendeu? “Vocês querem aprender inglês básico?”, sei lá, “Olha, está vindo gringo aí, hein! Quem pode fazer uma comissão de fiscalização?”, entendeu? Por exemplo, eu sou comerciante e “tu” também. Se eu souber que “tu” está vendendo a sete reais quando o gringo vem, eu te denuncio. E todo mundo, os outros comerciantes, vem em cima de você, porque todo mundo pode vender só seis reais, entendeu? Para a gente mesmo. (ENTREVISTADO 21 – mulher, agente comunitária, moradora).

A relevância da participação não se expressa apenas no que se refere às relações políticas, mas os entrevistados também reconhecem e valorizam a participação dos moradores no desempenho da atividade turística: "Esse lado do turismo, para mim, não é ruim, desde que, seja feito por moradores daqui do morro e que gere renda para o pessoal daqui do morro [...]" (ENTREVISTADO 4 – homem, estudante, morador.)

Outro morador também atenta para que sejam incluídos moradores no turismo, para “Evitar vir com guias de fora [...] (dar preferência) Aqui do Santa Marta. Quem conhece a história do Santa Marta" (ENTREVISTADO 11 – homem, morador).

Dessa maneira, identificou-se que os moradores reconhecem que eles deveriam ser incluídos no desenvolvimento das atividades relacionadas ao turismo. Contudo, na inserção do turismo na comunidade não houve a criação de espaços que incluíssem os moradores no planejamento da atividade orientada para o local. Isso tornou necessário analisar se após o início das atividades no Santa Marta foram criados espaços de discussão que dessem voz às demandas da população local sobre o turismo.

Quando tal questão foi perguntada para os moradores, a resposta mais encontrada foi negativa. Uma moradora cita que apesar do esforço do governo de realizar reuniões para

discutir sobre as atividades turísticas, por falta de um planejamento que incluía a comunidade esses espaços não surtiram efeito posteriormente:

[...] as reuniões enchiam porque as pessoas também estavam insatisfeitas, mas não tinham o espaço para se colocarem, para conversar, para debater [...] O governo já tinha uma idéia pronta, preparada para o turismo aqui dentro e que não incluía a gente. [...] Ela aparece uma vez por mês para dizer que marcou uma reunião e não vai ninguém na reunião. [...] Três horas da tarde, a reunião na sexta feira! (ENTREVISTADO 3 – mulher, guia turística e moradora).

Em razão da falta de espaço adequado para o diálogo foi criado pelos cidadãos um comitê para a discussão do turismo na comunidade. Esse grupo formado exclusivamente por moradores do Dona Marta foi motivado pela valorização de que é necessário o diálogo sobre questões relevantes ao turismo e que essa atividade pode ajudar a desenvolver a região se a população for incluída em atividades que gerem renda:

Por que a gente fez o comitê, comitê de turismo do Santa Marta? [...] porque o governo veio aqui, começou a desenvolver um turismo da maneira que eles achavam legal [...] As reuniões enchiam porque as pessoas também estavam insatisfeitas, mas não tinham o espaço para se colocarem, para conversar, para debater e [...] o governo ofereceu uma atividade de turismo de graça e isso não é geração de renda. E além de quebrar com a promoção da geração de renda no Santa Marta, fez tudo muito embolado, a coisa da educação das pessoas que eu achava que isso tinha que ser desde o começo, pergunta se tem, não tem. E a gente falava isso, a gente conversava isso, eles não estão a fim de fazer. Até porque processo social é longo, é de longo prazo, não é uma coisa que você vai fazer agora e vai ver o resultado agora. (ENTREVISTADO 3 - mulher, guia turística e moradora).

Ao falar que a variável social é negligenciada no desenvolvimento do turismo, a entrevistada reflete o questionamento de Swarbrooke (2000), esse autor destacou que nos projetos de turismo, normalmente, a questão social é esquecida, pois seus impactos não são vistos no curto prazo.

Conforme o Ministério do Turismo (2007a), ao desenvolver o turismo em uma localidade os órgãos competentes devem buscar criar uma relação com os grupos e principais atores locais, o chamado colegiado local. Todavia, mesmo com um grupo de interesse no

turismo organizado pelos moradores, que poderia facilitar a formação do colegiado local, não se encontraram medidas tomadas para isso.

O Rio Top Tour seria um dos candidatos para assumir esse papel de articulador da comunidade local, mas para tanto, em primeiro lugar, ele precisaria ter sido bem informado aos moradores e os relatos apontam para o caminho oposto, indicando, mais uma vez, que o planejamento desarticulado com os moradores refletiu na falta de espaços de discussão mantidos ao longo dos projetos.

Nesse sentido, nas entrevistas foi citado o desconhecimento dos moradores sobre o projeto, entendendo que o programa foi mal divulgado: “Não tem conhecimento. Não tem porque não foi bem informado [...] É, eu não vou dizer que tenha sido culpa deles, mas o trabalho, conforme eu disse, de conscientização tem que ser maior” (ENTREVISTADO 16 – homem, liderança e morador).

Apesar das críticas, entrevistados inseridos no dia-a-dia da comunidade indicam o papel do Rio Top Tour no sentido de promover a discussão sobre o turismo, como o membro de uma ONG que, apesar de não demonstrar contato com a iniciativa, descreve que o Rio Top Tour ocupou essa função de canal de diálogo: “Eu acho que quem discutia isso era o Grupo ECO, antes da UPP. Hoje tem um grupo maior que é o [...] Rio Top Tour, que o pessoal que frequenta, acho que é isso mesmo, pessoas trabalhando no lugar certo mesmo.” (ENTREVISTADO 10 – homem, membro de ONG e não é morador).

Na análise sobre a existência de canais de diálogo com os moradores, foi encontrado relato de uma iniciativa que vem servindo como espaço de discussão da relação entre turismo e artesanato. Devido à importância (ou potencial importância) dessa atividade para composição do produto turístico e geração renda para os moradores estão sendo realizados encontros voltados para o aproveitamento das oportunidades que o turismo traz para os artesãos locais. Esse grupo é organizado pelo projeto da prefeitura Rio Economia Solidária e conta com o apoio de moradores:

É o Eco Sol [...] Pessoas que trabalham com artesanato local, não é? E pessoas também que não fazem artesanato, mas que queiram ajudar a desenvolver esse projeto e que podem vir agregar a nós, expandir, entendeu? Estamos abertos, não é? O bom desse lugar é isso, é a união (Entrevistado 11 – homem, morador).

Outro grupo de artesãos também vem sendo organizado por iniciativa da própria comunidade e a associação de comerciantes. Inclusive, resultado de algumas discussões desse espaço, foi pensada a construção de um centro de artesanato para organizar os artesãos e incluí-los no roteiro turístico da comunidade. Vale observar que mesmo o Rio Top Tour sendo criticado, ele foi a referência para a idealização dessa iniciativa que pode trazer benefícios para os artesãos da comunidade e demonstra a valorização cidadã da participação no turismo: “Agora estamos com um grupo de artesão de Santa Marta que nós fazemos bolsa também? Entendeu? Fazemos bolsas, necessaire, cintos e agora umas pulserinhas. Isso a gente, nos espelhamos no Rio Top Tour.” (ENTREVISTADO 22 – mulher, liderança, comerciante, moradora).

Apesar de não ser um ator diretamente relacionado ao turismo, os policiais da UPP indicaram que realizam reuniões com a comunidade e dão abertura para que sejam encaminhadas demandas sobre segurança, policiamento e outras questões que eles possam orientar, como a questão do saneamento, ou possam fazer o link da comunidade com outros órgãos do governo. Esse relacionamento demonstra que há espaço para participação e que a comunidade tem poder de influenciar decisões sobre alguns aspectos que podem afetar o cotidiano e o turismo:

Então, a gente promove a reunião, a gente [...] a polícia, a UPP, eu, o Cálico, convido o Zé Mário, a Andréia, os líderes, os principais líderes comunitários e os moradores em geral para que sejam discutidos esses temas aí. Alguma demanda, algum problema específico de morador com vizinho, de repente, ou então um problema geral de lixo que está alagando, ou de alguma casa que está para cair, não é? [...] Assim, não só façam pedidos, não é? De algumas necessidades que eles tenham, também colaborar com informações... Uma troca, uma conversa, uma coisa bem... Realmente para ajudar, para resolver. Não só ajudar a comunidade, mas ajudar a polícia também, porque a comunidade também ajuda bastante a gente (ENTREVISTADO 6 – homem, policial, não é morador).

Sobre o entendimento da inclusão dos cidadãos no turismo, é necessário trazer para a discussão os relatos de alguns moradores que justificam esse cenário pouco inclusivo. Eles argumentam que existe uma cultura construída ao longo dos anos, onde o morador não é incluído nas decisões que afetam seu local e, por isso, não sabem como agir para que isso ocorra. Isso leva que, mesmo existindo valorização da participação pelos entrevistados, mais

de uma vez foi relatado que boa parte da comunidade não apresenta uma postura ativa no que se refere à inclusão nos processos de decisão:

Então nós do Santa Marta queremos o que foi prometido para que realmente um dia possamos dizer: “Olha, realmente, aqui é a favela-modelo”. Mas primeiro temos que ser modelo de cidadãos com consciência. Somos cidadãos, mas muitos não têm a consciência cidadã. É diferente. Entende? (ENTREVISTADO 14 – homem, locutor da rádio Santa Marta e morador).

"Alguma pessoas não se manifestam. Do mesmo jeito que elas não se manifestavam antes para nada. São as mesma pessoas que não se manifestam agora. Em todo lugar tem peso morto [...] (ENTREVISTADO 21 – mulher, agente comunitária e moradora).

Da mesma forma que os relatos indicam que a população não tem essa noção sobre cidadania e a importância da participação, alguns moradores encaram que essa população também é passiva no que se refere ao aproveitamento das oportunidades que podem melhorar sua qualidade de vida, em parte pela postura deles e outra parte pela velocidade das mudanças na região, que dificultaram o acompanhamento.

Esses relatos sobre a postura da população se relacionam com Tenório (2007), que propôs o desenvolvimento local com cidadania argumentando que não apenas o pluralismo e processos de participação deliberativos são necessários para que um desenvolvimento equilibrado seja alcançado, mas também uma postura ativa dos cidadãos, sendo a educação um fator crucial para que isso ocorra. E no extremo oposto da cidadania deliberativa, parece estar a maior parte da população do Santa Marta.

Os achados dessa seção apontam que a população não foi incluída no momento de inserção das atividades turísticas que começaram a ser realizadas na comunidade após a entrada da UPP e o início da atuação do Estado, mesmo com o reconhecimento dos entrevistados de que os moradores deveriam participar de todo o processo.

Após entender como se deu o processo de inserção foi analisado se havia mecanismos e espaços de discussão no desenvolvimento do turismo e verificou-se que, por iniciativa do governo, não haviam processos bem estabelecidos, tendo sido encontrados, no entanto, grupos organizados pela própria comunidade.

Mesmo com alguns entrevistados demonstrando aceitar e valorizar o processo participativo, é indicado que a população do Santa Marta, no geral, não apresenta essa mesma visão, essa falta de consciência pode ser um dos fatores que não contribui para a efetiva participação.

Assim, à luz de Azevedo e Irving (2002) e Ministério do Turismo (2007a), que indicam a necessidade de incluir a população local para o planejamento e realização sustentável do turismo em vista do desenvolvimento local. E pelas teorias de Tenório (2007) e Tenório (2004) apontando a importância de reconhecimento das particularidades locais e da construção de mecanismos de diálogo que equilibrem as relações entre os atores da região. Esse capítulo encontrou uma avaliação pouco positiva dos critérios de inclusão, podendo se dizer que existem apenas exemplos isolados que refletem uma avaliação positiva dessa categoria e não um contexto consolidado de inclusão dos atores e cidadãos para a discussão do turismo no Santa Marta.

Apesar de demonstrar a percepção dos moradores sobre a inclusão nas atividades realizadas na comunidade, essa categoria não aponta os atores que atuam na região, assim como seu perfil e a relação entre eles e os cidadãos para buscar o desenvolvimento do turismo na comunidade.

4.2 Pluralismo

De acordo com Tenório *et al* (2008), uma variável indissociável para que uma ação de desenvolvimento local seja desenvolvida com cidadania e de forma sustentável é o pluralismo de atores. Visto que, uma diversidade deles são influenciados e podem influenciar o contexto local é importante que se descentralize o poder de decisão, construindo decisões baseadas em consensos ao envolver todos em um processo de discussão.

Tomado isso junto com a amplitude da cadeia de produção do turismo e a particularidade do local de atuação, entende-se que a atividade turística no Santa Marta envolve uma diversidade de atores que deveriam ter voz para desenvolver a atividade levando melhorias para a região. Nesse sentido se justifica o estudo dessa categoria, buscando analisar a existência da participação de diferentes atores e o perfil de cada um.

Para iniciar a análise desse capítulo é destacada uma questão fundamental para entender o contexto da comunidade e dos atores envolvidos na atividade turística, a entrada da UPP. Afinal, com o domínio do tráfico antes da pacificação os relacionamentos se desenrolavam sob o aval dos seus líderes, nem mesmo o Estado atendia ou tinha poder sobre determinadas áreas da comunidade. O contato mais próximo ocorria quando havia confronto entre os traficantes e os policiais, conforme apontou Barcellos (2011).

Dessa maneira, a entrada da UPP possibilitou o envolvimento da comunidade com outros atores, surgindo a oportunidade de construir relacionamentos mais democráticos, baseados no diálogo, assim como esperado por Tenório (2007), influenciando diretamente a atividade turística e os atores envolvidos.

Isso é descrito pelos entrevistados, atentando que o turismo já existia na comunidade em pequena escala, mas era determinado por um ator protagonista, o tráfico, situação que foi alterada com a pacificação da comunidade:

Bom, antes da UPP, as visitas eram esporádicas, aspas “agendadas”. Porque a associação de moradores, por exemplo, era o canal intermediário. Geralmente por um conhecido do morro, a pessoa já morava no morro: “Vou trazer um pessoal aí e tal. Havia todo um agendamento, já hoje não, tem mais visitas. O governador Sérgio Cabral disse que qualquer um [...] independente de guia, qualquer um, turista ou não, podia subir o Santa Marta, enfim, circular. É um território livre e faz parte do bairro de Botafogo. E eu concordo. Não tem que estar atrelado a nada. Só sobe com guia. Porque aí nos remete época do tráfico. Só sobe com autorização do tráfico. Então... já que é, e sempre foi parte de Botafogo, mas agora oficial (ENTREVISTADO 14 - homem, locutor da rádio Santa Marta e morador).

Houve alteração de um contexto que contava com um ator central para qualquer acontecimento dentro da comunidade, os traficantes, para outro onde encontramos o Estado e a iniciativa privada atuando no turismo, com o poder público liderando essa mudança. E na fala do entrevistado, o Estado já aparece como protagonista para o acontecimento dessa mudança, passando a ser bastante cobrado a partir do momento que entrou na comunidade em razão de anos de carência.

Visto isso, o primeiro ator representante do poder público a de fato entrar em contato com a população e afetar as práticas do turismo, foram os policiais da UPP, afinal, assim como Oliveira (2001) que entende a segurança como um dos fatores necessários para ocorrer o

turismo, foi relatado pela maioria dos entrevistados que a entrada da UPP foi essencial para aumentar o turismo: “Eles só vêm por causa da UPP. A segurança deles são os policiais. Não vinham, porque antigamente, que tinham, eram os bandidos, eles não vinham” (ENTREVISTADO 23 - mulher, estudante e moradora).

Entretanto, o envolvimento dos policiais não parece se conter à questão da segurança, segundo relato de policiais da UPP Santa Marta, já citados na seção anterior, refletindo o posicionamento esperado dos policiais dessas unidades segundo UPP RJ (2011), esses representantes do poder público tem buscado se aproximar dos moradores realizando debates para ouvir as mais diferentes demandas:

O Zé Mário, que é o presidente da Associação... geralmente, quando tem alguma reunião de interesse da comunidade, nós somos também chamados, certo? Isso porque é mister que a gente tenha participação, para ver e ter conhecimento do que está acontecendo na Comunidade [...] Quer dizer, uma festa, um baile. Isso tudo, agora, hoje, só pedindo autorização para ser feito. Porque tem o horário de silêncio, que deve ser cumprido após às duas horas da manhã ou no final de semana [...] Então é importante que a gente tenha conhecimento dessas coisas, e que nós estejamos participando também. Que tenha sempre um representante nosso para poder, também, dar até ideias, para poder melhorar, para não atrapalhar, para não ficar, não é, aquele embate da comunidade conosco, os policiais. (ENTREVISTADO 15 - homem, policial UPP e não é morador).

Tal relato indica envolvimento, ou pelo menos busca dele, com a comunidade. Além disso, essa participação dos policiais também influencia atividades relacionadas ao turismo como, por exemplo, os eventos na comunidade que devem respeitar um horário específico, o que para alguns entrevistados é uma limitação que atrapalha o aproveitamento das oportunidades.

Essa influência dos policiais no turismo também pode ser encontrada pelo contato com outros atores do próprio governo, como o Rio Top Tour:

Na época do Rio Top Tour, lógico que a gente participou junto a Secretaria de Turismo, Esporte e Lazer e tudo mais, a gente, não é? Conversou bastante, a gente ajudou a escolher alguns pontos, ajudou aí a sinalizar, “Ah, onde tal? Onde tal?”. O lugar, bota a placa, bota a

setinha apontando, onde é mais interessante. Então, a gente ajudou (ENTREVISTADO 6 - homem, policial UPP e não é morador).

Mesmo não podendo ser caracterizado efetivamente como uma integração de políticas, definido pelo IPEA (1998) como desenvolvimento local integrado e sustentável, já que segundo os relatos essa relação não se prolongou após o momento descrito acima, isso pelo menos reforça a importância da UPP para o turismo na comunidade.

Apesar dessa relevância e o esforço para aproximação da comunidade, encontraram-se relatos dos moradores que vão ao encontro do que foi demonstrado por Fiell (2011). Esse autor argumenta que o contato entre população e policiais, que antes se dava exclusivamente em momentos de confronto, acarretou desconfortos com a presença constante das autoridades dentro na comunidade em razão de alguns preconceitos criados por ambos os lados no período anterior à pacificação. Mas alguns reconheceram que a população e os policiais estão, com o tempo, se adaptando à nova realidade.

A influência do Estado no turismo da comunidade não se deu apenas por meio da UPP ou do Rio Top Tour, o governo também influenciou o turismo na comunidade por meio da relação com a iniciativa privada. Dessa maneira, o Estado também foi promotor da inserção de empresas na região, especificamente no caso do turismo, contribuindo para a entrada de agências de turismo. Foram encontrados relatos que indicam que o setor privado começou a atuar na comunidade por meio do contato direto da Secretaria de Turismo, como o exemplo de uma agência que realizava passeios na Rocinha e passou a realizá-los no Dona Marta:

[...] foi assim: “Implementamos a UPP, agora cada um tem uma função para ser implementada, o prefeito, o governador... Mas cada Ministério tem a sua, cada secretaria tem a sua função de implementar alguma coisa positiva lá dentro” (fala do secretário de turismo) [...] Encontramos algumas barreiras, porque tirar da Rocinha e jogar para o Santa Marta é uma diferença muito grande [...] O que aconteceu que, desde o começo do ano passado com a entrada das outras UPPs, a Rocinha, sem UPP, ficou num samba, tinha todo mundo lá dentro e aí a gente optou realmente por apelar à ideia. Então [...] hoje, só faz favela pacificada (ENTREVISTADO 1 - homem, sócio de agência de turismo e não é morador).

Como visto, a agência foi direcionada pelo governo para atuar na comunidade e isso

acabou por redefinir o posicionamento dela, “só faz favela pacificada”, ou seja, como definido por Lage e Milone (2000), isso demonstra uma nova característica para compor o produto turístico da região. Assim, com o apoio do governo a agência aderiu à ideia, contudo, o Santa Marta apresenta diferenças em relação a Rocinha e foi necessária a formulação de um novo roteiro e nova ambientação com o local, para isso o sócio da agência relatou contato com os moradores e associação visando elaborar esse roteiro:

A gente chamou o presidente da Associação de moradores. Com a polícia não conversamos não. A primeira reunião foi com o presidente, aí a gente fez vai lá com o primeiro carro, ele que mostrou a favela, aí vai, aí roda, aí ele fala, anunciou no rádio lá, para a comunidade, agora vai ter, não sei o quê. Aí eu fiz um “funtrip” com todas as agências de turismo, marquei com todo mundo que vende, chamei o presidente para ir, para ele conhecer, para as pessoas o conhecerem, enfim, trabalhinho de formiguinha, as pessoas comprando o produto. Aí vem: “ah, mas é muito rápido”, enfim, aí vem os problemas, a gente tenta sanar (ENTREVISTADO 1 - homem, sócio de agência de turismo e não é morador).

Apesar de não demonstrar interesse de manter contato com os policiais, na continuação desse relato o sócio da agência citou mais uma vez participação conjunta Estado-Empresa, por meio projeto Rio Top Tour:

Veio a Secretaria com o projeto Rio Top Tour, a gente foi lá, montou aquele mapa doido, disse como é que tinha que ser, onde tinham que entrar as placas. Enfim, tentamos formatar uma coisa que desse certo e que deu, só que falta, acho que não falta muito não, acho que só falta um pouco de, realmente, interação da coisa. (ENTREVISTADO 1 - homem, sócio de agência de turismo e não é morador).

E se por um lado houve relacionamento com o Estado, para Tenório (2007) também é necessária a participação da iniciativa privada junto com os cidadãos. E apesar dessa participação ter sido citada pelo operador de turismo na descrição de sua entrada na comunidade, o relato de uma liderança da comunidade descreve que exceto essa agência, nenhuma outra procurou a associação de moradores:

A única agência de turismo que procurou a associação foi a Jeep Tour, até porque no pacote deles, eles colocam a laje onde está a estátua do Michael Jackson como visitação e ali   uma laje que   da associa o dos moradores. Então eles procuram a associa o, cada turista que vai lá, eles dão R\$1,00 para a associa o. Eu até estou conversando com Rafael que   o responsável da agência,   uma forma de ajudar mais a associa o. (ENTREVISTADO 20 - homem, liderança e morador).

Ainda, no que se refere aos relatos dos moradores, não foi encontrado nenhum que confirmasse contato com as agências, apenas uma comerciante citou que mant m contato com uma agência, especificamente para estimular a venda do seu comércio:

Tem um guia da Jeep Tour, que eu esqueci o nome dele... Eu até já ligo para o dono, e ele mesmo já sabe até o nome do guia, que ele quando vem, não tem um turista que não leve uma camisa, um quadro, alguma coisa que tenha l  no bar, entendeu? Agora quando vem outros... [...] Apesar do dono da Jeep Tour ter dito que já deu ordem para eles passarem e mostrarem os produtos, eles não passam. (ENTREVISTADO 22 - mulher, liderança, comerciante e moradora).

As transcri es acima demonstram que a agência estudada, uma referência na região, teve suas atividades incentivadas pelo governo e buscou se relacionar com a associa o de moradores e alguns comerciantes, o que, de acordo com o entendimento do Ministério do Turismo (2007a), seria uma iniciativa acertada já que envolveu atores essenciais para o desenvolvimento local do turismo local. No entanto, ao negligenciar o papel dos policiais, um importante ator, e não demonstrar canais de comunica o com a comunidade encontramos um ponto negativo, conforme Tenório (2007) Tenório (2004), sobre a gestão social em iniciativas de desenvolvimento. Vale citar que ao questionar os entrevistados sobre o contato com agências de turismo, nenhuma outra foi comentada. Isso indica que esse ator externo, já que não conta com agências formadas por moradores, tem atua o ainda menos participativa do que a demonstrada nos relatos acima.

Bastante relacionado às agências, outro ator foi apresentado na pesquisa: os guias de turismo. Os guias que atuam na comunidade exercem seus trabalhos em uma das seguintes

formas: trabalhando para uma agência que realiza passeios na comunidade ou como guia independente. Ambas as formas de atuação poderiam contratar moradores do Dona Marta, mas os relatos indicam que, apesar do reconhecimento da população sobre a importância de participação dos guias locais, a maior parte deles são guias externos e não moradores.

Devemos lembrar que o Rio Top Tour ofereceu cursos como forma de dar oportunidade para os moradores se incluírem na atividade turística como guias. Entretanto, como visto na seção anterior, esse programa contou com um planejamento pouco atrelado à realidade local, por isso não previu a falta de capacitação da população, fator que foi identificado como um grande entrave para a contratação das agências e responsável pela falta de participação dos moradores como guias.

Essa situação é relatada pelo sócio de uma agência pioneira na região, ao falar que gostaria de contratar guias da comunidade, mas eles não têm as qualificações necessárias e entende que o Estado deveria capacitá-los: “Porque eu já tenho um guia dentro do carro, não tem muito o que fazer. Então, eu acho que a profissionalização, capacitação, acho que essa é a parte do Estado, não tem para onde correr (ENTREVISTADO 1 - homem, sócio de agência de turismo e não é morador).

Os guias externos à comunidade não participaram do curso do Rio Top Tour, pois não eram o foco, e dentre os moradores que ficaram sabendo do projeto poucos participaram e terminaram a capacitação, pois a maioria não concordava com a metodologia, demonstrando uma relação pouco acertada: “Você vai ver no curso, quantos moradores do Santa Marta? Um, dois, ninguém quer participar. E também por causa da filosofia, são pessoas que vêm de fora, você não tem uma pessoa daqui de dentro para estar tocando isso.” (ENTREVISTADO 3 - mulher, guia turística e moradora.)

Como consequência, os moradores não relataram contato com guias ou agências, exceto com os poucos guias que são moradores da comunidade:

O Thiago Firmino. O Gilson mais popularmente conhecido entre os agentes como Fumaça. Eles têm muita relação. Eu converso bastante com eles sobre as práticas, não é? Tentando aprender um pouco mais(ENTREVISTADO 2 - mulher e moradora).

Ao ser perguntado sobre os guias turísticos da comunidade, uma moradora também foi citada em mais de uma entrevista: “Olha, nós temos uma amiga dentro da comunidade, a

Sheila, ela já trabalha com turista há muitos anos.” (ENTREVISTADO 8 -homem, membro de ONG e morador.) Mas essa guia, junto com os descritos anteriormente são um dos únicos guias citados.

Entretanto, dentre os relatos sobre a relação entre guias da comunidade e moradores, apenas o de uma guia da comunidade indica que seu relacionamento com os moradores se desenvolve além do simples contato ou conversas. A entrevistada possui um projeto que busca desenvolver a região ao incluir os moradores na atividade turística, assim como esperado por Sousa (2006), para que o turismo e o desenvolvimento local se relacionem:

O meu projeto, na verdade, pouco me dá lucro, mas a realização que ele me dáé quando, por exemplo, uma pessoa se hospeda, vai se hospedar aqui e se hospedar na casa de um menino lá de cima, 90 por cento do dinheiro que entra é para essa pessoa porque a minha ideia é que ela ganhe esse dinheiro e possa reformar a casa dela (ENTREVISTADO 3 - mulher, guia turística e moradora).

Tirando o contato com os guias da comunidade a participação dos guias externos pouco foi comentada.A exceção disso foram alguns comerciantes que indicaram contato com os guias, tanto internos quanto externos, buscando vender seus produtos para os turistas: “Tem o Gilson, que é meu amigo pessoal; algumas pessoas que eu acabei fazendo amizade que são da Jeep Tour; e outros guias [...]” (ENTREVISTADO 23 - homem, comerciante e morador). Foi encontrado, até mesmo, um comerciante se relacionando com os guias em forma de parceria, oferecendo comissão para aqueles que levassem turistas para consumir na sua loja: “Quanto mais você oferecer, mais ele vai querer vender. E foi daí que eu comecei. Eu agora coloquei a vinte e cinco reais, porque cinco reais dela eu tiro, dou para o guia” (ENTREVISTADO 22 - mulher, liderança, comerciante e moradora).

Todavia, diferente da guia da comunidade que demonstrou preocupação com o desenvolvimento da comunidade para benefício dos moradores, um guia independente relatou que para não atrasar seu roteiro, não deixa os turistas pararem nos estabelecimentos, o que de acordo com Paula (2009) representa uma exclusão dos moradores pelo mercado, um dos aspectos que o desenvolvimento local deveria solucionar.

Apesar da exclusão do mercado aos moradores e as deficiências do projeto Rio Top Tour, encontrou-se uma relação de cooperação entre os guias locais e os estagiários do Estado, que auxiliam os guias nas suas atividades:

Eles são estagiários. Estão fazendo estágio e ajudando a gente ali nos pontos, dando informação e tal. Alguns deles falam inglês e como a gente não tem gente que fala inglês todo dia, a gente usa eles para fazer o tour. Eles não cobram nada, eles só estão estagiando mesmo. É currículo para eles e ajuda para a gente. A gente faz troca, aprende... Se algum estiver guiando errado, eles ensinam “Pô, não guia assim não, guia desse jeito e tal. (ENTREVISTADO 25 - homem, guia turístico e morador).

Tomada essa análise sobre os guias foi encontrado que um ator de bastante importância para a atividade turística, em sua maioria vem de fora da comunidade, o que pela compreensão de Loiola (2004) sobre turismo e desenvolvimento local indica um ponto negativo. Além disso, a participação da população com esses guias foi descrita pelos entrevistados como pontual e para as lideranças o relacionamento com os guias sequer foi comentado, não representando um esforço para uma atuação local que envolva outros atores, o que não traduz a compreensão de Camaroti e Spink (2000) sobre o tema de desenvolvimento local.

Os guias do Santa Marta se relacionam com o poder público pelo contato com o projeto de capacitação do Rio Top Tour e com os estagiários do Estado. E sobre a relação desses guias com a comunidade, deve ser atentado para a iniciativa de uma guia com uma proposta de turismo que inclui a comunidade e pode ajudar a melhorar a qualidade de vida de alguns moradores.

O Estado tem sido um ator bastante presente nos relatos e seu papel tem sido complementado por outras instituições ligadas com o poder público, como o exemplo do SEBRAE, que fazia parte do Rio Top Tour oferecendo orientação para os comerciantes sobre como adaptarem seu comércio ao turismo o que, de acordo com Cunha (1997), é de suma importância: “O pessoal do Sebrae está aí, não é? Dando força aí para desenvolver esse projeto e para crescer.” (ENTREVISTADO 11 - homem e morador.) Assim como outras instituições que atuaram oferecendo cursos voltados a aumentar a participação dos moradores na atividade: “Curso da FIA [...] que estava capacitando, entre várias opções, um guia turístico” (ENTREVISTADO 13 - homem, estudante e morador).

O poder público, como visto ao longo desta seção, tem se demonstrado um protagonista no desenvolvimento do turismo da região, por isso se relaciona com os mais

diversos atores. Apesar disso, na relação entre o governo e os cidadãos, foi encontrado relato de uma postura que desmotivou a participação dos moradores no turismo. Em um momento que poderia se ter avançado sobre a questão da inclusão dos moradores, segundo uma moradora, o Estado não obteve sucesso:

Eles iam sair agora, teve uma reunião final do Rio Top Tour, eu estava tão feliz, fui lá para a reunião final do Rio Top Tour, eu já pensando no que eu ia fazer naquele Stand [...] ai eu fui lá na reunião [...] eu peguei a assinatura do pessoal, dos monitores, fiz uma carta dizendo que eles tinham começado um projeto aqui e que nós tínhamos condição de tocar esse projeto [...] e dois dias depois “Não vão mais sair, prolongaram a estadia” [...] na verdade eles não querem que a gente protagonize, porque se quisessem, eles diriam “A gente vai abrir mão do Stand para vocês. Tá bom vocês tocam, vamos ver como funciona isso, e a gente volta depois (ENTREVISTADO 3 - mulher, guia turística e moradora).

Dessa maneira, o trecho acima não vai ao encontro da visão de Tenório *et al* (2008), indicando que o Estado não buscou incluir a população na realização da atividade turística.

Nesta seção buscou-se analisar os atores que atuaram no turismo e o relacionamento existente entre eles, partindo do entendimento de Tenório (2007) de que na realização de qualquer atividade de desenvolvimento local é necessária a participação plural dos atores para se construir um caminho de melhoria baseado em consensos, onde a tomada de decisão não é centralizada em um único ator.

Os principais atores buscados na realização das entrevistas foram: policiais UPP, lideranças da comunidade, operadores de turismo, guias, comerciantes e moradores. Assim, encontramos opiniões de atores do Estado (policiais UPP), opiniões que representam os cidadãos (lideranças e moradores) e que apresentam uma visão na perspectiva da iniciativa privada (Guias, operadores de turismo, representando agências de turismo, e comerciantes). É necessário apontar, contudo, que dentre os representantes da iniciativa privada, tirando os comerciantes, as entrevistas apontaram que a maioria desses são de fora da comunidade, o que, conforme Swarbrooke (2000), aponta para uma distribuição de atores que vai contra o desenvolvimento local do turismo de forma sustentada.

Sobre o poder público, apesar de ser representado, inicialmente, pela equipe da Unidade de Polícia Pacificadora, foram encontrados projetos do governo de relevância para o

turismo, como o Rio Top Tour e os monitores do Estado e outras instituições como o SEBRAE.

Dentre os participantes do turismo na comunidade o Estado aparece como protagonista, apresentando relações com todos os atores aqui citados. Entretanto, essa participação é relatada, basicamente, como temporária e mal planejada, com exceções das reuniões estimuladas pelos policiais da UPP com a comunidade, que indicou ter um caráter mais contínuo. Pontual também é a relação das agências com as lideranças e moradores, assim como dos guias com os outros atores, principalmente aqueles guias independentes e que não fazem parte da comunidade.

Os comerciantes, principais representantes da iniciativa privada da comunidade, que de acordo com Batista (2003) poderiam se aproveitar do turismo local, principalmente se houvesse relacionamento com agências e guias, em sua maioria indicaram os guias como um dos entraves para desenvolver o turismo não havendo relacionamento de cooperação.

Além disso, exceto pelo esforço inicial do Rio Top Tour que buscou atuar de forma conjunta com todos esses atores, não foram encontrados momentos em que houve participação de todos eles visando a tomada de uma decisão e, por consequência, não são relatados canais para que isso aconteça.

Nesse sentido analisou-se que, ao contrário de Tenório (2004) que espera relacionamento equilibrado entre os atores, encontramos dois atores se sobrepondo aos outros: o Estado e o mercado, especificamente o mercado externo na figura das agências, com a população sendo um dos elos mais fracos do relacionamento. Dessa forma, o resultado das entrevistas não nos permite uma afirmação que vai ao encontro dos estudos de Tenório (2007), ou seja, na atividade turística do Santa Marta não é evidente uma ação concertada entre o Estado, a sociedade civil e o mercado, visando em um processo contínuo de cooperação para superar as deficiências locais e, no caso, aproveitar o seu potencial turístico para isso.

As duas categorias que se seguiram, determinaram a forma como a comunidade foi incluída na atividade, quais atores estão envolvidos com ela e como se deu o relacionamento entre eles, deve-se, contudo, entender a percepção dos moradores sobre como o turismo vem afetando a vida da comunidade, tomado o cenário descrito nas duas últimas seções.

4.3 Bem-Comum

Nesta última seção da análise dos resultados procurou-se, por meio da visão da comunidade, descrever os resultados gerados na busca do desenvolvimento da atividade turística na favela, tal como a aprovação sobre esses impactos e brevemente identificar os pontos que os moradores acham importantes para que o turismo de fato possa trazer melhoras para o bem-estar dos cidadãos. Assim, se os outros capítulos buscavam, basicamente, entender o desenrolar da iniciativa do turismo no morro, essa categoria busca analisar não apenas o processo de aplicação das políticas, mas também os seus fins.

Todas essas questões foram adaptadas a partir do entendimento de Tenório *et al* (2008) e a categoria “bem-comum” utilizada para analisar os resultados alcançados e a aprovação dos cidadãos em relação a esses resultados.

Ao descrever a atividade turística, Cunha (1997) iniciou seu trabalho pela definição dos turistas, compreendendo que eles são indispensáveis para se pensar em turismo. Da mesma forma, esse capítulo será iniciado buscando entender se o governo contribuiu para a entrada dos turistas na comunidade.

Segundo, praticamente, todos os entrevistados, a presença de turistas aumentou nos últimos anos no Santa Marta e ao falar “últimos anos” eles se referem a partir da entrada da UPP: “[...] eu acredito que depois que foi pacificado aumentou bastante. Agora eu já vejo muitos, muitos mesmo.” (ENTREVISTADO 18 – mulher, comerciante e moradora.)

Mesmo que a implantação da UPP não tenha sido realizada necessariamente para poder desenvolver o turismo na região, a segurança proporcionada pela pacificação foi benéfica para os moradores e de grande importância para possibilitar a circulação de turistas na comunidade:

Aí é fundamental a questão da segurança, não é? Porque havia até visitas de turistas, mas... Uma vez um cidadão (risos) quis agendar uma visita e tal... e disse mas.. é... tipo, queria garantias. Eu falei: “Meu irmão, eu não garanto nem a minha vida. Se a bala é comigo eu posso morrer, como é que eu vou garantir?” Então foi primordial, fundamental para que realmente a comunidade seja visitada. (ENTREVISTADO 14 – homem, locutor da rádio Santa Marta e morador).

Conforme Oliveira (2001) e a sua descrição sobre os fatores necessários para desenvolvimento do turismo, a entrada da “polícia da paz”, trazendo segurança, pode ser encarada como um pré-requisito para que a atividade turística começasse a ser conduzida de forma mais expressiva na comunidade.

Além desses, também são encontrados relatos sobre outros fatores que foram os responsáveis pela maior circulação de turistas, como um policial que aponta o Rio Top Tour como a causa desse aumento: “Então logo no início, essa questão do turismo não tinha não [...] E depois veio o Rio Top Tour, aí deslanchou. Mas antes do Rio Top Tour já tinha alguma coisa de turismo já.”(ENTREVISTADO 6 – homem, policial e não é morador.).

Foi comentado que mesmo com os passeios aumentando com a entrada da polícia e outros fatores, o interesse por visitar a região já existia, indicando o potencial da comunidade para o turismo. Segundo Batista (2003) esse potencial é necessário para se pensar em desenvolvimento do turismo de forma que ele possa contribuir significativamente para a comunidade: “Sempre houve um turismo aqui no morro, sempre teve [...]. Mas, a partir da instalação da UPP é que aumentou absurdamente a quantidade de turismo, de turista aqui no morro” (ENTREVISTADO 4 - homem, estudante e morador).

No entanto, apesar desse aumento na quantidade de turistas circulando na comunidade indicar um fator fundamental para que o turismo se desenvolva, ao encontro do que analisou Cunha (1997), essa entrada de visitantes após a pacificação pareceu não ter sido planejada e nem realizada de forma gradual, havendo uma mudança radical na quantidade de visitas. Isso é reconhecido não apenas pelos moradores, mas também por um operador de turismo: “A única coisa é [...] a gente começou na Rocinha com um carro, sem muito impacto, e a gente começou no Santa Marta com 200 pessoas. Isso, é fato, é impactante, não tem jeito” (ENTREVISTADO 1 – homem, sócio de agência de turismo e não é morador).

Tal questão indica não ter existido planejamento sobre a capacidade de carga da região. Conforme Swarbrooke(2000) esse conceito se refere à quantidade de turistas que podem circular por dia sem impactar negativamente o meio-ambiente e a sociedade de um local.

A velocidade da mudança sem atenção para as particularidades locais acarretou impactos para a sociedade, como indica um dos moradores ao falar que "o número aumentou muito [...] Só que o povo ainda não está acostumado com essa idéia" (ENTREVISTADO 8 – homem, membro de ONG e morador). Ou seja, os moradores também não foram orientados em relação a como conviver e aproveitar essa nova realidade:

A gente teve a pacificação, aconteceu tudo muito, muito rápido, e o que acontece: a população daqui não foi preparada para esse caminhão de mudanças. As pessoas não sabem como se inserir nesse novo contexto que apareceu aqui no Santa Marta (ENTREVISTADO 3 – mulher, guia turística e moradora).

O trecho acima mostra que a falta de articulação com os moradores para a inserção da atividade na região, ao contrário da proposta de Ministério do Turismo (2007a), influenciou negativamente os resultados do turismo.

Tido isso, analisa-se qual a opinião dos moradores em relação à influência da atividade turística, o que ela pode trazer de bom ou de ruim e quais impactos os cidadãos observaram em relação a ela.

Ao serem perguntados sobre as expectativas em relação a essa nova realidade, os moradores, em sua maioria, se limitaram à questão econômica, com o turismo podendo ser um gerador de renda para a comunidade: “Acho que o ponto positivo eu acho que é a geração de renda, não é? A gente quer que, quer o desenvolvimento das pessoas.” (ENTREVISTADO 4 – homem, estudante e morador).

Essa visão é compartilhada não só pelos cidadãos, mas por quase todos os atores ao falarem sobre como o turismo poderia ajudar a comunidade. Mas outras visões também devem ser destacadas, assim como o entendimento de Pilleret *al* (2004) uma moradora acredita que o turismo pode trazer benefícios além da questão financeira, como por exemplo, o fortalecimento da identidade cultural:

O turismo pode trazer muita coisa boa [...] “Como aconteceu isso? Como foi esse processo?”, é você consolidar a questão da identidade, a sua identidade, a segunda coisa é uma atividade de geração de renda (ENTREVISTADO 3 – mulher, guia turística e moradora).

Mais esclarecedoras que essas expectativas, contudo, foram às percepções sobre como, de fato, o turismo está afetando a comunidade. Para isso adotou-se a compreensão de Loiola (2004) e Batista (2003), onde o turismo pode trazer tanto impactos positivos quanto negativos, nos mais diversos âmbitos.

Conforme Loiola (2004) que adaptou as variáveis de desenvolvimento sustentável de Sachs (1993) para o turismo, temos cinco dimensões que devem ser atentadas para o desenvolvimento do turismo sustentável: econômica, social, cultural, ecológica e territorial.

Ao falarem dos resultados da atividade, um dos pontos mais comentados é relacionado com a capacidade de carga da comunidade, relevo e distribuição das moradias, eles falam sobre a perda de privacidade ocasionada pela entrada dos turistas.

Como visto em Barcelos (2011), a favela Santa Marta é uma das mais íngremes do Rio de Janeiro, isso impede o tráfego de veículos dentro da comunidade e devido à distribuição geográfica do terreno as construções se encontram bastante próximas umas das outras e sem separações com as vielas de passagem. Logo, com a entrada dos turistas a passagem constante de pessoas de fora da comunidade passou a incomodar os moradores, esse sentimento de invasão não é descrito pelos moradores e por um operador de turismo:

Ela é menorzinha, você entra, você invade muito a privacidade das pessoas, porque você passa nas ruas, você tem que tomar um cuidado muito maior com esse contato, porque as pessoas não estão acostumadas. Nem elas, nem a gente. (ENTREVISTADO 1 – homem, sócio de agência de turismo e não é morador).

Para Loiola (2004), se não atentado o contexto local, o turismo pode influenciar o cotidiano da comunidade negativamente. A proximidade característica e o número de pessoas circulando na região tem tornado as fotos tiradas pelos turistas um problema apontado por boa parte dos moradores entrevistados:

Um ponto negativo do turismo? Pode ser essa coisa que eu acabei de falar da intromissão, da falta de respeito. Com alguns moradores. Esse fato de saírem filmando, de saírem fotografando. Eu acho que a gente se sente um pouco... Um pouco sem liberdade, se sente... sem privacidade, também é isso. (ENTREVISTADO 4 – homem, estudante e morador).

A maioria dos moradores entrevistados encaram as fotos tiradas sem autorização como algo que traz desconforto e amplia o sentimento de perda da privacidade, “Bom, eu acho abuso, não é? Você tirar uma foto de uma pessoa sem perguntar se ela quer... Porque eu acho

que todo mundo tem o direito de imagem” (ENTREVISTADO 14 – homem, locutor da rádio Santa Marta e morador).

De acordo com Oliveira (2001), para realização do turismo é necessário infraestrutura de transporte, o que pode ser representado no Santa Marta pelo plano inclinado inaugurado em 2008, entretanto, a falta de planejamento da capacidade de carga tem afetado o uso desse meio de locomoção bastante importante para a comunidade:

Tem o bondinho também, que a gente que é morador fica na fila um tempão. [...] Os turistas usam o bondinho também [...] Às vezes eles passam na frente, porque uma vez eu estava na fila e vi que eles passaram na frente. (ENTREVISTADO 24 – mulher, estudante e moradora).

Além de tornar o trajeto dos moradores mais demorado e afetar o seu dia-a-dia, encontraram-se relatos como esses acima demonstrando situações em que os turistas foram favorecidos e passaram a frente dos moradores. Isso ocorre, mesmo com os guias entrevistados citando que atentam para não afetar os moradores ao usarem esse meio de transporte.

Não apenas um incômodo social, mas analisadas as entrevistas encontrou-se exemplo de preocupações que dizem respeito à dimensão territorial, citada por Loiola (2004). Pois, tal como descreveu Fiell (2011), em razão de fatores relacionados à pacificação houve aumento no preço dos imóveis e no custo de vida na comunidade, isso somado à “abertura” da região para os turistas possibilitando que eles vislumbrem a possibilidade de morar nessa comunidade, gerando maiores ganhos para os proprietários de imóveis, resultou em uma especulação imobiliária que pode ocasionar a expulsão das famílias mais carentes para outras regiões:

E aí agregado a isso o boom imobiliário, não é? Um aumento, em muitos casos, extorsivo de aluguéis. Houve casos de despejo, despejo mesmo, assim, de maneira até grosseira, violenta porque, assim, olha... eu retiro o cara que está pagando trezentos aqui e amanhã eu alugo por seiscentos. Então aí volto à questão da informalidade [...] Os turistas estão muito no morro, e mesmo os estrangeiros, os nacionais estão alugando imóveis. Aí a pessoa meio que é levada pela ganância. (ENTREVISTADO 14 – homem, locutor da rádio Santa Marta e morador).

O aspecto cultural também é apontado pelos entrevistados. A mesma entrevistada que apontou que o turismo poderia fortalecer a identidade do morro, cita que a exploração da atividade turística vem esquecendo essa questão:

[...] “Poxa, acabaram com o Dedé que era um cara que participava de mutirão aqui e tal”. Matou a história. Aí, se você não sabe disso, você vem, você traz a pessoa aqui e fala do Michael que teve aqui, como se fosse a coisa mais importante que teve no Santa Marta. (ENTREVISTADO 3 – mulher, guia turística e moradora).

Como descreveu Gmelch (2010), quando os profissionais do turismo têm informações erradas ou atentam apenas para o que é mais vendável, acabam degradando a história da comunidade. E nos relatos foram encontrados entrevistados que compartilham essa preocupação em relação à história e à cultura local:

[...] a parede embaixo da creche, que era alvo de tiroteios, que havia confronto, não é? Havia confrontos ali. Aquela parede foi pintada [...] Está matando a história. Então, o guia passa ali e já não se interessa em mostrar, quer dizer, seria um fato também, aqui foi alvo de várias coisas [...] Eu acho que muitas das coisas aqui nós teríamos que tomar como um patrimônio (ENTREVISTADO 16 – homem, liderança e morador).

Por outro lado, um morador descreve outra face dessa questão, pois com a entrada de turistas ele pode entrar em contato com outras culturas o que ele cita como uma experiência bastante enriquecedora: “[...] da minha forma mudou muito que, eu aprendi diversas culturas com eles [...] Eles vieram para fazer uma participação na colônia de férias (do grupo Eco) [...] eram universitários [...]”(ENTREVISTADO 13 – homem, estudante e morador.)

E se a questão econômica foi a mais comentada quando perguntado aos moradores sobre as expectativas em relação ao turismo, esse ponto também foi o mais relatado quando os moradores foram questionados sobre o que efetivamente o turismo vem trazendo de bom e de ruim para a comunidade.

Alguns relatos indicam o aumento da renda como o principal ganho da comunidade: “Está favorecendo muito a comunidade [...] financeiramente. Porque o comércio da comunidade está sendo mais valorizado” (ENTREVISTADO 2 – mulher e moradora).

Ao ser falado de geração de renda, os principais beneficiados disso são os comerciantes ao venderem produtos para os visitantes: “Porque eles sobem e descem morrendo de calor, de cansaço e sempre procuram uma tendazinha, uma barraquinha pra comprar um lanche, alguma coisa. Eu acho que só trouxe benefícios.” (ENTREVISTADO 18 – mulher, comerciante e moradora.)

A venda de *souvenir* e artesanato também é descrita com visão bastante positiva, “Graças a Deus! Não. Todos eles vendem, todos eles vendem, graças a Deus!” (ENTREVISTADO 22 – mulher, liderança, comerciante e moradora).

Em razão desse otimismo, existem casos de moradores que investiram para oferecer produtos aos turistas: “Eu falei para ele (marido): "Eu vou pegar empréstimo, vou comprar uma máquina, vou fazer camisa estampada com fotografias da comunidade" [...] Aí, eu peguei e fiz! E deu certo!” (ENTREVISTADO 22 – mulher, liderança, comerciante e moradora). Isso transparece que para alguns entrevistados o turismo tem trazido bons resultados no que se refere à geração de renda, o que vai ao encontro das expectativas de Cunha (1997), sobre as razões pelas quais o turismo pode contribuir para o desenvolvimento local.

Entretanto, houve reclamações dos comerciantes e moradores sobre o comportamento dos turistas e a verdadeira contribuição que eles trazem para a economia local: “É uma coisa nova, não é? Para comunidade. Acho que é novidade... Não está trazendo grana para a comunidade [...] Eles estão assim muito "pão duro" no sentido de comprar. Por mim eles compram muito pouco” (ENTREVISTADO 8 – homem, membro de ONG e morador).

Uma crítica bastante comum aos turistas é o comportamento “pão duro”, como na fala acima, e além de gastarem pouco na comunidade, alguns moradores citaram que os turistas também não consomem por sentir receio da higiene da comunidade:

Não ache você que eles vêm aqui ou vão direto a minha venda. Não altera nada. Não vende nada. Não adianta. Até sorvete Kibon, que é pasteurizado... Eles não compram. [...] Biscoito, eles trazem tudo da rua, água mineral, porque lá no país deles a água lá é constante. Eles não autorizam... É decepcionante. [...] É cultural... [...] (ENTREVISTADO 7 – homem, artista plástico e morador).

Até mesmo uma comerciante que comentou o aumento significativo nas vendas de seu comércio, não percebeu consumo de produtos alimentícios: “(...) Comida não, porque eles procuram muito bebidas, água, muita água. Comida não, eles não procuram muito comida.

Aqui embaixo eu não observei isso não.”(ENTREVISTADO 18 – mulher, comerciante e moradora.)

Outro aspecto considerado como influenciador do comportamento dos turistas de comprar pouco foram os guias de turismo: “Eu sempre falo que, assim, para o turista consumir, depende muito do guia.” (ENTREVISTADO 22 – mulher, liderança, comerciante e moradora). Essa questão é confirmada pela entrevista de um guia independente:

Comer, eu não dou espaço para comer nada no tour. Não paro para comer, paro em algum lugar pra beber e é uma parada rápida [...] Porque não é um dia na favela, é um tour rápido no morro [...] Tem gente que vai querer saber da higiene, como é que é, que bebida está ali, bebida em lata ou engarrafada. (ENTREVISTADO 12 – homem, guia turístico independente e não é morador).

Pela visão de IPEA (1998), essa falta de cooperação indica um ponto a ser observado. O trabalho dos guias representa uma limitação ao desenvolvimento da região não apenas para orientação dos turistas sobre o consumo dos produtos locais, mas porque, como visto nas outras seções, esse trabalho que poderia ser uma oportunidade para os cidadãos locais, beneficiou poucos moradores: “O lado negativo é esse, não é [...] Evitar vir com guias de fora [...] (dar preferência) Aqui do Santa Marta. Quem conhece a história do Santa Marta.” (ENTREVISTADO 11 – homem e morador.)

Em parte, essa falta de inclusão indica ineficácia do projeto Rio Top Tour, que recebeu pouca adesão e poucos exemplos destacaram a sua contribuição. A maior parte dos relatos apontou falhas no curso e no desenvolvimento do projeto, trazendo pouco impacto positivo para os moradores: “Uma palhaçada! Aquilo ali é só para dizer que está fazendo, que está cumprindo os pré-requisitos. Você monta uma lista do que é importante fazer, a ideia é ótima, mas na prática é um desastre.” (ENTREVISTADO 3 – mulher, guia turística e moradora.)

De acordo com os entrevistados os resultados pouco positivos do curso, trazendo pouca inclusão dos moradores na atividade turística, ocorreram por falta de alinhamento com a realidade local e adaptação da capacitação à realidade local para que trouxesse maiores benefícios, fatores cruciais de acordo com a visão de Ministério do Turismo (2007a) sobre políticas de desenvolvimento local do turismo.

Mesmo aqueles guias da comunidade que conseguiram se capacitar pelo projeto Rio Top Tour, indicaram que não foram contratados pelas agências por falta de qualificações e

que o trabalho como guia na comunidade ainda não lhes sustenta: “Porque hoje eu vou para a pracinha trabalhar, mas eu não me sustento do turismo completamente.” (ENTREVISTADO 25 – homem, guia turístico e morador.)

Essa falta de sustentabilidade econômica dos guias de turismo da comunidade vai ao encontro dos argumentos de Loiola (2004) sobre pontos que devem ser atentados sobre essa atividade. Para esta autora, um dos limitadores para haver o efeito multiplicador do turismo, tal como citado por Lage e Milone (2000), é o fato dos operadores e agências de turismo muitas vezes serem de fora da região onde serão realizados os passeios, isso leva que a transferência de renda não ocorra no local onde estão os atrativos. Dessa forma, a assimetria entre os atores, leva que o mercado prevaleça e por ser formado por agências externas, não contribui para a comunidade:

Tem dia que só estou eu na pracinha. E tem dia que até eu desanimo: às vezes nem vou; vou entregar filipeta ao invés de ficar na pracinha, que é um tédio. Você vê os caras passando com uns cem e você fica dois ou três dias sem pegar ninguém [...] o fator principal é reunir todo o pessoal da cultura e do turismo, reunir todas as agências para cá, começar a minar eles a usarem os monitores locais para poder realmente se sustentar só do turismo (ENTREVISTADO 25 – homem, guia turístico e morador).

A falta de relação entre agência com a comunidade e a acumulação externa dos ganhos do turismo, também é reivindicada por um morador ao falar que: “O governo que abriu a porta para eles. Então a gente sabe que a Jeep Tour não dá nada para a comunidade [...] Mas aí a culpa é do próprio governo.” (ENTREVISTADO 8 – homem, membro de ONG e morador.) Essas e outras percepções trazem uma avaliação pouco positiva sobre a influência e relevância do turismo na região.

Analisados os impactos e resultados que o turismo vem realizando na comunidade, encaminha-se para o final da seção que buscará analisar os fatores que poderiam ser alterados visando o melhor desenvolvimento local.

Dessa maneira, partindo da compreensão de Azevedo e Irving (2002) que defendem a central importância de dar voz aos moradores no processo de desenvolvimento e que para isso sejam criados espaços para discussão para desenvolver o turismo, insere-se no final desta seção, a visão dos moradores sobre o que deveria ser feito para melhorar a atividade turística na região e trazer benefícios para o Santa Marta.

Quando perguntados sobre quais investimentos deveriam ser feitos pelo governo para melhorar a atividade turística da região, as demandas giraram em torno de questões como infraestrutura, educação, saneamento. Todas essas sugestões refletem as carências da comunidade, demonstrando que ainda sofre dos problemas descritos por Maricato (2001).

Segundo IBGE (2011), um dos grandes problemas das aglomerações subnormais, o caso do Santa Marta, é a infraestrutura, seja de transporte, esgoto ou das moradias. E de fato, essa infraestrutura é apontada como um entrave para a população se desenvolver: "Para ter um projeto de turismo hoje no Santa Marta as obras teriam que ter sido concluídas. Porque não está legal." (ENTREVISTADO 14 – homem, locutor da rádio Santa Marta e morador). Ao falar de infraestrutura e obras os moradores se referem basicamente às moradias da comunidade.

Contudo, essa falta de infraestrutura também afeta diretamente o trabalho dos guias da comunidade, pois no posto instalado pelo Estado próximo ao asfalto não há os recursos mínimos para o trabalho desses profissionais: "O agente na pracinha não tem água, não tem cadeira para sentar direito, não tem banheiro para a gente [...] A gente não tem estrutura nenhuma." (ENTREVISTADO 25 – homem, guia turístico e morador.)

E dentre os serviços públicos essenciais, o saneamento básico também foi citado como um problema que deve ser resolvido e que chega a afetar o passeio dos turistas no local: "No morro não tem banheiro para o gringo... Já foi reclamado isso bilhões de vezes [...] Já peguei gringo desesperado, quase se cagando nas calças. Teve que pedir ao morador para entrar no banheiro de qualquer jeito para ele poder ir no banheiro." (ENTREVISTADO 25 – homem, guia turístico e morador). E até mesmo reclamações sobre o saneamento das ruas: "Eu já vi reclamação de turista falando: "Ah porque aquele beco ali está sujo e tal", não é?" (ENTREVISTADO 18 – mulher, comerciante e moradora).

Apesar disso, o saneamento das ruas parece esbarrar em outra questão além da infraestrutura ou serviços prestados pelo governo, sendo descrito que a educação dos moradores sobre o que fazer com o lixo, é um grande problema:

Acho que não é a Comlurb em si, é a educação ainda. O cidadão aqui no Santa Marta, muitos ainda não são educados pra pegar o lixo "Ah vou jogar no lixo" [...] Eu já vi turistas reclamando: "Poxa aqui está tudo sujo". Eu falei: "Não, mas isso aí é coisa de momento, daqui a pouco vai passar um pessoal aí pra retirar o lixo e tal", não é? Mas eu acho sim que eles poderiam sim dar uma melhorada, para ter mais

aquela atração (ENTREVISTADO 18 – mulher, comerciante e moradora).

Relacionado com a educação dos moradores, também foi chamada a atenção para a capacitação da população local para que eles possam participar das atividades turísticas, pois o despreparo também afeta as perspectivas de melhoria que os moradores podem ter: “Então, a gente perde muito nesse sentido, a qualificação da mão-de-obra aqui é um super problema, é o ponto que eu acho o ponto fraco. Isso em todos os sentidos [...]” (ENTREVISTADO 3 – mulher, guia turística e moradora). E como visto, o nível de qualificação chegou a impactar na contratação das agências.

De acordo com Cunha (1997) deve-se atentar para a capacitação da população local ao preparar uma região para receber o turismo e, ainda, deve-se atentar para o perfil dos turistas que visitam a região. Como no caso do Santa Marta a maior parte dos visitantes são estrangeiros, cursos de línguas para atender esse mercado ficou dentre um dos déficits segundo os moradores: “Na verdade, eu acho que só mesmo... Teria que ter uma aula de inglês, uma coisa assim, um espanhol.” (Entrevistado 23, Homem, comerciante, morador.)

De acordo com os estudos de Oliveira (2001), não apenas a infraestrutura e os péssimos indicadores de qualidade de vida afetam o desenvolvimento do turismo, mas também a predisposição dos moradores em receber os turistas, a hospitalidade. E apesar de não ter acontecido, um morador alerta que essas condições de vida não interferem só no passeio dos turistas, no trabalho dos guias e consumo dos produtos dos comerciantes, mas podem ocasionar hostilidades dos moradores aos turistas: “E aí, não que tenha acontecido, tomara que não aconteça, mas pode acontecer, claro, assim uma hostilidade. “Turismo é o ca..., estou todo ferrado ali, com meu filho com tuberculose.” (ENTREVISTADO 14 – homem, locutor da rádio Santa Marta e morador).

O turismo no Santa Marta, após a entrada do Estado na região, aumento significativamente, contudo essa mudança indicou não ter sido planejada e ocasionou externalidades negativas para os moradores.

O reconhecimento da população em relação aos impactos da atividade turística e as expectativas sobre ela giram em torno principalmente da questão econômica, o que demonstra uma visão contrária a de Sachs (1993) de que desenvolvimento não se baseia apenas em crescimento econômico. Entretanto, são reconhecidas influências positivas em áreas como a cultura.

Nesse sentido, ao serem analisadas as percepções dos entrevistados sobre que resultados essa atividade vinha tendo na comunidade, foram apontadas questões sociais e até territoriais, mas o foco dos moradores prevaleceu sobre a questão financeira e, tirando poucos casos, as opiniões refletiram uma expectativa não suprida em relação à geração de renda local, seja pelo comportamento dos guias, turistas ou agências. De acordo com os estudos de Cunha (1997) isso demonstra que apesar da região ter potencial turístico, essa atividade ainda não reflete um papel relevante no desenvolvimento da comunidade.

Tal qual a percepção dos resultados alcançados, a aprovação sobre eles demonstrou-se pouco positiva, com isso foi trazido para a discussão o questionamento sobre as questões que deveriam ser melhoradas ou alteradas para que o turismo de fato se desenvolvesse e contribuísse para a região, como resposta os moradores apontaram questões de cunho social e ambiental. Assim, de acordo com os entrevistados o contexto deficiente dessas regiões, que segundo Valadares (2000) já se desenvolve na cidade do Rio de Janeiro a mais de um século, ainda representa um entrave para o desenvolvimento local e não foram superados pelo turismo até então.

5 Considerações Finais

O último capítulo desta monografia apresenta as conclusões e contribuições do estudo, retomando o seu objetivo e estrutura, bem como indicações de pesquisas futuras.

5.1 Conclusões e Contribuições da Pesquisa

O objetivo deste trabalho, definido no primeiro capítulo, é analisar, pelo viés da participação cidadã, se o turismo está sendo desenvolvido de forma sustentada na comunidade do morro Dona Marta. No segundo capítulo foi apresentada a contextualização sobre o objeto de estudo, com a conceituação de favela, a perspectiva histórica do Santa Marta e o que é a política das Unidades de Polícia Pacificadora, marco importante no contexto dessa comunidade, para em seguida serem discutidas as principais teorias sobre turismo,

desenvolvimento local e a relação entre turismo e desenvolvimento, essas duas últimas em uma perspectiva participativa ligada à gestão social. No capítulo seguinte, abordou-se os aspectos metodológicos, sendo que a pesquisa contou com a análise de vinte e cinco entrevistas na forma semi-estruturada, analisadas por meio de categorias retiradas de Tenório *et al* (2008). E no quarto capítulo foram analisados os principais resultados, baseados nos relatos das entrevistas.

De modo a alcançar o objetivo geral foram traçados objetivos específicos e o primeiro deles foi caracterizar a comunidade do morro Dona Marta. Entendendo-se que a contextualização é necessária para o estudo de um objeto, apresentando-se a perspectiva histórica da região desde a sua criação até o período pós UPP.

Santa Marta é uma favela que foi construída sobre o morro Dona Marta, situado em Botafogo. No coração da zona sul do Rio de Janeiro, essa comunidade apresenta vista para cartões postais como Cristo Redentor, lagoa Rodrigo de Freitas e Pão de açúcar, representando, dessa forma, um forte atrativo turístico em razão da sua vista.

A comunidade apresenta hoje uma população de seis mil moradores e sua ocupação foi iniciada no início do século XX pelos trabalhadores das obras do colégio Santo Inácio. Segundo Barcellos (2011) a relação dos moradores com os religiosos se prolongou durante todo o século XX, contudo, mesmo com essa relação, a partir da década de 50 a comunidade passou a ser dominada por criminosos e na década de 70 o tráfico já dominava a região (BARCELLOS, 2011). Essa situação se prolongou por mais de trinta anos, quando em 2008 a primeira Unidade de Polícia Pacificadora foi implementada na região (UPP RJ, 2011).

Com esse novo contexto, a comunidade passou rapidamente para uma realidade onde o acesso não era mais limitado, ocasionando entrada de empresas, projetos governamentais e o desenvolvimento de diversas atividades, com destaque para o turismo. Assim, este mercado turístico surgiu como uma oportunidade para suprir as carências descritas por Maricato (2001). Cumpru-se assim o primeiro objetivo deste trabalho.

O segundo objetivo específico é descrever a relação entre turismo, desenvolvimento local e participação. Para isso foi descrito o que é turismo e sua importância, para então definir o que é desenvolvimento local e a relação entre ambos, destacando a relevância da participação cidadã nas duas questões.

Como mostrado por Cunha (1997), turistas são visitantes temporários em determinada região e turismo se refere àqueles serviços ou produtos que visam o consumo desses

visitantes. Segundo Batista (2003), ao longo das últimas décadas essa atividade se intensificou em razão das melhorias tecnológicas, tornando bastante intenso o fluxo de pessoas pelo mundo, isso levou o turismo a representar 9% do PIB mundial. Somado a uma atividade de ampla cadeia de produção, o que pode multiplicar seus impactos, os autores consideram esta atividade, por essência, promotora de desenvolvimento.

De acordo com Tenório (2007), a ideia de desenvolvimento local surgiu em resposta à exclusão de algumas localidades que, por características singulares, não tinham seus problemas solucionados pelas políticas macroeconômicas. Esse isolamento também ocorria em contexto que havia a sobreposição de um sistema baseado em leis do mercado, naturalmente excludente. Com isso, segundo Paula (2009) o desenvolvimento local se baseia no reconhecimento das particularidades locais e no aproveitamento para buscar o desenvolvimento endógeno sem, contudo, esquecer a relação com o exterior.

Dessa forma, por se basear nas características locais para a atração dos turistas, o turismo se apresenta como um candidato de peso para se buscar o desenvolvimento local. Podendo levar benefícios econômicos, fortalecer a cultura da região, preservar o meio ambiente, levar infraestrutura, dentre outros benefícios que podem ser alcançados com o desenvolvimento desta atividade. No entanto, esses impactos só ocorreram se a atividade for bem planejada, caso contrário, os impactos negativos podem ser tão amplos quanto os benefícios, assim como descreveu Loiola (2004). Lembra-se que para abordar a questão do desenvolvimento utilizou-se o entendimento de Sachs (1993), onde esse conceito é formado por dimensões interdependentes e não está atrelado somente à noção de crescimento econômico.

Dessa maneira, um fator se demonstra necessário para evitar que as atividades que buscam promover o desenvolvimento local, como o turismo, falhem pela falta de alinhamento com a região de atuação e não levem benefícios que melhorem a qualidade de vida da população local de forma sustentada. Esse fator é a participação cidadã, compreendendo que os cidadãos devem se relacionar de forma concertada com o Estado e o mercado para que sejam identificadas as demandas locais e por meio da pluralidade de visões se construa um caminho de desenvolvimento baseado em consenso, evitando que decisões centralizadas em interesses próprios agravem os problemas de uma região e aprimorem a desigualdade. De acordo com Tenório (2004), para que tal processo aconteça são necessários mecanismos que garantam esse contato dialógico com equilíbrio entre os atores. Com isso, supriu-se o segundo objetivo específico que foi o alicerce para o alcance dos próximos objetivos.

Para os três últimos objetivos específicos foram utilizadas as teorias apresentadas anteriormente e baseou-se a categorização das entrevistas em categorias e critérios de avaliação para o processo de participação deliberativo em políticas públicas, obtidas em Tenório *et al* (2008). Dentre seis categorias foram escolhidas três que melhor se encaixavam para o alcance desses resultados e do objetivo geral.

A primeira categoria contribuiu para o alcance do terceiro objetivo secundário proposto e foi a categoria da inclusão. Partindo do entendimento de que a participação cidadã é central e são necessários processos definidos para que isso ocorra, foi analisada a existência de espaços de discussão, a aceitação ou reconhecimento da população sobre essa inclusão e a valorização dos processos participativos.

Analisado a aceitação dos moradores em relação aos processos participativos, de acordo com os entrevistados demonstrou-se que eles reconhecem a importância de haver esses mecanismos que incluam os moradores nas discussões e decisões acerca do turismo dentro da região. Tal inclusão, segundo eles, também deve ser realizada na prática das atividades. Da mesma forma, pode se concluir que os entrevistados dão valor a essa questão.

Contudo, se analisados os espaços de discussão existente na comunidade, não existem canais que organizem a população com os outros atores da região para que sejam discutidos pontos relevantes para o seu desenvolvimento. Exceto os policiais da Unidade de Polícia Pacificadora, que se esforçam para criar uma comunicação ativa com os moradores, normalmente as ações dos atores externos à comunidade compartilharam a intenção de incluir a população, mas ao longo da sua atuação não foram construídos processos que possibilitassem uma relação mais ativa, como seria esperado por Tenório (2004). Isso levou ao surgimento de algumas associações organizadas e constituídas pelos próprios moradores em vista de criar um espaço para a promoção do turismo.

Fora isso, observa-se que apesar da percepção dos moradores entrevistados sobre essa questão ir ao encontro das expectativas de Tenório (2007) sobre a importância da participação cidadã, foi apontado que os baixos indicadores de educação da comunidade levam que a população local ainda não compreenda a relevância de questões como essa e o seu papel como cidadão, podendo ser um dos entraves para que se efetive essa inclusão. Com isso, se respondeu o terceiro objetivo, concluindo que a comunidade apresenta apenas exemplos isolados de mecanismos que promovam a inclusão dos cidadãos nas decisões acerca da atividade turística, representando um cenário que não se encaixa com as teorias de Tenório (2004).

Apesar de o objetivo anterior descrever a inclusão participativa dos cidadãos da comunidade, ele não analisa os atores atuantes nessa região. Com isso, estabeleceu-se o quarto objetivo que busca analisar a relação existente entre os principais atores do turismo no Dona Marta. Baseado na escolha da categoria pluralismo de Tenório *et al* (2008), a escolha dessa análise embasou-se na compreensão de Tenório (2007) que entende que para a realização de desenvolvimento local é necessário uma relação concertada entre cidadãos, Estado e mercado, ou seja, o desenvolvimento local deve partir de uma perspectiva de atuação plural.

Os critérios da categoria escolhida englobam a análise a participação de diferentes atores e o seu perfil. Assim, encontraram-se basicamente seis atores, que englobam as esferas da sociedade civil, Estado e iniciativa privada. Dentre aqueles que representam os cidadãos locais, encontram-se os moradores, as lideranças, os guias e os comerciantes, esses dois últimos são representantes da iniciativa privada da comunidade. Os representantes do Estado nas entrevistas foram os policiais da UPP, contudo, ao longo das entrevistas foi bastante falado sobre outros projetos que representaram o papel do Estado na região, como o Rio Top Tour. E daqueles representantes da iniciativa privada, principalmente externa, encontram-se os guias de turismo e o operador de turismo, representando as agências.

Dentre esses atores, aqueles que apresentaram um posicionamento de reconhecimento e busca da participação com os demais, se encontram os policiais e aqueles que faziam parte da comunidade local. Assim, apesar da agência entrevistada demonstrar contato com os moradores no início das atividades e ter realizado contato direto com o Estado, as outras agências que atuam na região não foram citadas como um ator que procure entrar em contato com os outros atores. Mais crítica ainda é a relação dos guias, externos e independentes, com essa comunidade, pois sequer foram citados nas outras entrevistas e um guia independente entrevistado demonstrou, de fato, não se preocupar em manter tal relacionamento. Dentre esses atores, destaca-se por último a atuação do programa Rio Top Tour, que apesar de ter na sua missão uma perspectiva de desenvolvimento local, não demonstrou, segundo os moradores, contato estreito com a comunidade e atenção para o contexto local, de forma que suas ações trouxessem resultados efetivos, o que não representa a argumentação de Buarque (2002).

Por fim, de acordo com Tenório (2004), deve haver um equilíbrio na relação entre os atores, no entanto, tomadas os resultados dessa categoria, encontrou-se um peso elevado do Estado, que apareceu como protagonista para o aumento das visitas na região e das agências

de viagem, todas externas à comunidade, que realizam a maior parte dos passeios na comunidade. Assim, a análise dos dados coletados levou à conclusão de que a relação entre os atores importantes para o turismo na comunidade, até a realização das entrevistas, não se dá de forma dialógica com decisões descentralizadas, não havendo, também, atenção relevante para os cidadãos locais, o que já havia sido analisado na categoria anterior. Conclui-se então o quarto objetivo.

Concluídos os resultados em relação à inclusão da comunidade no turismo e a relação entre os principais, o estudo sobre o turismo no Santa Marta também traz outra questão: quais os resultados da atividade turística segundo a visão dos moradores. Nesse sentido, na busca de cumprir o último objetivo específico de identificar a opinião dos moradores em relação aos resultados do turismo, será entendido como o processo estudado impacta a comunidade na visão dos moradores. Sendo respondido se o processo de participação estudado, que conforme os resultados anteriores não demonstra um processo participativo consolidado, está contribuindo ou não para a comunidade.

No estudo desses impactos foi abordada a categoria bem-comum de Tenório *et al* (2008), que atenta para os resultados alcançados e a aprovação cidadã desses resultados. O estudo dessa categoria também foi justificado pela visão de Batista (2003) e Loiola (2004) que demonstram que o turismo contribui positivamente para o desenvolvimento local de regiões que apresentam potencial para isso, contudo, se mal planejado pode trazer resultados negativos, devendo-se então analisar se esses ocorrem no Santa Marta.

Ao serem perguntados sobre turismo na região, praticamente um consenso foi a opinião dos moradores sobre a razão do aumento do turismo na região, destacando a entrada da Unidade de Polícia Pacificadora como principal motivo. Isso demonstrou que a segurança era um empecilho para o desenvolvimento dessa atividade, que já tinha pessoas interessadas em visitá-la antes desse período, mas que segundo os entrevistados temiam visitar a comunidade em razão da presença do tráfico. Dessa maneira, de acordo com Cunha (1997), essa entrada de turistas é um impacto positivo, já que sem eles não é possível pensar em atividades turísticas.

Contudo, percebeu-se que essa mudança não ocorreu de forma gradual, com os relatos demonstrando que a população não foi preparada para essa nova realidade. E devido à geografia particular da comunidade com espaços estreitos entre as casas e os corredores de passagem, essa entrada trouxe impactos negativos para o sentimento de privacidade de muitos moradores.

As expectativas sobre o que o turismo poderia trazer de bom eram bastante positivas e se relacionavam prioritariamente com a contribuição econômica, o que reflete uma visão de desenvolvimento alinhada ao crescimento econômico, oposta a proposta por Sachs (1993). Apesar dessas expectativas, poucos entrevistados relataram uma significativa contribuição econômica, pois apesar de alguns comerciantes terem se beneficiado, a maior parte dos entrevistados citou que a geração de renda era freada pelo comportamento dos turistas, que não consomem, e guias de turismo, que não estimulam os turistas a pararem nos estabelecimentos. Da mesma forma, os guias da comunidade descreveram que seu trabalho ainda não lhes sustenta economicamente, o que ocorre, principalmente, pois os ganhos são centralizados pelas agências de turismo.

Para os moradores, alguns problemas atuam como obstáculos para que essa atividade se desenvolva, fatores como: infraestrutura das moradias e espaços para o turismo, infraestrutura sanitária, educação e qualificação dos moradores. Características resultantes de anos de falta de acesso aos serviços básicos, como demonstrou Maricato (2001). Assim, alcançou-se o último objetivo específico.

Com a resposta desses objetivos, também foi respondida a questão central desse artigo. Entendendo-se que a participação cidadã é uma questão essencial para que o desenvolvimento local de uma comunidade por meio do turismo seja sustentável, até o momento analisado não foi possível afirmar que essa condição necessária está sendo cumprida, o que pode comprometer o desenvolvimento sustentado da comunidade.

Com isso, contribui-se para o estudo sobre turismo em favelas, destacando-se que, de fato, as favelas do Rio de Janeiro representam um mercado turístico considerável, entretanto, na comunidade estudada, o processo de desenvolvimento do turismo ainda não criou espaços relevantes para a inclusão da população no que se refere às decisões sobre o turismo, o que, segundo as teorias apontadas, prejudica o papel promotor de desenvolvimento da atividade.

Como descrito por Swabrooke (2000) a questão social normalmente é negligenciada, pois as mudanças nesse âmbito ocorrem de forma mais lenta. E tomado um ambiente que se acumularam problemas desde o início do século XX, conforme demonstrou Valladares (2000), imagina-se que a velocidade com que as mudanças ocorram seja ainda mais lenta, pois os problemas estão mais arraigados. Dessa forma, apesar desse contexto construído ao longo dos anos ser um dos fatores que parece impedir a efetiva participação e o desenvolvimento local, reconhece-se que pode ser cedo para que conclusões acerca desse tema e seus resultados possam ser tomadas com maior segurança.

Por fim, realiza-se um questionamento sobre a atividade turística em favelas. Segundo Medeiros (2006), os turistas estrangeiros que visitam as favelas cariocas realizam os chamados “tours sombrios”, que buscam encontrar exatamente o contraste das comunidades dos morros cariocas. Entendendo-se que o fortalecimento histórico e cultural é importante, questiona-se até que ponto o desenvolvimento local e a transformação da comunidade são interesses das atividades turísticas, visto que as condições precárias são uma das características necessárias para que esse tipo de turismo aconteça. Deve-se, por isso, levantar as questões que efetivamente motivam os turistas à visitarem a região e refletido se o turismo será encarado como um promotor do desenvolvimento local buscar as alternativas que façam isso levando a comunidade para outros patamares de desenvolvimento econômico, social, cultural, ambiental, territorial e político.

5.2 Propostas para Pesquisas Futuras

Como descrito no capítulo que se refere à metodologia da monografia, as entrevistas usadas neste trabalho foram realizadas por demanda do Ministério do Turismo, tendo como objetivo avaliar o desenvolvimento do turismo na comunidade do morro Dona Marta. Dessa maneira, apesar dos resultados deste trabalho indicarem que a questão da participação no desenvolvimento do turismo não era algo bem desenvolvido até a época das entrevistas, assim como a contribuição do turismo para a região não era relevante, a própria realização desses questionários demonstra uma preocupação do poder público em relação à opinião dos moradores e de outros atores relacionados com a comunidade e o turismo.

Na etapa posterior desse levantamento sobre a percepção dos atores locais foram realizadas oficinas com os entrevistados, membros do governo e pesquisadores, com o intuito de criar um espaço para discussão e retirar informações para reformular o planejamento estratégico e a ação da política de turismo na comunidade.

Isso leva que outros estudos poderiam ser realizados visando entender se este esforço de levantar as demandas dos principais atores trouxe resultados, respondendo as seguintes contestações: se as conclusões relativas aos questionários e as oficinas, de fato, foram utilizadas para aprimorar o planejamento estratégico do turismo para esta e outras comunidades; se levou a realização de ações de correção e caso tenham sido realizadas, como

se deram e quais os resultados alcançados. E a resposta dessas perguntas será possível contribuir não só para literatura de turismo em favelas, mas também de planejamento e gestão social.

Outros estudos também seriam necessários no sentido de verificar se o caso do Santa Marta é algo isolado ou se relaciona com o que ocorre em outras regiões, dessa forma poderiam ser realizadas pesquisas comparativas entre as comunidades do Rio de Janeiro analisando a forma como o turismo está se desenvolvendo e que resultados estão sendo alcançados em cada região.

Segundo Azevedo e Irving (2000), deve-se atentar que um processo participativo bem elaborado não é sinônimo de sucesso da iniciativa bem sucedida, em razão da falta de metodologias e estudos que possam levar a essa conclusão. Ao encontro desse raciocínio, Tenório *et al* (2008), artigo base para a categorização dos dados analisados neste trabalho, desenvolve uma metodologia para avaliar o viés participativo em políticas-públicas, justamente, em razão da escassez de métodos para entender e avaliar como esse processo acontece na prática. Sugere-se, então, estudos que aprimorem o entendimento prático dessa questão para que a própria teoria também se aprimore.

6 Referências Bibliográficas

ABREU, Maurício de Almeida. Reconstruindo uma história esquecida: origem e expansão inicial das favelas do Rio de Janeiro. **Espaço & Debates**, nº 37, 1994, p.34-46.

ANDION, Carolina. Análise de redes e desenvolvimento local sustentável. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.37, n.5, p.1033-1054, set./out.2003.

AGENDA SUSTENTÁVEL. Turismo comunitário. 2010. Disponível em: <http://www.agendasustentavel.com.br/artigo.aspx?id=3841>. Acesso em 17.abr.2012.

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS DE BOTAFOGO. História do Bairro: Morro Santa Marta. Disponível em: http://www.amabotafogo.org.br/historia/santa_marta.asp. Acesso em 28.fev 2012.

ARAUJO, Isabel de. A pobreza como inimigo. **O Globo**, Rio de Janeiro, 23.nov.2011. Rio, p.14.

ARAUJO, Isabel de. Prêmio para o melhor réveillon na laje. **O Globo**, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/upp-premio-para-melhor-reveillon-na-laje-2951538>. Acesso em 30.mai.2012.

AZEVEDO, Julia; IRVING, Marta de Azevedo. **Turismo: o desafio da sustentabilidade**. São Paulo: Futura, 2002.

BARCELOS, Caco. **Abusado: O dono do Morro Santa Marta**. 22ª edição. Rio de Janeiro, Editora Record, 2011.

BATISTA, Grace M. Turismo e desenvolvimento local: uma alternativa para as comunidades brasileiras. 5.º **Encontro Nacional de Empreendedorismo**, UFC, 2003.

BELLEN, Hans Michael van. **Indicadores de Sustentabilidade**: Uma análise comparativa. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2ª Ed, 2007.

BENSIMON, Cláudia. ET AL. Transformação Radical. **O Globo**, Rio de Janeiro, 18.dez.2011. Rio – Cidade em Debate, p.1-8.

BLOG DO PLANALTO. Pacificado, morro Dona Marta agora vai virar atração turística. 2010. Disponível em: <http://blog.planalto.gov.br/pacificado-morro-dona-marta-agora-vai-virar-atracao-turistica/> Acesso em 17.abr.2012.

BLOG DO SPANTA. Rio Top Tour. **Rio de Janeiro**, 2010. Disponível em: <http://spantanemoficial.blogspot.com.br/2010/09/rio-top-tour.html>. Acesso em 04.jun.2012.

BOTTARI, Elenilce. UPP muda o perfil dos detentos nos presídios. **O Globo**, Rio de Janeiro, 30.out.2011. Rio, p.30.

BOTTARI, Elenilce. Mais confiança entre moradores e policiais de UPP. **O Globo**, Rio de Janeiro, 11.dez.2011. Rio, p.21.

BOTTARI, Elenilce; GONÇALVES, Liane. ‘Nada sobrevive só com segurança’: Beltrame revela angústia com a demora de investimentos sociais nas favelas pacificadas. **O Globo**, Rio de Janeiro, 29.mai.2011. Rio, p.18.

BUARQUE, Sérgio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Rio de Janeiro, Garamond, 2002.

BUARQUE, Sérgio C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**: material para orientação técnica e treinamento de multiplicadores e técnicos em planejamento local e municipal. Brasília, DF: IICA, 1999.

BULCÃO, Larissa. Santa Marta, RJ. **Rio de Janeiro**, 2010. Disponível em: <http://www.flickr.com/photos/lbulcao/4640427371/in/photostream/>. Acesso em 04.jun.2012.

CAMAROTTI, Ilka; SPINK, Peter. **Estratégias locais para redução da pobreza: construindo a cidadania**. São Paulo: EAESP: Fundação Ford, 2000.

CEZAR, Paulo Bastos. Evolução da população de favela na cidade do Rio de Janeiro: uma reflexão sobre os dados mais recentes. **Instituto Pereira Passos**, nº 20020201, fev 2002. Disponível em: [http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br/arquivos/2403_evolu%C3%A7%C3%A3o%20da%](http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br/arquivos/2403_evolu%C3%A7%C3%A3o%20da%20populacao%20de%20favela%20na%20cidade%20do%20Rio%20de%20Janeiro.pdf)

[20popula%C3%A7%C3%A3o%20de%20favelas%20na%20cidade%20do%20rio%20de%20janeiro.PDF](#). Acesso em 30.abr.2012.

CLÍNICA DA FAMÍLIA DA SANTA MARTA. Moradores estão divididos sobre a instalação das câmeras. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://www.psfsantamarta.com/2009/08/ms-apresenta-novo-medicamento-para.html>. Acesso em 08.mar.2012.

COSTA, V. G.; NASCIMENTO, J. A. S. O conceito de favelas e assemelhados sob o olhar do IBGE, das prefeituras do Brasil e da ONU. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**, Universidade de São Paulo, 20 a 26 de março de 2005.

CUNHA, Licínio. **Economia e Política do Turismo**. Portugal – Editora McGraw-Hill, 1997.

CUNHA, Neiva Vieira da; MELLO, Marco Antonio da. Novos conflitos na cidade: a UPP e o processo de urbanização na favela. **DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social** - vol. 4, n.º 3, jul.ago.set, p. 371-401, 2011.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista**. São Paulo: Cortez, 1993.

FIELD, Repper. **Da favela para as favelas: História e experiência do RepperField**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Coletivo Visão da Favela Brasil, 2011.

FIGUEIREDO, Ademir, e Lícia Valladares. Housing in Brazil: an introduction to recent literature. **Bulletin of Latin American Research**, vol. 2, n.º 2, p. 69-91, 1983.

FILHO, Hélio Braga; SILVA, Sibeles Castro. Turismo e desenvolvimento local: o turismo de negócios como possibilidade para o desenvolvimento econômico de Franca-SP. **XI Encontro de Pesquisadores**. São Paulo, 2010. Disponível em: http://legacy.unifacef.com.br/novo/xi_encontro_de_pesquisadores/Trabalhos/Encontro/Sibeles%20Castro%20Silva,%20H%c3%a9lio%20-%20Local.pdf. Acesso em 17.abr.2012.

FIRMINO, Thiago. Lajão cultural (Salão de festas). Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.favelasantamartatour.blogspot.com.br/p/lajao-cultural.html>. Acesso em 17.abr.2012.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GMELCH, Sharon Bohn. **Tourists and Tourism: a reader**. 2ª ed. United States of America, Long Grove: Waveland Press, 2010.

GLOBO. Madrugada foi tranquila no Dona Marta. 2007. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Rio/0,,MUL144410-5606,00-MADRUGADA+FOI+TRANQUILA+NO+DONA+MARTA.html>. Acesso em 25.mai.2012.

GLOBO. Policiais ocupam bairro de Curitiba para instalar a primeira UPS. Paraná, 2012a. Disponível em: <http://g1.globo.com/parana/noticia/2012/03/policiais-tomam-bairro-de-curitiba-para-instalar-primeira-ups.html>. Acesso em 30.mai.2012.

GLOBO. Mais uma base comunitária de segurança é inaugurada em Salvador. Salvador, 2012b. Disponível em: <http://g1.globo.com/bahia/noticia/2012/01/mais-uma-base-comunitaria-de-seguranca-e-inaugurada-em-salvador.html>. Acesso em 30.mai.2012.

IBGE. Economia do Turismo: uma perspectiva macroeconômica. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/industria/economia_tur_20032007/publ_c_omp_ecotur.pdf. Acesso em 18.abr.2012.

IBGE. Censo demográfico 2010: Aglomerados subnormais - Primeiros resultados. Rio de Janeiro, 2011.

IPEA. Cadernos Comunidade Solidária. **IPEA**, v.6, jun 1998.

JEEP TOUR. Dona Marta entra no cenário do turismo internacional. 2009. Disponível em: <http://www.jeeptour.com.br/blogpost/46/dona-marta-entra-no-cenario-do-turismo-internacional.html>. Acesso em 01.mai.2012.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da Desterritorialização**: Do “Fim dos Territórios” à Multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

LAGE, Beatriz; MILONE, Paulo César. **Turismo**: Teoria e Prática. São Paulo: Atlas, 2000.

LIMA, Ludmilla de. E da paz fez-se a luz. **O Globo**, Rio de Janeiro, 3.jan.2012. Rio, p.9.

LOIOLA, Elizabeth. Turismo e desenvolvimento local sustentado. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 38, n. 5, p.817-850, set./out. 2004.

MARICATO, E. Favelas: um universo gigantesco e desconhecido. 2001. Disponível em: <http://www.usp.br/fau/deprojeto/labhab>. Acesso em: 19. jan. 2012.

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 30, n. 2, Agosto. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022004000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 09 Nov. 2011.

MEDEIROS, B. F. **A construção da favela carioca como destino turístico**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.

MEDEIROS, B. F. A favela que se vê e que se vende: reflexões e polêmicas em torno de um destino turístico. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 22, n. 65, 2007.

MEDEIROS, B. F. **Gringo na laje**: produção, circulação e consumo da favela turística. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

MEDEIROS, B. F. Entre tapas e beijos: a favela turística na perspectiva de seus moradores. **Revista Sociedade e Estado**, v. 25, n. 1, janeiro/abril, 2010.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Conteúdo Fundamental: Ação municipal para a regionalização do turismo. Brasília, 2007a. Disponível em:

http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/conteudo_fundamental_acao_municipal_para_a_regionalizacao_do_turismo.pdf. Acesso em 18.abr.2012.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Conteúdo Fundamental: Turismo e Sustentabilidade. Brasília, 2007b. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/conteudo_fundamental_turismo_e_sustentabilidade.pdf. Acesso em 18.abr.2012.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Estatísticas básicas de turismo. Brasília, 2010. Disponível em: http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/export/sites/default/dadosefatos/estatisticas_indicadores/downloads_estatisticas/Estatxsticas_Bxscas_do_Turismo_-_Brasil_2004_a_2009.pdf. Acesso em 18.abr.2012.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Anuário Estatístico de Turismo – 2011. Brasília, 2011. Disponível em: http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/export/sites/default/dadosefatos/anuario/downloads_anuario/Anuxrio_Estatxstico_2011_-_Ano_base_2010_-_16abr2012.pdf. Acesso em 25.abr.2012

MINISTÉRIO DO TURISMO. Glossário do turismo. Disponível em: http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/dadosefatos/espaco_academico/glossario/index.html. Acesso em 25.abr.2012.

NEVES, José Luis. Pesquisa Qualitativa: Características, Usos e Possibilidades. **Cadernos de Pesquisa em Administração**, v.1, n.3, 2º Sem, 1996. Disponível em: <http://www.ead.fea.usp.br/cad-pesq/arquivos/c03-art06.pdf>. Acesso em 09.Nov.2011.

OLIVEIRA, Antonio Pereira. **Turismo e desenvolvimento: planejamento e organização**. 3ª ed. rev. e ampl. – São Paulo: Atlas, 2001.

OLIVEIRA, Gilson Batista de. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Rev. FAE**, Curitiba, v.5, n.2, p.37-48, maio/ago. 2002

OLIVEIRA, J. S. Repensando a questão das favelas. **Revista Brasileira de Estudo de População**, Campinas, v. 2, n. 1, p. 9 – 30, jan./jun., 1985.

OMT. **Agenda para planificadores locais: turismo sostenible y gestión municipal**. Edición para América Latina y El Caribe. Madrid, España: 1999.

PACHECO, Gabriela. Pacificação da favela Santa Marta completa três anos. **R7**, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/fotos/pacificacao-do-santa-marta-completa-tres-anos-22221213-2.html#fotos>. Acesso em 04.jun.2012.

PAIVA, Gabriel de. Férias e Viagens. **O Globo**, 2011. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/blogs/fotoglobo/posts/2011/01/27/ferias-viagens-359231.asp>. Acesso em 03.jun.2012.

PAULA, Juarez de. Política de apoio ao desenvolvimento local. 2009. Disponível em: dowbor.org/crise/politicasapoioidl_juarezdepaula.doc. Acesso em 26.abr.2012.

PILLER, Christian, ET AL. Turismo e desenvolvimento local sustentável: elementos para um debate. **Revista eletrônica do programa Delnet de apoio ao desenvolvimento**, ed. Português, Itália, n. 24, abr-mai, 2004.

PINO, J. C. Labor in the favelas of Rio de Janeiro. **Latin American Perspectives**, v. 25, n.2, The Urban Informal Sector, p. 18 – 40, Mar., 1998.

PRATES, Flávia. Bradesco lança seguro residencial para favela no rio. Rio de Janeiro: Folha.com, 2010. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/804047-bradesco-lanca-seguro-residencial-para-favela-no-rio.shtml>. Acesso em 17.abr.2012.

RÁDIO SANTA MARTA. História. Disponível em: <http://www.radiosantamarta.com.br/historia/>. Acesso em 17.abr.2012.

RIBEIRO, Flávia. Favela Carioca: A cidade e os morros. **Guia do estudante**, 2007. Disponível em: <http://guiadoestudante.abril.com.br/estudar/historia/favelas-cariocas-cidade-morros-435499.shtml>. Acesso em 09. Nov. 2011.

SACHS, Ignacy. **Estratégias de transição para o século XXI**: o desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Studio Nobel, 1993.

SCATOLIN, Fábio Dória. **Indicadores de desenvolvimento**: um sistema para o Estado do Paraná. Porto Alegre, 1989. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do rio Grande do Sul.

SEBRAE. Turismo no Brasil: termo de referência para a atuação do sistema **SEBRAE**. Brasília, 2010. Disponível em: http://www.sebrae.com.br/setor/turismo/TR_turismo_final.pdf. Acesso em 18.abr.2012.

SOUSA, Luziana Silva. **Turismo e desenvolvimento local sustentável na Paraíba**. 2006. Edição eletrônica disponível em: <http://www.eumed.net/libros/2006b/lss/index.htm>. Acesso em 18.abr.2012.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento econômico**. São Paulo: Atlas, 1993.

SOUZA, Simone de; CARVALHO NETO, Antonio. Reestruturação produtiva, trabalho e estratégias de desenvolvimento local à luz da teoria do novo regionalismo. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, Junho 2009. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512009000200007&lng=en&nrm=iso. Acesso em 09 Nov. 2011.

SWARBROOKE, John. **Turismo sustentável**: conceitos e impacto ambiental. Vol1, 2ª ed. São Paulo: Aleph, 2000.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. **Cidadania e Desenvolvimento Local**. Ijuí, Editora UNIJUÍ, 2007.

TENÓRIO, F. G. ET AL. Critérios para a avaliação de processos decisórios participativos deliberativos na implementação de políticas públicas. In: **Encontro de Administração Pública e Governança**, Salvador, Bahia, 12-14 nov. 2008.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. **Um espectro ronda o terceiro setor - o espectro do mercado**: ensaios de gestão social. 3ª ed. Ijuí : Editora UNIJUÍ, 2004.

UPP SOCIAL. Favela Top Tour. 2010a. Disponível em: <http://www.uppsocial.com.br/favela-top-tour>. Acesso em 17.abr.2012.

UPP SOCIAL. UPP Social e Sky TV lançam pacote para comunidades pacificadas. 2010b. Disponível em: <http://www.uppsocial.com.br/upp-social-sky-tv>. Acesso em 17.abr.2012.

UPP SOCIAL. Negócios do Santa Marta formalizados. 2011. Disponível em: <http://www.uppsocial.com.br/negocios-do-santa-marta-formalizados>. Acesso em 17.abr.2012.

UPP SOCIAL. Santa Marta. 2012a. Disponível em: <http://www.uppsocial.com.br/comunidades/santa-marta>. Acesso em 17.abr.2012.

UPP SOCIAL. O projeto. 2012b. Disponível em: <http://www.uppsocial.com.br/o-projeto>. Acesso em 17.abr.2012.

UPP SOCIAL. Projeto Sesi Cidadania une segurança e resgate social nas upps. 2012c. Disponível em: <http://www.uppsocial.com.br/projeto-sesi-cidadania-une-seguranca-e-resgate-social-nas-upps>. Acesso em 17.abr.2012.

UPP RJ. Conceito de UPP: A polícia da Paz. Disponível em: http://upprj.com/wp/?page_id=20 Acesso em 09.Nov.2011.

VALLADARES, Licia. A gênese da favela carioca. A produção anterior às ciências sociais. **Rev. bras. Ci. Soc.** São Paulo, v. 15, n. 44, Outubro. 2000 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092000000300001&lng=en&nrm=iso. Acesso em 09 Nov. 2011.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 1998.

VIVA FAVELA. Festa “bagunça no morro” está de volta ao Santa Marta. Disponível em: <http://vivafavela.com.br/agenda-e-servicos/festa-%E2%80%9Cbagun%C3%A7a-no-morro%E2%80%9D-est%C3%A1-de-volta-ao-santa-marta>. Acesso em 17.abr.2012.

WAHAB, Salah-Eldin Abdel. **Introdução à administração do turismo**: alguns aspectos estruturais e operacionais do turismo internacional: teoria e prática. 3.ed. São Paulo: Pioneira, 1991.

WORLD TOURISM ORGANIZATION. Compendium of tourism statistic – Basic data and indicators. 2011a. Disponível em: <http://statistics.unwto.org/en/content/data-and-indicators>. Acesso em 18.abr.2012.

WORLD TOURISM ORGANIZATION. Tourism Highlights. 2011b. Disponível em: <http://mkt.unwto.org/en/content/tourism-highlights>. Acesso em 18.abr.2012.

WORLD TRAVEL E TOURISM COUNCIL. Travel e Tourism 2011. 2011. Disponível em: http://www.wttc.org/site_media/uploads/downloads/traveltourism2011.pdf. Acesso em 18.abr.2012.

WWF BRASIL, O que é desenvolvimento sustentável? Disponível em: http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/questoes_ambientais/desenvolvimento_sustentavel. Acesso em: 06.mar.2012.

ANEXO A – Roteiro das entrevistas realizadas

PERFIL DO ENTREVISTADO

Nome:

Idade:

Endereço:

Atividade profissional:

Quanto tempo mora no Santa Marta? (se não mora no Santa Marta há muito tempo, onde morava antes?)

1) Faz parte (ou já fez) de alguma associação/instituição da favela: () SIM () NÃO Qual?

Como você participa?

PERCEPÇÕES SOBRE OS TURISTAS NO SANTA MARTA

2) Quando você começou a perceber a presença dos turistas no Santa Marta?

3) Acha que essa presença altera de alguma maneira o dia-a-dia no Santa Marta? Como?

4) Na sua opinião, por que os turistas têm interesse em visitar o Santa Marta?

RELAÇÃO COM TURISTAS/AGÊNCIAS/GUIAS

- 5) Você já teve contato com algum guia ou outra pessoa de agências que organizam passeios pelo Santa Marta? Como você se relaciona com eles? Que avaliação você faz da forma como o turismo é conduzido pelas agências?
- 6) O que os turistas fazem durante o passeio? Há alguma coisa que os turistas fazem durante o passeio, mas não deveriam? O quê?
- 7) O que você acha dos turistas tirarem fotos das casas e dos moradores?
- 8) Se você pudesse fazer o passeio com os turistas, como seria? O que você mostraria? O que não mostraria?

PERCEPÇÕES GERAIS SOBRE A ATIVIDADE TURÍSTICA

- 9) O que você acha da atividade turística no Santa Marta? Quais os pontos positivos e negativos? O que a atividade turística tem trazido de bom e/ou de ruim para a favela?
- 10) Que expectativas você tem em relação ao turismo na favela? Você acha que a comunidade tem sido beneficiada pelo turismo? [Se sim] De que forma? [Se não] O que poderia ser feito para mudar isso?
- 11) Tem conhecimento de algum investimento ou iniciativa feita pelo Estado/iniciativa privada/ONG's na comunidade que contribui para promover o turismo no Santa Marta?
- 12) Considera necessárias mais intervenções na favela para melhorar a atividade turística? Que tipo de intervenções? Em quais lugares?
- 13) O que você considera como aspectos culturais do Santa Marta? Quais poderiam ser fomentados pela atividade turística?

A PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE

- 14) Conhece espaços de discussões – reuniões da associação de moradores; reuniões de ONG's; etc - sobre o turismo na favela?
- 15) Na sua opinião, qual a posição dos moradores sobre o turismo no Santa Marta?

RELAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES LOCAIS COM ATIVIDADES TURÍSTICAS

- 16) A instituição da qual você faz parte tem alguma relação com turismo no Santa Marta? Vocês já desenvolvem algum projeto ou atividade voltada para os turistas?
- 17) Teriam interesse de desenvolver alguma atividade ou projeto relacionado ao turismo na favela? Como seria? O que precisaria ser feito, que tipo de suporte precisariam, para tirar essa idéia do papel?